

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE**

MARIA APARECIDA BRITO SANTOS

**REGULAMENTAÇÃO E CONCEPÇÃO DAS BIBLIOTECAS NOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: em busca de sua historicidade e identidade**

São Carlos – SP
2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE**

**REGULAMENTAÇÃO E CONCEPÇÃO DAS BIBLIOTECAS DOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: em busca de sua historicidade e identidade**

MARIA APARECIDA BRITO SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso.

SÃO CARLOS – SP
2017

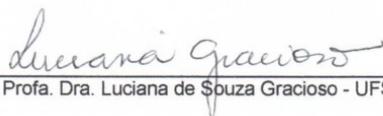


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E SOCIEDADE

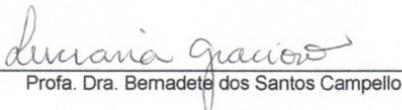


Folha de Aprovação

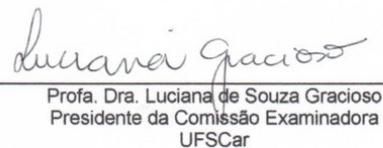
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de dissertação de mestrado do(a) candidato(a) **MARIA APARECIDA BRITO SANTOS** realizada em 23/02/2017


Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso - UFSCar


Profa. Dra. Luzia Sigoli Fernandes Costa


Profa. Dra. Bernadete dos Santos Campello

Certifico que a sessão de defesa foi realizada com a participação à distância do membro **Profa. Dra. Bernadete dos Santos Campello** e, depois das arguições e deliberações realizadas, o participante à distância está de acordo com o conteúdo do parecer da comissão examinadora redigido no relatório de defesa do(a) aluno(a) **MARIA APARECIDA BRITO SANTOS**.


Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso
Presidente da Comissão Examinadora
UFSCar

Dedicatória

A Deus e aos Meus Pais.

Agradecimentos

Agradeço a Jesus por todo amor, graça e misericórdia, que me amparou e fortaleceu em toda a jornada.

Aos meus pais, Ana e João, meus heróis, por todo amor e dedicação que sempre me destinaram, não poupando esforços e sacrifícios para que eu estudasse, MUITO OBRIGADA. SEREI ETERNAMENTE GRATA A VOCÊS.

Aos meus amigos e familiares pela torcida positiva, em especial, às minhas amigas, Lívia Vieira, Luciane Almeida, Eliane Silva Ribeiro, Elisangela Lopes, Rosimeire Ribeiro, Eliana Costa, Anne Caroline, Emanuela Francisca, Wanúcia Maria, Aline Arruda e aos amigos Carlos José, Bruno Rezende e Francisco Vitor pela compreensão pelo incentivo, apoio e companheirismo.

Um agradecimento especial ao Professor Marcelo Simão da Rosa, que enquanto Pró-reitor de Ensino no Instituto Federal do Sul Minas Gerais, na gestão 2011-2014, fez-me aprender a justificar todas melhorias que eu almejava para as bibliotecas, obrigando-me a refletir sobre a forma de atuação e função da biblioteca numa instituição de educação profissional tecnológica. Esse exercício de reflexão me proporcionou um enriquecimento e amadurecimento profissional ímpar, nascendo, assim, meu desejo pela investigação científica. A você, meu professor e amigo, Marcelo Rosa, MUITO OBRIGADA.

À Professora Bernadete dos Santos Campelo, por quem eu tenho profunda admiração, pelo carinho e pela presteza em participar da banca examinadora.

A todos os Professores, pelo conhecimento compartilhado, em especial, o Prof. Dr. Roniberto Morato do Amaral pelo incentivo e a minha orientadora, Profª. Dra. Luciana de Souza Gracioso, pelos ensinamentos, pela paciência e pelo carinho.

SANTOS, Maria Aparecida Brito. **Regulamentação e concepção das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** em busca de sua identidade. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2017.

RESUMO

A história das Bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia está relacionada ao seu surgimento, refletindo a trajetória histórica de cada instituição. A estrutura diferenciada e espaço escolar repleto de diversidades e especificidades desses institutos, somada à oferta de educação, em diferentes níveis e modalidades de ensino, impactaram, diretamente, a organização e desenvolvimento de suas bibliotecas. Desta forma, o objetivo desta pesquisa é compreender a concepção das bibliotecas, diante do contexto educacional, social e legal dos Institutos Federais, com intuito de averiguar como está sendo construída sua identidade diante do contexto educacional e social exposto. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória e documental, na qual se realizou um levantamento bibliográfico sobre a história da educação profissional tecnológica no Brasil, a história da criação dos Institutos Federais e uma análise documental sobre as principais leis, planos de desenvolvimento institucional de cada Instituto Federal, regimentos e regulamentos de suas bibliotecas. Com base nos resultados desta pesquisa, é possível constatar que as bibliotecas das instituições de educação profissional e tecnológica são incluídas, pela primeira vez, por meio do decreto nº 5.773/2006, aos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – os quais são autorizados a ofertar ensino superior, com a criação dos Institutos Federais, em 2008. Por meio da lei nº 11.892, a biblioteca é apresentada na legislação e nos documentos institucionais como setor obrigatório, sem nenhuma associação clara com a sua função de apoio pedagógico e é estruturada à luz de instrumentos e políticas voltadas para o ensino superior.

Palavras-chave: Bibliotecas. Institutos Federais. Educação Profissional e Tecnológica. Ciência, Tecnologia e Sociedade.

SANTOS, Maria Aparecida Brito. **Regulamentação e concepção das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: em busca de sua identidade. 2017. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 2017.

ABSTRACT

The history of the libraries of the Federal Institutes of Education, Science and Technology – IFs – is related to emergence of the latter, reflecting the historical trajectory of each institution. Their distinctive structure and school space full of diversity and specificities, in addition to the offer of education in different levels and modalities of teaching, directly influenced the organization and development of the libraries. Thus, the objective of this research is to understand the conception of these libraries before the educational, social and legal context of the IFs, in order to ascertain how their identity is being constructed before context exposed. To do that, an exploratory and documentary research was developed, in which a bibliographical survey on the history of professional technological education in Brazil and the history of the creation of the Federal Institutes was carried out, together with a documentary analysis on the main laws, institutional development plans of each IF, regiments and regulations of their libraries. From the results, it is possible to verify that: the libraries of the institutions of professional and technological education are included for the first time when, through Decree No. 5,773/2006, the Federal Centers of Technological Education - CEFETs - are authorized to offer higher education; With the creation of the IFs in 2008, through Law No. 11,892, the library is presented in all records as a mandatory sector, with no clear association to its pedagogical support function and is structured in the light of instruments and policies aimed at higher education.

Key-words: Library. Federal Institutes. Professional and Technological Education. Science, Technology and Society.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas relacionadas às bibliotecas dos Institutos Federais.....	15
Quadro 2 - Institutos Federais.....	40
Quadro 3 - Catálogo de cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia.....	49
Quadro 4 - Linha do tempo da Rede Federal de Educação Profissional.....	62
Quadro 5 - Interpretação do Decreto nº 5.773/2006.....	64
Quadro 6 -Vigência dos PDI's.....	65
Quadro 7 - Sistema integrado de bibliotecas	70
Quadro 8 - Serviços prestados pelas bibliotecas dos Institutos Federais	72
Quadro 9 - Dados do levantamento bibliográfico	77
Quadro 10 - Recomendações do ERBI	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Serviços oferecidos pelas bibliotecas	73
Gráfico 2 – Projeto Político-Pedagógico Institucional.....	75
Gráfico 3 – Nomenclaturas adotadas	79
Gráfico 4 – Assuntos abordados na literatura.....	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BCVM	Biblioteca Clóvis Vergara Marques
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas de Instituições da Rede Federal ECPT
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
COAGRI	Coordenação Nacional de Ensino Agrícola
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIC	Formação Inicial Continuada
IF's	Institutos Federais
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFPI	Instituto Federal do Piauí
LDB	Leis de Diretrizes e Básicas da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento de Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PPPI	Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROEJA	Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIBI	Sistema de Bibliotecas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEP	Unidades Educativas de Produção
UNED's	Unidades de Ensino Descentralizadas
UNIRIO	Universidade do Rio de Janeiro
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	23
4 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	44
5 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: regulamentação e concepção.....	58
5.1 As principais leis da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil.....	61
5.2 Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI’s.....	63
5.3 Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI’s.....	66
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	68
6.1 Considerações sobre os planos de desenvolvimento institucional sobre os Projetos Político-pedagógico dos Institutos Federais.....	68
6.2 Considerações sobre os Projetos Político-pedagógico dos Institutos Federais	76
7 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: análise de literaturas especializadas federais (2009-2016).....	77
7.1 Análise de conteúdo.....	79
8 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: onde estamos para onde vamos... ..	89
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICES.....	118
ANEXO.....	147

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm suas raízes nas Escolas de Artífices, criadas em 1909, por meio do decreto nº 7.566, pelo então Presidente do Brasil Nilo Peçanha, cuja missão principal era capacitar cidadãos, em vulnerabilidade social, formando, assim, mão de obra qualificada, para trabalhar no setor industrial e agropecuário do país, possibilitando que tais cidadãos se afastassem da marginalidade.

Registra-se que entre os anos de 1937 a 2008, as Escolas de Aprendizizes e Artífices tiveram suas nomenclaturas diversificadas. Nesse período, encontramos denominações dessas instituições voltadas à educação profissional como: Patronatos Agrícolas, Liceus Industriais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrícolas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais, Centros de Educação Profissional e Tecnológica. Porém, somente em 2008, a partir da Lei nº 11.892, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual previa a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é que as instituições federais de educação profissional e tecnológica passaram a ser denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais).

Para tanto, os Institutos Federais nascem, a partir da integração e ou transformação de Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, configurando-se, no contexto da Educação Brasileira, um modelo de instituição de ensino singular, 38 Institutos Federais, distribuídos por todo o território nacional, com estrutura organizada, em Reitoria e *Campi*, com autonomia administrativa e dotação orçamentária, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades e níveis de ensino (básico, superior e profissional) com a missão intrínseca de contribuir, para com o desenvolvimento regional, cujas atividades são pautadas na tríade ensino, pesquisa e extensão.

Localizados em regiões geográficas diferenciadas, os Institutos Federais (IF's) atendem a um público com distintas características socioculturais e econômicas, reunidas num mesmo ambiente escolar. Nessa perspectiva, faz-se necessário, também, que atuação da biblioteca, bem como a oferta de seus produtos e serviços, sejam repensados e reestruturados, a fim de que se atenda, plenamente, a demanda informacional de seus usuários e contribua para com o cumprimento da missão institucional. Diante do exposto, podemos afirmar que a característica básica dos Institutos Federais é a diversidade e isso interfere, significativamente, na estruturação de suas bibliotecas, uma vez que ela é parte integrante e obrigatória na

estrutura dos Institutos Federais e aparato pedagógico relevante na prestação de serviços educacionais.

A problemática que envolve as bibliotecas dos Institutos Federais dá-se pelo fato de que, por atenderem um público diversificado, formado por discentes e docentes dos cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas e engenharias, cursos de pós-graduação, cursos de formação inicial e continuada, e, também, servidores e funcionários da instituição e comunidade externa, em geral, recebem, diariamente, uma demanda informacional diversificada, que somada ao compromisso social dos Institutos Federais, torna inviável enquadrá-las e estruturá-las à luz dos conceitos de tipologias de bibliotecas já estabelecidos na literatura, a qual hoje nos apresenta conceitos definidos e categorizados em biblioteca escolar, universitária, especializada e pública. Dessa forma, a compreensão sobre as peculiaridades e singularidades existentes nas bibliotecas dos Institutos Federais configura-se como lacuna carente de entendimento para os bibliotecários.

Enquanto bibliotecária documentalista sempre acreditei ser necessário compreender o ambiente e estrutura organizacional, na qual estava inserida, para desenvolver e aprimorar as práticas profissionais. E, como servidora no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, acompanhando as informações que circulavam no grupo de discussão virtual dos bibliotecários das instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, nos quais, por repetidas vezes, assuntos relacionados à tipologia de bibliotecas, estruturação, organização, regulamentação, reconhecimento das bibliotecas dentro dos Institutos Federais eram questionados pelos membros do grupo, participando de outros eventos profissionais voltados para bibliotecas e bibliotecários das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), pela dificuldade em localizar literatura referente às bibliotecas dos Institutos Federais, somados ao desejo de continuar estudando e contribuir para com a academia e o ambiente profissional; ainda que o pesquisador tenha que ser o mais neutro possível, durante o desenvolvimento de sua pesquisa, este estudo nasceu com base em observações e reflexões realizadas sobre meu ambiente de trabalho.

Por que estudar as bibliotecas dos Institutos Federais sobre a ótica do campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)?

As bibliotecas são instituições milenares, presentes na história das grandes civilizações, entendidas como guardiãs dos saberes e da cultura de um povo, com acesso permitido somente às classes sociais mais poderosas, também, foram alvo comum para

destruição nas grandes invasões, revoluções, rebeliões e guerras. Após a Revolução Industrial, diante da necessidade de levar informação ao maior número de operários e capacitá-los para o trabalho nas indústrias, a biblioteca começou a ser vista como ferramenta no processo de ensino e tornou-se acessível a diferentes classes sociais, configurando-se como organização imprescindível ao desenvolvimento social e cultural de uma sociedade. Com o decorrer dos anos e com os avanços tecnológicos, a biblioteca abandonou a função apenas de guardiã e assumiu, também, a de disseminadora da informação. A popularização da *internet*, a informação em suporte digital e em rede, os *softwares* de informatização de acervos e serviços e os dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets*, *notebooks* afetaram, diretamente, a função e funcionamento das bibliotecas.

De acordo com Pacheco (2013), o campo CTS, numa conceituação abrangente, é responsável por estudar a inter-relação existente ente a ciência e a tecnologia e o impacto que ambas exercem sobre a sociedade, além de buscar compreender a natureza, causas e consequências sociais do desenvolvimento científico e tecnológico; e, ainda, de entender como as forças sociais tentam moldar e controlar interesses diversos e, muitas vezes, conflitantes. O autor chama atenção para a interdisciplinaridade existente, nas abordagens CTS, a qual busca a integração de aspectos científicos, econômicos, éticos, sociais e políticos.

Hoffman citada por Castro (2011, p.2) afirma que:

A CTS busca compreender e superar os desafios provocados pelas mudanças e transformações radicais e abrangentes que ocorreram na passagem do milênio, constituindo um emergente padrão social, econômico, político e cultural que colabora para o aumento das incertezas e indefinições.

Nessa perspectiva, estudar as bibliotecas dos Institutos Federais sob ótica CTS torna-se pertinente, haja vista que a estrutura administrativa, pedagógica e missão social dos Institutos Federais vêm ao encontro de conceitos já consolidados na literatura científica sobre biblioteca e a tradicional forma de sua atuação dentro de uma instituição de ensino, impactando, diretamente, a prática profissional dos bibliotecários e o desenvolvimento das bibliotecas. São muitas indefinições que permeiam as bibliotecas diante do contexto social e legal apresentado pelos Institutos Federais, o que faz delas um arsenal diário de desafios para bibliotecários e demais gestores e, ainda, vasto cenário para investigações científicas.

Enquanto objeto de pesquisa, as bibliotecas dos Institutos Federais já foram estudadas no âmbito de programas de pós-graduação strictu senso, a saber:

Quadro 1: Pesquisas relacionadas às bibliotecas dos Institutos Federais

Ano	Programa / Instituição	Nível	Autor / objetivo
2010	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.	Mestrado Acadêmico	Caroline da Rosa Ferreira Becker apresentou sua dissertação intitulada “ <i>Gestão de bibliotecas escolares com foco nas quatro funções gerenciais: estudo de caso nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense</i> ”. A pesquisadora relata que sua pesquisa objetivou analisar gestão das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IF-C), usando como parâmetro as quatro funções gerenciais: planejamento, organização, direção e controle.
2012	Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Campus de Marília.	Mestrado Acadêmico	A mestranda Brisa Pozzi de Sousa apresentou sua dissertação intitulada “ <i>Aspectos da representação temática pela indexação de livros: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF’s)</i> ”. De acordo com a pesquisadora, sua pesquisa propôs uma investigação sobre a representação temática de livros por catalogadores, durante a análise de assunto na catalogação, a partir das concepções orientadas para o conteúdo e pela demanda para produzir a informação documentária, em catálogos de bibliotecas universitárias.
2012	Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos Centro de Educação e Ciências Humanas.	Mestrado Acadêmico	Cíntia Almeida da Silva Santos apresentou sua dissertação intitulada “ <i>As unidades de informação dos Institutos Federais no apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia: um estudo de percepção sociocognitiva com o uso do protocolo verbal em grupo</i> ”. A pesquisadora afirma que sua pesquisa propôs investigações e divulgações sobre a importância de uma unidade de informação no fortalecimento da Ciência e da Tecnologia, por intermédio do auxílio no desenvolvimento das atividades de pesquisa e de extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
2013	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro,	Mestrado Acadêmico	Carlos Ceza de Carvalho apresentou sua dissertação intitulada “ <i>Políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino: tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG Campus Januária – MG</i> ”. O pesquisador afirmou que sua pesquisa tinha como objetivo identificar,

			descrever, analisar e avaliar sob o ponto de vista dos estudantes com deficiência, servidores do setor de biblioteca e gestores de ensino como estão as políticas públicas e as condições de acessibilidade e de inclusão nas instituições de ensino e tecnologia assistivas na biblioteca do IFNMG Campus Januária, conhecer os dispositivos legais e legislação referente a pessoas com deficiência e acessibilidade e o conceito do termo diferença e identidade.
2013	Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, da Universidade Federal do Ceará.	Mestrado Profissional	Lígia Almeida do Nascimento Bandeira apresentou a dissertação intitulada “ <i>Cooperação em bibliotecas acadêmicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)</i> ”. De acordo com a autora, a pesquisa analisa a cooperação entre bibliotecas do IFCE, como alternativa de melhoramento dos serviços de informação, na percepção de bibliotecários e diretores de ensino. Para tanto, investiga, pelo método do estudo de caso, o atual panorama de cooperação entre as bibliotecas dos campi Juazeiro Do Norte, Crato (localizados na região metropolitana do Cariri) e Fortaleza.
2013	Programa de Mestrado em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.	Mestrado Acadêmico	Maria Aparecida Rodrigues de Souza apresentou sua pesquisa intitulada “ <i>a/o bibliotecária(o)-documentalista ante as novas tecnologias e a flexibilização do trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG): 2009-2012</i> ”. De acordo com a autora, a pesquisa objetivou investigar como se desenvolvem as relações de trabalho da/do profissional de biblioteconomia e da ciência da informação em instituições educacionais.
2014	Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e gestão da educação superior, da Universidade Federal do Ceará	Mestrado Profissional	Aline Rodrigues da Lima Mendes apresentou sua dissertação intitulada “ <i>Competências essenciais necessárias à atuação dos bibliotecários gestores de pessoas nas bibliotecas da Rede Federal EPCT</i> ”. Conforme dito pela pesquisadora, a pesquisa buscou identificar, na visão dos bibliotecários gestores, as competências essenciais para sua atuação na gestão de pessoas nas bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
			Sônia Oliveira Matos Moutinho apresentou sua

2014	Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.	Mestrado Acadêmico	dissertação de mestrado, intitulada “ <i>Práticas de leitura@ na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – Campus Teresina Sul</i> ”. De acordo com a pesquisadora, o objetivo proposto era investigar as práticas de leitura contemporânea seja offl-ine ou on-line, a fim de contribuir para a construção de medidas de incentivo à leitura que leve em conta as destrezas necessárias para auxiliar os alunos na pesquisa via internet, considerando as práticas de leituras desses sujeitos, buscando entender qual o itinerário feito pelos alunos na web.
2015	Programa de Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes, da Universidade Federal Da Paraíba.	Mestrado Acadêmico	Jobson Louis Santos de Almeida apresentou sua pesquisa intitulada “ <i>A Biblioteca como organização aprendente: o desenvolvimento de competências em informação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba</i> ”. O autor se propôs a investigar a relação entre o projeto educativo de desenvolvimento de competências em informação e o processo de transformação da biblioteca convencional em uma organização aprendente na perspectiva teórico-conceitual interdisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas e da Educação.
2015	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.	Mestrado Acadêmico	Aline Michelle Sima apresentou sua dissertação de mestrado, intitulada “ <i>A Contribuição da Biblioteca do IFMG - Campus Bambuí - para o desenvolvimento local e regional</i> ”. A pesquisadora afirma que sua pesquisa teve como objetivo verificar o desempenho da Biblioteca Comunitária Professora Ebe Alves da Silva, sob o olhar de uma análise qualitativa, por meio da percepção de diferentes atores sobre a administração, a formação, o desenvolvimento e o processamento das coleções, os serviços de atenção aos usuários e sobre as relações da biblioteca com as comunidades acadêmica e externa– das diferentes modalidades de ensino que competem os Institutos Federais e à finalidade social que concerne a essência dessas instituições.
2015	Programa De Pós-Graduação em Ciência da Informação, da	Mestrado Acadêmico	Cristiane da Cunha Teixeira apresentou sua dissertação de mestrado, intitulada “ <i>A cultura organizacional e informacional em ambiente técnico-acadêmico</i> ”. A pesquisadora relata que o objetivo geral de sua pesquisa foi analisar a cultura

	Universidade Federal Fluminense.		organizacional e informacional no sistema de ensino tecnológico e sua influência no compartilhamento, na produção e no uso do conhecimento, de modo a identificar práticas de gestão do conhecimento que as bibliotecas possam implementar, tendo como campo empírico os campi do Instituto Federal do Rio de Janeiro, localizados no Município do Rio de Janeiro.
2016	Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio).	Mestrado Acadêmico	Valéria Rodrigues de Oliveira Pozzatti apresentou sua dissertação de mestrado, intitulada “ <i>As bibliotecas do Instituto Federal do Espírito Santo e as práticas de disponibilização de trabalhos acadêmicos em formato digital.</i> ” A pesquisadora afirma que sua pesquisa teve como objetivo identificar os processos que viabilizaram a inclusão dos trabalhos acadêmicos no formato digital nas bibliotecas do Ifes utilizando o Pergamum.
2016	Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO	Mestrado Acadêmico	Cássia Rosania Nogueira dos Santos apresentou sua pesquisa de mestrado intitulada “ <i>Mapeamento das práticas de descarte de material bibliográfico em bibliotecas universitárias dos Institutos Federais</i> ”. De acordo com a pesquisadora, seu estudo teve por objetivo identificar as práticas dos profissionais bibliotecários relativas ao processo de descarte bibliográfico nos Institutos Federais do país.

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

É salutar ressaltar que todos os pesquisadores citados são bibliotecários documentalistas servidores em Institutos Federais e nenhuma pesquisa investigou a concepção das bibliotecas dos Institutos Federais, a partir de uma pesquisa exploratória e documental, tendo como principais fontes de informação leis, documentos institucionais e análise sistemática da literatura especializada. Dessa forma, esta pesquisa torna-se singular, uma vez que se objetivou compreender a concepção das bibliotecas, diante do contexto educacional, social e legal dos Institutos Federais, com intuito de averiguar como está sendo construída sua identidade diante do contexto educacional e social exposto. Isto, para que políticas de oferta de produtos e serviços de informação, possam ser elaboradas respeitando a natureza desta tipologia de biblioteca e, em especial, respeitando as especificidades e heterogeneidades de seu público. Especificamente, objetiva-se investigar a formação, caracterização e a consolidação das bibliotecas dos Institutos Federais, a partir da pesquisa documental; analisar

a literatura especializada, a fim de identificar quais as nomenclaturas estão sendo utilizadas para denominá-las e os temas que estão sendo abordados por elas.

Dessa maneira, tem-se como hipóteses desta pesquisa que: a ausência de diretrizes nacionais que norteiem a estruturação e funcionamento das bibliotecas dos Institutos Federais possam ocasionar discrepâncias no entendimento sobre a função dessas bibliotecas; além disso, o período entre os anos 2009 a 2018 pode se configurar como uma fase de consolidação das bibliotecas dentro do contexto educacional e social dos Institutos Federais; as múltiplas características das bibliotecas dos Institutos Federais, talvez, gerem a ausência de uma nomenclatura específica para denominá-las quanto à sua tipologia e, conseqüentemente, essa falta de clareza sobre em qual tipo as bibliotecas destes institutos se enquadram possa interferir no desenvolvimento de produtos e serviços ofertados por elas; e, por fim, o fato de que a ausência de uma nomenclatura específica, para denominar essas bibliotecas, possa interferir no processo de registro e recuperação da produção científica sobre elas.

A fim de alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória e documental, baseada na análise bibliográfica da literatura científica da área de biblioteconomia e ciência da informação sobre o tema e na análise documental de leis e documentos institucionais, como planos de desenvolvimento institucional, regimentos, regulamentos, políticas de desenvolvimento de coleções dos Institutos Federais.

Considerando que a produção científica sobre as bibliotecas dos Institutos Federais está em fase inicial, por isso, quantitativamente é pequena e que apresenta um vasto campo de questionamentos relacionados a sua concepção e gestão, espera-se com esta pesquisa contribuir tanto para a construção e registro da história dessas bibliotecas quanto elucidar o papel delas no contexto dos Institutos Federais, propiciando avanços e ampliação da visão dos bibliotecários sobre suas práticas profissionais diante da singularidade dessas bibliotecas. Nesse contexto, este estudo é relevante, uma vez que contribui para a construção de um referencial científico para bibliotecários e estudiosos do tema.

Para melhor compreensão desta pesquisa, o presente trabalho está disposto em nove seções:

- *Seção 1:* apresenta o tema, o problema de pesquisa, objetivos e justificativas da pesquisa.
- *Seção 2 :* apresenta os procedimentos metodológicos adotados.
- *Seção 3:* relata a história da educação profissional e tecnológica no Brasil.
- *Seção 4:* apresenta os Institutos Federais, sua criação, estruturação e funcionamento.

- *Seção 5:* refere-se à regulamentação e concepção das bibliotecas destes institutos.
- *Seção 6:* apresenta os resultados e discussões.
- *Seção 7:* apresenta uma análise de literatura especializada sobre as bibliotecas dos Institutos Federais (2009-2016).
- *Sessão 8:* descreve os eventos voltados aos profissionais que atuam nas bibliotecas dos Institutos Federais.
- *Sessão 9:* apresenta as considerações finais desta pesquisa

Em seguida, apresentam-se as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento do tema estudado.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo está estruturado, para elucidar o conjunto de procedimentos metodológicos organizados, com base nos objetivos traçados que contribuíram para a investigação do problema (objeto) deste trabalho.

Para tanto, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e documental. Andrade (2010) salienta que a pesquisa exploratória tem como objetivo demonstrar maiores informações sobre determinado assunto, enquanto Severino (2007) defende a ideia de que a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um objeto, mapear as prerrogativas de manifestação dele. Para Gil (2008), a pesquisa documental guarda estreitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica, os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores; na pesquisa documental, os materiais utilizados, geralmente, não receberam, ainda, um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins, dentre outros). A mesma ideia é comungada por Fonseca (2002) o qual afirma que a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão.

O universo desta pesquisa é constituído pelas bibliotecas dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do país.

Para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, foi realizado o levantamento de documentos institucionais e levantamento bibliográfico acerca da:

- 1) A história e legislação da educação profissional tecnológica no Brasil. 2) Criação e legislação dos Institutos Federais e,
- 3) Literatura específica cujo objeto de estudo está relacionado às bibliotecas dos Institutos Federais.
- 4) Levantamento dos eventos profissionais voltados para profissionais que atuam nestas bibliotecas.

Os documentos institucionais analisados tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político-Pedagógico Institucional, Regulamentos de bibliotecas foram solicitados aos respectivos institutos, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de

Informação ao Cidadão – *e-sic*. Quanto à literatura científica analisada, a saber, artigos científicos e trabalhos apresentados, em eventos profissionais da área de biblioteconomia e Ciência da Informação, ressalta-se que foram considerados os que estão disponíveis em texto completo, com acesso livre e gratuito e em língua portuguesa. Optou-se por analisar somente a literatura brasileira, uma vez que os Institutos Federais são instituições de ensino profissional e tecnológico, sem similar no mundo, como afirma Pacheco (2011), que nos leva a crer que as bibliotecas destes institutos configuram-se, também, como modelo singular de biblioteca.

Com o levantamento bibliográfico sobre a história e legislação, referente à educação profissional tecnológica, no Brasil e aos Institutos Federais, buscou-se adquirir pressupostos que clarificassem a compreensão sobre a trajetória da consolidação da educação profissional e tecnológica no país e a estrutura organizacional dos Institutos Federais, identificando como a biblioteca está inserida neste contexto. Com análise dos documentos institucionais, intencionou-se identificar como as bibliotecas dos Institutos Federais estão contempladas nos documentos que regulamentam e norteiam atuação destes institutos e se eles estão em consonância com a Lei nº 12.244 de 2010, a qual trata da obrigatoriedade de biblioteca em todos as instituições de ensino do país. E, por fim, com levantamento bibliográfico da literatura especializada referente às bibliotecas dos Institutos Federais.

Neste sentido, esta pesquisa está baseada na análise sistemática de:

- 38 Planos de desenvolvimento institucional.
- 37 Projetos Político-pedagógicos institucionais (13 documentos separados, 21 documentos parte do PDI, 3 documentos em fase elaboração e 1 IF não respondeu).
- 12 regimentos aprovados unificados de bibliotecas.
- 20 artigos apresentados em periódicos da área de ciência da informação (2009 – 2016).
- 81 trabalhos apresentados em eventos profissionais da área de biblioteconomia e ciência da informação, os quais se relacionavam, especificamente, às bibliotecas dos Institutos Federais.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Educação Profissional acompanha as práticas humanas desde os períodos mais remotos da história, quando os humanos, como salienta Manfredi (2002), transferiam seus saberes profissionais, por meio de uma educação baseada na observação, na prática e na repetição, pelas quais repassavam conhecimentos e técnicas de fabricação de utensílios, aprimoramento de ferramentas, instrumentos de caça, defesa e demais artefatos que lhes servissem e facilitassem o cotidiano.

O autor acrescenta que os humanos, ao longo dos tempos, valendo-se dos recursos de que se dispunham, nos mais diversos ambientes terrestres, desenvolviam artefatos com maestria, arte e praticidade e os saberes eram repassados de geração em geração. Essa pedagogia pode ser comprovada, como, por exemplo, em peças de acervo museológico antrópico, em que são demonstradas as diversas formas do trabalho humano que, de acordo com Manfredi (2002, p. 33), “[...] é uma atividade social central para garantir a sobrevivência de homens e mulheres e para a organização e o funcionamento das sociedades”.

O resgate histórico da evolução da educação profissional, no Brasil, revela-nos as características de sua oferta bem como a sua forma de organização, que esteve regida, a partir da trama de interesses presentes em cada momento específico de nossa História.

O primeiro esforço governamental, para a profissionalização do ensino no Brasil, surgiu, em 1808, por meio de um Decreto do Príncipe Regente D. João VI, criando o Colégio das Fábricas, que precedeu à suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras. A abolição da escravatura, também, configurou como marco histórico, pois, anteriormente, não era permitido aos negros escravos o acesso aos estudos, visto que eles estavam destinados aos trabalhos manuais, cuja aprendizagem ocorria em seu próprio local de trabalho. Diante da discriminação iminente e paralela à abolição da escravatura, em 1888, surge, assim, a necessidade de mão de obra qualificada para um país com projetos de criação e expansão fabril (SANTOS, 2007). Nesse contexto, tornava-se necessária a participação da educação profissional com um novo modelo de instituições para alavancar o progresso do país.

Em 1816, houve a proposta de criação de uma escola de Belas Artes, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho, voltado aos ofícios mecânicos. Nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, por Decreto Real, cujos egressos ti-

nam preferência pela ocupação de cargos nas Secretarias de Estado (ALMEIDA JUNIOR, 2005).

No entanto, desde a última década da Primeira República, já havia uma grande preocupação com o ensino de ofícios no Brasil. O processo de industrialização e urbanização do território brasileiro fazia emergir o pensamento em modificar os padrões de ensino e cultura nas instituições de ensino existentes. Para os governantes da época, com a multiplicação de instituições de ensino, o país se igualaria às grandes potências do mundo e tiraria o povo da sua situação de marginalidade. A Educação Profissional condicionou-se à missão de vencer o analfabetismo (considerado um grande problema social na época), aumentar o nível de escolarização de toda população e, principalmente, das classes menos favorecidas socioeconomicamente. A atual configuração da Educação Profissional consolidou-se, a partir da Revolução Industrial, que aconteceu no final do século XVIII e início do século XIX.

No decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Essas instituições tinham propostas direcionadas ao ensino das primeiras letras e à iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. Nessa perspectiva, pode-se inferir que a educação profissional no Brasil nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias (ESCOTT; MORAES, 2012).

Neste contexto, Ortigara (2013) nos esclarece que as primeiras unidades da educação profissional no Brasil não estavam vinculadas a uma formação, para o mercado de trabalho e nem visavam à formação para o desenvolvimento integral do indivíduo, pois surgiram como alternativas dos pobres às escolas destinadas à formação dos filhos das classes dominantes. Entretanto, nesta concepção, até o século XIX, conforme expõem as autoras Escott e Moraes (2012), não havia propostas sistemáticas de experiências de ensino, prevalecendo a educação propedêutica voltada para as elites e a preocupação com a formação de dirigentes.

A primeira ação direta do governo federal, no sentido de definir uma política para educação profissional no Brasil, foi a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909 (Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909). Na ocasião, foram criadas 19 escolas, sendo uma em cada capital de estado, conforme divisão geopolítica da época, exceto o estado do Rio Grande do Sul e o Estado do Rio de Janeiro.

No estado do Rio de Grande do Sul, já funcionava, desde 1906, o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre – o Instituto Parobé e, no estado Rio de

Janeiro, Escola de Aprendizizes e Artífices foi instalada, na cidade de Campos dos Goytacazes, a cidade natal do então Presidente da República Nilo Peçanha.

Segundo Gallindo (2013), as Escolas de Aprendizizes e Artífices significavam uma Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, marcada pela divisão entre trabalho manual e intelectual. E, nessa mesma perspectiva, Souza (2008, p. 109) explica que “uma barreira social se interpôs entre o ensino secundário humanista e desinteressado e o ensino profissional técnico utilitário e de nível elementar”.

Fernandes et al. (2014) mencionam que, no momento em que foram criadas as Escolas de Aprendizizes e Artífices, o Brasil adentrava a uma nova fase econômica e política, em virtude da necessária modernização industrial e urbana. Este momento impôs a criação de medidas públicas para escolarizar e profissionalizar os grandes contingentes populacionais urbanos.

Conforme Pereira (2009) pondera, as Escolas de Aprendizizes e Artífices foram dimensionadas dentro de uma economia pautada na agenda agrário-exportadora e tiveram seu perfil de atuação voltado, para as atividades industriais manufatureiras, sugerindo, assim, ser frágil a relação entre o capital agrário e a iniciativa governamental na criação destas escolas. Para o autor, é possível vê-las em posição de defesa da industrialização do país, como se observa no discurso do então Presidente Nilo Peçanha, em que afirmava que o Brasil do futuro sairia das oficinas.

De acordo com Canali (2010), a rede de Escolas de Aprendizizes e Artífices não logrou qualidade e eficiência no ensino profissional para o atendimento às demandas do setor industrial. Os prédios que as abrigavam eram inadequados, as oficinas apresentavam-se em precárias condições de funcionamento, havendo, também, escassez de mestres de ofícios especializados e de profissionais qualificados. Dessa maneira, o ensino profissional reduziu-se ao conhecimento empírico, uma vez que os mestres de ofícios se originavam das fábricas e das oficinas, faltando-lhes o conhecimento teórico relativo aos cursos oferecidos.

A autora salienta, ainda, que a evasão configurava-se como o mais grave problema nas escolas de Aprendizizes e Artífices, nos anos posteriores à sua implantação, uma vez que a maioria dos alunos abandonava o curso, no fim da terceira série, quando já dominavam os conhecimentos mínimos, para trabalhar nas fábricas ou nas oficinas, em determinados postos de trabalho (CANALI, 2010).

Posterior à criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices, em 1910, foram criados oito Aprendizados Agrícolas, todos subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e

Comércio, com o objetivo de ofertar formação em nível elementar (formação equivalente ao atual ensino fundamental) para trabalhadores do setor agrícola (FERNANDES et al., 2014). Nesta época, foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices.

Em 1918, com caráter além de educativo, mas também corretivo, foram criados os Patronatos Agrícolas, instituições responsáveis por prestar instruções cívicas e ensino agrícola para menores infratores recolhidos nos centros urbanos. De acordo com Ortigara (2012), tais instituições foram criadas com o intuito de formar mão de obra, a fim de atender e acelerar a modernização agrícola, bem como colaborar com o desenvolvimento do setor agroexportador que predominava no país nesse período.

Aos Patronatos Agrícolas cabia a função de ofertar noções de agricultura, zootecnia e veterinária e, ainda, a função social de resgatar menores infratores, desvalidos de condições socioeconômicas favoráveis ao seu desenvolvimento humano. Essas instituições estiveram, também, sob o aparato fiscal do Ministério da Justiça, pois sobre elas pesava, principalmente, a função corretiva, regeneradora, em que o caráter técnico-científico destinado para a modernização agrícola ficava em segundo plano (NERY, 2010).

Em 1930, data-se a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o qual assumira a supervisão das Escolas de Aprendizes Artífices, enquanto os Aprendizados Agrícolas continuaram sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa separação era, também, reflexo da disputa que ocorria no país nesse período, quando parte dos governantes apostava no desenvolvimento do país pautado na industrialização e outra parte acreditava e defendia um desenvolvimento atrelado à produção agrícola do país. Aos Aprendizados Agrícolas cabia, principalmente, a formação da população rural.

A década de 30 mostrou-se como a década marcada, significativamente, pelo processo de industrialização e do crescimento ascensional da população urbana, que viria a exigir mudanças nas concepções e práticas do ensino profissional e sua necessária institucionalização, para se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro, que, em diversas realidades posteriores, demandou novas necessidades para a formação da força de trabalho. Nessa época, percebemos a mudança do Brasil, um país cuja economia girava em torno da cultura do café e pecuária leiteira, passa a ser um país industrializado.

De acordo com Escott e Moraes (2012), nas décadas de 30 e 40, ocorreu o desenvolvimento de alternativas voltadas à formação dos trabalhadores. Assim, até 1932, o

curso primário vinha acompanhado das alternativas de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração. Após esses quatro anos, o aluno poderia cursar alternativas de trajetória voltadas, exclusivamente, para a formação para o mundo do trabalho no nível ginásial, dentre elas, o normal, o técnico agrícola ou o técnico comercial.

No entanto a Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar, especificamente, de ensino técnico, profissional, estabelecendo no artigo 129 que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937, p.27).

Dando continuidade, as autoras discorrem que tais possibilidades de formação eram sustentadas pelas características de um período histórico em que as atividades secundárias e terciárias eram incipientes e não davam acesso ao ensino superior. Vale ressaltar que as elites, nesse período, após o ensino primário e secundário propedêutico, tinham a possibilidade de seguir sua trajetória de estudos no ensino superior caracteristicamente dividido em carreiras profissionais. Desta forma, essas duas funções do sistema produtivo caracterizavam as referidas trajetórias educacionais em escolas diferenciadas (ESCOTT; MORAES, 2012).

Nesse sentido, Escott e Moraes (2012) relatam que, nas escolas diferenciadas, quando uma proporcionava uma formação mais intelectualizada, separada de ações instrumentais, a outra voltava-se para os trabalhadores, concentrando seus esforços na formação profissional em instituições especializadas, ensinando a forma de fazer e desprezando, assim, o desenvolvimento de habilidades psíquicas e sociais.

Com o processo de industrialização e modernização das relações de produções, os trabalhadores passaram a pressionar as camadas dirigentes para um posicionamento mais efetivo com relação à educação nacional. Contudo amplia-se o número de escolas e cursos voltados ao atendimento, nos mais variados ramos de profissionais, acentuando a dualidade entre formações intelectualizadas e instrumentais.

Entretanto, em 1941, surge um conjunto de Decretos-leis que ficou conhecido como a “Reforma Capanema”, a qual possuía como objetivo atender às demandas da industrialização por mão de obra qualificada e regulamentar o ensino de ofícios. Efetivada a partir de 1942, a

Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino e realizada, sob o comando do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, consolidou a dualidade do sistema de ensino brasileiro, consagrando os princípios do texto constitucional de 1937: “uma educação destinada às elites e outra destinada à formação da classe trabalhadora, reproduzindo, na estrutura do sistema educacional, a estrutura socioeconômica do país” (FERNANDES et al., 2014). A reforma de Capanema se tornou um reforço no processo discriminatório e na dualidade entre o ensino secundário de formação geral e o ensino profissionalizante.

Conforme exposto por Ortigara (2012), a Lei Orgânica do Ensino agrícola reorganizou o currículo desta modalidade de ensino, instituindo dois ciclos, respectivamente, um destinado aos cursos de iniciação agrícola, que deveriam ser articulados ao ensino primário; e o outro, destinado aos cursos técnicos, que deveriam ser ofertados em articulação com o ensino secundário. Essa lei, também, estabeleceu uma nova classificação para as instituições de ensino agrícola, dividindo-as em Escolas de Iniciação Agrícola e Escolas Agrotécnicas. As Escolas de Iniciação Agrícola eram destinadas a ofertar cursos de iniciação agrícola, com duração de dois anos e visando à capacitação profissional necessária, para a execução de trabalho operário agrícola, além de cursos de iniciação agrícola, ofertariam, também, cursos de mestría agrícola; e as Escolas Agrotécnicas ofertariam cursos agrícolas técnicos, com duração de três anos, os quais seriam destinados aos ensinos de técnicas próprias ao exercício de funções mais técnicas na agricultura e, ainda, ofertariam cursos de formação de pessoal docente para o ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola ou de pessoal administrativo do ensino agrícola.

Destaca-se, ainda, que a década de 1930 é considerada referencial histórico para a Educação Profissional do Brasil, pois essa década configurou o início da industrialização no país e possibilitou a institucionalização de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo. Da mesma forma, a década de 1940, também, foi de suma importância para a educação profissional brasileira, pois com o surgimento do “Sistema S”, tomou impulso em amplitude de atendimento.

Em 1959, registra-se a criação das Escolas Técnicas Federais, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), sendo autarquias federais, com personalidade jurídica própria, autonomia didática, administrativa, técnica e financeira de acordo com Decreto nº 47.038/1959 (BRASIL, 1959).

Esclarece-se que as Escolas Agrícolas, vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, não foram transformadas em autarquias, como aconteceu com as

Escolas Técnicas Federais. Em 1967, por meio do Decreto nº 60.731, as Escolas de Ensino Agrícola, vinculadas ao Ministério da Agricultura, foram transferidas para a tutela do Ministério da Educação e Cultura, tal medida estava em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/1961.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), garantiu-se maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário, mas a dualidade estrutural, ainda, persistia.

Em 1971, a Lei Federal nº 5.692/71 que reformula Lei Federal nº 4.024/61, generaliza a profissionalização no ensino médio, na época denominada segundo grau e institui a profissionalização universal e compulsória para o ensino secundário, estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Além disso, fixou as diretrizes e bases, para o ensino de 1º e 2º graus, ao responder às exigências por mão de obra qualificada, reformulou os currículos de formação humanística para formação profissional. Dessa forma, os conteúdos humanistas, predominantes até então, foram substituídos pelos científicos e técnicos, orientados para o trabalho. Em seguida, no ano de 1973, por meio do Decreto nº 72.434/73, foi criada a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI), dentro do Ministério da Educação e Cultura. A COAGRI era um órgão autônomo que tinha como finalidade prestar assistência técnica e financeira a instituições especializadas no ensino agrícola.

Em 1978, por meio da Lei nº 6.545/78, surgem os três Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), sendo eles: CEFET Minas Gerais, CEFET Paraná e CEFET Rio de Janeiro, oriundos da transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, respectivamente. Assim, consolidava-se mais uma estratégia estatal para adequar o ensino profissional às demandas do desenvolvimento econômico e ao projeto das elites dirigentes para a Educação. Retomava-se o esforço iniciado com a reforma universitária de 1968, para a ampliação do número de cursos de curta duração, ofertados por instituições não universitárias, visando redirecionar a demanda da universidade para o mercado (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2009).

A então Lei nº 6.545/78 transformou a instituição em autarquia de regime especial, Instituição Federal de Ensino Superior Isolada, passando a ter como objetivos a realização de pesquisas, na área técnica industrial e oferta de cursos técnicos industriais, de graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e de tecnólogos, de licenciatura plena e curta, para as disciplinas especializadas do

2º grau e dos cursos de tecnólogos, além de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização na área técnica industrial.

Em 1979, o então Presidente da República, João Figueiredo, por meio do Decreto nº 83.935, resolve que:

Art. 1º- Os estabelecimentos de ensino subordinados à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário-COAGRI, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, terão a denominação uniforme de ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL, seguida do nome da cidade em que se localiza o estabelecimento (BRASIL, 1979, p.1).

Dessa forma, os Colégios Agrícolas passaram a se denominar Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), seguido do nome da cidade em que estavam localizados, a exemplo, Escola Agrotécnica Federal de Machado, localizada no município de Machado, no Sul do estado de Minas Gerais.

De acordo com Menezes e Santos (2002), as EAFs ficaram caracterizadas por ministrar cursos técnicos, em nível médio, nas áreas de Agropecuária, Agroindústria, Enologia, Zootecnia e Infraestrutura rural, em regime aberto, de internato e semi-internato. As Escolas Agrotécnicas Federais funcionavam como autarquias educacionais federais, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, técnica e disciplinar. As EAFs adotavam como metodologia de ensino o sistema Escola Fazenda, obedecendo ao princípio “aprender a fazer e fazer para aprender”, que dá oportunidade ao aluno vivenciar os problemas de sua futura atividade profissional. O sistema Escola Fazenda utiliza dois processos distintos que funcionam integrados às Unidades Educativas de Produção (UEP) e aos Hospitais-escola.

A Lei Federal nº 8.731 de 1993, ao instituir o processo de autarquização, possibilitava que as Escolas Federais Agrotécnicas se equiparassem às Escolas Técnicas Federais e aos CEFET's, concedendo-lhes autonomia administrativa, didática e disciplinar; e vinculando-as à Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação (SETEC/MEC), órgão central de formulação de políticas para educação profissional.

Em 1994, a Lei nº 8.948 que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformou, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), mediante decreto específico para cada instituição e, em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 20 de novembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional, em um capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social, contidos nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada, para tornar-se um mecanismo, para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

O Decreto nº 2.208 de 1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), criando matrizes curriculares e matrículas distintas para o estudante que deseja se formar técnico: uma no Ensino Médio e outra no Ensino Técnico, podendo ambos ocorrer em épocas ou instituições de ensino diferentes. O reforço à dualidade estrutural ocorre para atender a três objetivos básicos: a) evitar que Escolas Técnicas formem profissionais que sigam no Ensino Superior em vez de ingressarem no mercado de trabalho, b) tornar os cursos técnicos mais baratos tanto para a rede pública quanto para os empresários da Educação Profissional que desejam oferecer mensalidades a preços competitivos, e c) promover mudanças na estrutura dos cursos técnicos, de modo que os egressos possam ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho e que as instituições de ensino possam flexibilizar os currículos adaptando-se mais facilmente às demandas imediatas do mercado. As transformações socioeconômicas mundiais, a globalização e expansão tecnológica que passaram a interferir, no Brasil, demandavam cada vez com mais urgência que os trabalhadores tivessem conhecimentos e práticas que pudessem suprir as necessidades do mercado e isso impulsionava as escolas técnicas federais a ofertar cursos profissionalizantes de curta duração.

Com a aprovação do Plano Nacional de Educação, por meio da Lei nº 10.172 de 2001, o diagnóstico da educação foi apresentado e as diretrizes para a educação profissional foram traçadas. A referida lei continuava a reforçar que o principal foco da educação profissional era a formação voltada ao trabalho com a finalidade de atender as necessidades dos mercados regionais e a formação docente, ou seja, a oferta de licenciaturas visando à formação de professores.

A integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio passa a ser permitida por meio do Decreto nº 5.154 de 2004. Porém, somente a partir de 2005, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT) volta a receber investimentos significativos do governo e, com a publicação da Lei nº 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal EPCT, garantindo a construção de 64

novas unidades escolares.

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância (BRASIL. MEC, 2009, p.7).

E, com o Decreto nº 5.840 de 2006, instituiu-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de jovens e adultos (PROEJA).

Para Kuenzer (1997; 2005), historicamente, a educação brasileira traz consigo a marca da dualidade estrutural que se caracteriza pela existência de tipos diferentes de escola para classes sociais distintas. Se para uma parcela da população, que detém a hegemonia política, cultural e econômica, a trajetória escolar se constitui quase sempre no acesso a uma educação básica propedêutica e no ingresso em cursos universitários, para a grande maioria resta como alternativa uma educação básica precária, associada, quando possível, à formação para o trabalho em cursos técnicos e, mais recentemente, em cursos superiores de tecnologia.

A educação, portanto despontaria como processo mediador que relaciona a base cognitiva com a estrutura material da sociedade, evitando o erro histórico de se transformar em mercadoria e de considerar a educação profissional e tecnológica como adestramento ou treinamento. Cabe ressaltar que já nos anos 30 existia o baixo índice de oferta e procura pela formação de professores, pois poucas instituições se destinavam à formação e a elite não tinha interesse pela carreira em razão dos baixos salários.

De acordo com Tavares (2014), a Educação Profissional no Brasil foi criada, para atender crianças, jovens e adultos, que viviam à margem da sociedade. As primeiras escolas que constituíram a Rede Federal de Educação Profissional tinham a função de instruir tais indivíduos por meio do ensino de um ofício ou profissão. Segundo Tavares (2014), até 1955 a educação profissional, no Brasil, era destinada somente aos marginalizados da sociedade da época, entre eles encontravam-se pobres, aleijados, cegos, surdos, ex-escravos, loucos, órfãos.

Nessa época, o processo de desenvolvimento da indústria nacional, ainda, não demandava grande quantidade de trabalhadores qualificados, por se encontrar, ainda, em fase embrionária e, de outro lado, a Educação Profissional era vista como alternativa ao problema da ociosidade dos “desfavorecidos da fortuna”, que geravam altos índices de criminalidade e

impediam o progresso do país (TAVARES, 2014). Também não existia aproximação entre a educação profissional e ensino propedêutico.

Somente, a partir de 1956, encontramos registros de que os jovens trabalhadores que chegavam ao ensino secundário, também, almejavam o Ensino Superior e desejavam ascensão social. Esses fatores pressionaram, para que o ensino profissionalizante, muito mais do que qualificar mão de obra para a indústria, atuasse como válvula de escape, aliviando a pressão exercida pela sociedade por vagas nas universidades. Na Ditadura Militar, a ampliação do acesso à universidade pela população representava o risco de se agravar o movimento de contestação ao regime político. Entretanto a elevação da escolaridade dos trabalhadores era considerada fator determinante para o desenvolvimento industrial do país.

A aproximação entre o ensino profissional e o propedêutico começa a acontecer, no período entre 1956 a 1984, embora a Lei nº 4.024/61, apesar de representar uma primeira tentativa de equivalência entre ensino profissional e ensino propedêutico, tenha sido um avanço relativo. Mesmo a Lei nº 5.692/71, sob o discurso de uma escola secundária única para todos, fracassou na tarefa de diminuir a distância entre as escolas de ricos e pobres, evidenciando que a preocupação com a dualidade da educação existia apenas, formalmente, no discurso político da época.

A década de 1980 ficou marcada pela crise e pela profunda estagnação econômica enfrentada pela América Latina neste período. O desemprego e a inflação eram os grandes desafios a serem enfrentados pelo governo. Tais fatores atingiram fortemente, também, o desenvolvimento da educação profissional até 2002. Nesse período, as transformações no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos foram as justificativas usadas, para promover reformas educacionais profundas, porém o destaque foi a expansão do ensino superior privado.

As instituições públicas que ofertavam ensino profissionalizante enfrentaram anos de recessão financeira e números de servidores insuficientes. Contudo tinham a missão de formar trabalhadores em sintonia com as novas formas de organização e gestão do trabalho e com os interesses do mercado. Todavia, nesse período, transferiu para o próprio trabalhador a responsabilidade pelo domínio das competências profissionais exigidas pelo mercado e, portanto pela sua empregabilidade. Ainda, entre os anos 1984 a 2002, a estruturação do Ensino Técnico e Tecnológico em um sistema paralelo ao sistema regular reforça a dualidade estrutural.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 e do Decreto

Presidencial nº 2.208/97, mudou, significativamente, a história da Educação Profissional no Brasil, interferindo na oferta e qualidade da educação profissional prestada à sociedade, tornando-se alvo de discussões entre vários profissionais da educação na época. Tavares e Matsumoto (2012) afirmam que a reforma na educação profissional pode ser resumida das seguintes maneiras: separação entre formação geral e formação técnica, a qual gerou as diferentes modalidades de ensino técnico, a saber, concomitância interna, concomitância externa e pós-médio, a estruturação curricular dos cursos, em forma de módulos profissionalizantes, em substituição ao conceito de qualificação pela noção de competência. Os autores salientam que:

Apesar de apoiar-se num discurso voltado para o atendimento às novas demandas do mundo do trabalho (globalizado), a REP aconteceu muito mais pelo interesse do Governo brasileiro em buscar alternativas de financiamento para a educação do país, subjugando-se às exigências dos organismos financeiros internacionais. [...] A separação entre o ensino técnico e o ensino médio, numa perspectiva de educação integradora, segue na contramão de qualquer proposta pedagógica fundamentada no estabelecimento de uma relação íntima entre teoria e prática ou, ainda, na intercomplementaridade entre conhecimento geral e específico. A este novo cenário esteve associada uma política de forte cunho neoliberal, antidemocrática, baseada num modelo de Estado Mínimo, o que agravou ainda mais a insatisfação dos sujeitos que foram envolvidos na sua implantação (TAVARES; MATSUMOTO, 2012, p. 13-14).

Embora o governo brasileiro, à época, garantisse que a reforma na educação profissional era em prol de melhorias, na qualidade do ensino e seu alinhamento com a demanda do mercado de trabalho, muitos profissionais da educação afirmavam que as modificações apresentadas pelo governo corroboravam para precarização da educação profissional, como manifesta Salvadori e De Boni (2007, p.5):

Com a assinatura deste Decreto volta-se a fortalecer o conceito dualista da educação: o propedêutico e o profissional. Dessa forma, a Educação Profissional pode ser ensinada em qualquer lugar, de qualquer modo, basta que se cumpra a carga horária exigida pelos parâmetros curriculares para ser considerada profissionalizante. Nos cursos de nível técnico podem ingressar pessoas que não concluíram o ensino médio, e que tenham a necessidade de obter uma profissão.

Os anos de 2003 a 2010 foram marcados pela retomada no processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Na primeira década do século XXI, o Estado brasileiro assumiu uma postura mais progressista, no campo da educação, tendo em vista a composição de um governo democrático-popular. Algumas medidas adotadas seguem

na contramão das políticas neoliberais do período anterior, com destaque para a retomada do investimento público nas instituições de ensino federais (BRASIL/MEC/INEP, 2011).

Enquanto até 2002 existiam 140 escolas públicas de educação profissional e tecnológica, entre os anos 2003 a 2010, vimos esse número atingir a marca de 366 escolas públicas. Em termos de concepção pedagógica, a expansão da Rede está acompanhada do fortalecimento da relação entre Educação Profissional e Educação Básica, numa perspectiva de educação integral. Destaca-se, também, uma Educação Profissional pautada na investigação científica e na inovação tecnológica, que seja capaz de se aproximar, sobretudo, da Educação de Jovens e Adultos.

A Educação Profissional passou por nova reforma e sua regulamentação, dada pelo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997, passando a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia, com o objetivo de atender o aluno matriculado ou o egresso do ensino básico, do nível superior, bem como os trabalhadores em geral.

A Educação Profissional de nível médio, no Brasil, hoje, é regulada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004; regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O decreto traz princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional num esforço de alguns reformistas para vencer a clássica dicotomia entre conhecimentos específicos e gerais, entre ensino médio e educação profissional, pleiteando a integração da formação básica e profissional de forma orgânica num mesmo currículo.

O Decreto nº 6.302 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Brasil Profissionalizado que visa estimular o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais (BRASIL/MEC/SETEC, 2007).

Como relata Canali (2010), o referido programa representa uma tentativa de democratização do Ensino Médio e tem sua sustentação e apoio no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que presta assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico das escolas; construção de laboratórios e bibliotecas, formação de docentes, gestores e pessoal técnico.

A princípio, ingenuamente, poder-se-ia considerar louvável a iniciativa do governo federal, se não representasse a ratificação do que pensam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005,

p.1089): “a política de educação profissional destinada a jovens e adultos trabalhadores, processa-se mediante programas focais e contingentes”. Dentre esses, o PROEJA, que se configura em oferta mínima aos jovens e adultos excluídos da educação regular; o Programa Escola de Fábrica, parceria entre o público e o privado, iniciado com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), em parceria com empresas e indústrias, para dar formação profissional inicial a jovens entre 16 e 24 anos, matriculados na Educação Básica, cujas famílias tenham renda *per capita* de até um salário mínimo; e o PROJOVEM, que busca integrar Ensino Fundamental, qualificação profissional e ação comunitária.

Canali (2010) enfatiza que superar essa dualidade estrutural histórica existente entre ensino médio propedêutico e educação profissional de nível médio configura pesados desafios para transformar essa realidade, caracterizada como problema político e não pedagógico, pois “a dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho; pretender resolvê-la na escola, através de uma nova concepção, ou é ingenuidade ou é má fé” (CANALI, 2010, p.1 apud KUENZER, 2007, p.34).

Domingos Sobrinho, afirma que:

[...] a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, além de sua missão social, criou condições para assumir um lugar de destaque no desenvolvimento tecnológico nacional, na medida em que, o aumento da qualificação do seu quadro de pessoal, a consolidação e ampliação dos seus grupos de pesquisa e a articulação com o mundo econômico, mas particularmente, regional e local, vem abrindo os espaços necessários à sua consolidação enquanto destacado produtor de pesquisa aplicada e inovações tecnológicas. Assim, a nova institucionalidade estimulada pela criação dos Institutos deve contribuir também para a superação do que costumamos chamar de estigma de origem, ou seja, um elemento do imaginário da rede cuja origem remonta ao início de sua fundação (1909), mas ainda presente nas representações sociais construídas por diferentes grupos sobre educação profissional tecnológica inclusive no meio acadêmico, segundo o qual a EPT deve se restringir a prover “os desfavorecidos da fortuna”, como sublinhava o Decreto nº 7566/1909, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices (apud CONCEFET, 2007). Mais modernamente, esse estigma se exprime através da proposta de manutenção de uma escola dual, na qual a EPT deve estar voltada para “adestrar as mãos e aguçar os olhos”, como já dissemos anteriormente. A rede precisa hoje, reivindicar a atenção e o apoio dos órgãos de fomento e do mundo produtivo para o seu lugar de ator imprescindível ao processo de desenvolvimento tecnológico e, principalmente, de importante parceiro das políticas sociais que visam à construção da cidadania para milhões de brasileiros e brasileiras (DOMINGOS SOBRINHO, 2009, p.7-8).

Domingos Sobrinho (2009) ressalta, ainda, que, embora tendo se espelhado sempre na instituição universitária, a rede precisa agora tomar consciência que é este o momento de darmos forma social e configuração jurídica à nova institucionalidade e buscar a configuração própria (ou dar forma social própria) às particularidades que as distinguem do mundo

acadêmico.

Segundo o Parecer nº 16/99 do CNE, a Educação Profissional norteia-se pelos princípios da igualdade de condições, para o acesso e a permanência na escola, bem como pelos princípios que regem a LDB, sobretudo pelo art. 3, que preceitua sobre a educação em geral (BRASIL, 1999). O mesmo parecer igualmente ressalta os valores estéticos, políticos e éticos como norteadores da Educação Profissional. Contudo alerta que esses valores só se concretizarão, por meio de uma pedagogia focada “na atividade do aluno, na sua aprendizagem para um fazer com arte – o fazer bem feito” (BRASIL, 1999). Isto supõe que seja promovido o desenvolvimento da criatividade, da iniciativa e da liberdade de expressão; que seja dada atenção especial à elaboração de currículos e à adoção de práticas didáticas que assegurem a todos a constituição de competências laborais importantes, para o exercício da subsistência com dignidade, com autorrespeito e reconhecimento social como seres produtivos; seja reconhecido e valorizado o *ethos* de cada profissão, com base na solidariedade e na responsabilidade, visando ao exercício da vida produtiva e da cidadania (SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, 2007).

Em virtude da rápida expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica nos anos 2000, a educação profissional ressurgiu como política pública de salvaguarda, para o desenvolvimento da nação, tendo como um dos objetivos claros: propiciar a inclusão de jovens e de trabalhadores no mercado de trabalho. Na visão de Pacheco (2011, p. 15-16), a educação profissional e tecnológica é considerada uma “estratégia de ação política e de transformação social”, não somente “como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros”.

Um dos fatores que justificam o rápido e acentuado processo de expansão, na primeira década do século XXI, deve-se ao reconhecimento nacional quanto à importância das Instituições de ensino que compõem a RFEPT. São escolas, normalmente, centenárias e de referência nesta modalidade de ensino no país. Com efeito, seus alunos sempre estão entre as primeiras colocações em avaliações nacionais. Deste modo, o potencial de formação com qualidade, em nível médio profissionalizante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, propicia um diferencial no ensino em determinados municípios onde as oportunidades educacionais de qualidade são, muitas vezes, escassas (SAMPAIO, 2013).

Os desafios que se apresentam à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica exigem que o Brasil assumira a Educação Profissional como política de Estado,

de modo a garantir a sua continuidade com a sucessão deste governo pelos próximos. Sem dúvida, a expansão da Rede Federal da forma como vem sendo executada é algo sem precedentes na história do Brasil (TAVARES, 2012).

No ano de 2003, depois de assumir a Presidência da República, o governo Luiz Inácio Lula da Silva imprime à Rede Federal um novo e importante impulso na direção da sua expansão. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), vinculada diretamente ao MEC, anunciou planos bastante ambiciosos: se durante quase um século (1909 a 2002) foram construídas 140 instituições de Educação Profissional e Tecnológica no país, de 2003 a 2010 o MEC se propõe a construir 214 novas unidades federais, que significa uma ampliação de 150% num intervalo de oito anos (BRASIL/MEC, 2007).

A Fase I, lançada em 2005 (MEC/SETEC, 2010), anunciava a construção de 64 novas unidades. Neste primeiro momento, foram previstas 37 novas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), nove novas autarquias, além da federalização de 18 novas escolas que não pertenciam à rede federal (MEC/SETEC, 2011). A Fase I tem como objetivo:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (MEC/SETEC, 2011, p.12).

Em termos de concepção pedagógica, pretende-se que a expansão da Rede venha acompanhada do fortalecimento da relação entre Educação Profissional e educação básica, numa perspectiva de educação integral. Destaca-se, também, uma Educação Profissional pautada na investigação científica e na inovação tecnológica, que seja capaz de se aproximar, sobretudo, da Educação de Jovens e Adultos (TAVARES, 2012).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica sempre foi estratégica para o governo central na efetivação das políticas públicas da educação profissional. Diferentes cenários foram apresentados por distintas concepções governamentais, ao longo da trajetória das escolas federais e, com isso, algumas transformações foram efetivadas na estrutura da rede como um todo. Percebe-se, no entanto que a essência dessas instituições permanece presente, qual seja: o oferecimento de cursos profissionalizantes que atendam às demandas do mercado, proporcionando para sociedade uma rede escolar de melhor qualidade e que esteja formando profissionais que ocupem vagas de trabalho (OLIVEIRA; CÓSSIO, 2013).

De acordo com Oliveira e Cóssio (2013), atualmente, a educação profissional está sendo oferecida, formalmente, por meio de instituições públicas ou privadas, seja como oferta

regular, seja por meio de programas e cursos, alguns contando com apoio financeiro dos governos e outros com apoio de empresários interessados na qualificação de mão de obra. Por esta afirmativa, percebe-se que, a despeito das oscilações, rupturas, instabilidade evidenciadas, ao longo da trajetória da educação profissional, este é um momento de expansão da oferta, notadamente, para atender a diversificação e o aumento do nível de exigência das atividades laborais.

Os autores mencionam, ainda, que as políticas públicas para o ensino profissional abrangem a formação inicial e continuada de trabalhadores, vinculada ou não ao ensino regular, visto que em alguns casos prescinde da exigência de escolarização. Abrangem, também, a educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional tecnológica, a de graduação e de pós-graduação (OLIVEIRA; CÓSSIO, 2013).

Para Oliveira e Cóssio (2013, p.1586):

As políticas, programas e ações governamentais têm alardeado que a qualificação profissional e a formação técnico-profissional são estratégias para inserção do país no grupo de nações denominadas desenvolvidas, além de se constituir condição para o trabalhador participar das novas relações sociais de produção.

Complementando:

De uma forma geral, a educação profissional tem servido para preparar mão de obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou, ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja que o trabalhador fosse capaz de executar as funções reservadas para ele de forma mecânica e tecnicista. Essa função delegada ao então denominado ensino profissionalizante (ensino técnico) é resultado de uma sociedade estruturada de forma dual: proprietários dos meios de produção, detentores do capital e, trabalhadores, donos de sua força de trabalho a ser transformada em mercadoria de venda e produção (GROBOWSKI; RIBEIRO, 2010, p.276-277).

No contexto atual, precisa-se de cursos profissionalizantes que atuem de forma mais ampla, não atendendo apenas às demandas do mercado, mas trabalhando para a formação de profissionais que possam também ser pessoas melhores, contribuindo para modificar as suas condições sociais, suas relações e atuações na sociedade, favorecendo a construção de um novo projeto de nação, menos desigual.

No entanto, para Grabowski e Ribeiro (2010), a educação profissional tem uma função relevante no desenvolvimento da cidadania do país. Esta modalidade de ensino, durante ao longo da história do Brasil, foi voltada às classes menos favorecidas da população. Atualmente, apesar das modificações consideradas no modelo da sociedade brasileira, a rede federal de ensino profissional permanece sendo uma referência para as pessoas que precisam do

auxílio do Estado para terem acesso à escolarização e por meio dela buscarem melhores oportunidades de vida.

Considerando a necessidade de um ensino profissional com mais amplitude, em sua essência, Grabowski e Ribeiro (2010, p.279), afirmam que:

[...] urge conceber ainda a educação profissional, na perspectiva estratégica de política, como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, de geração de trabalho e renda, dentre outras dimensões de natureza pedagógica, social e epistemológica. Neste último campo, o epistemológico, trata-se de construção do conhecimento como trabalho não meramente técnico, mas científico e cultural. Na social, a estratégia política realça as relações conflituosas que são responsáveis pela produção e apropriação dos conhecimentos. Na dimensão pedagógica, objetiva formar e educar cidadãos e profissionais com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica.

No final de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, segundo dados do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), contava com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFET's com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, uma (1) Universidade Tecnológica Federal e uma (1) Escola Técnica Federal; todas as instituições foram convidadas a transformarem-se em Institutos Federais, entretanto o CEFET RJ, o CEFET MG e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná não aderiram à transformação.

Diante desse contexto, em 29 de dezembro de 2008, é homologada a Lei nº 11.892, a qual instituiu a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica – Rede Federal EPCT, composta pelos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET's de MG e do RJ, Colégio Pedro II e Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Vale ressaltar que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgiram da transformação e integração das antigas Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e CEFET'S, conforme exposto na tabela a seguir.

Quadro 2- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Até a Lei 11.892/2008	Processo	A partir da Lei 11.892/2008
Escola Técnica Federal do Acre	Transformação	Instituto Federal do Acre
Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e Escola Agrotécnica Federal de Satuba	Integração	Instituto Federal de Alagoas
Escola Técnica Federal do Amapá	Transformação	Instituto Federal do Amapá
Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira	Integração	Instituto Federal do Amazonas
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	Transformação	Instituto Federal da Bahia
Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim	Integração	Instituto Federal Baiano

Escola Técnica Federal de Brasília	Transformação	Instituto Federal de Brasília
Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu	Integração	Instituto Federal do Ceará
Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e as Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa	Integração	Instituto Federal do Espírito Santo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás	Transformação	Instituto Federal de Goiás
Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí e Escola Agrotécnica Federal de Ceres	Integração	Instituto Federal Goiano
Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e as Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras	Integração	Instituto Federal do Maranhão
Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí e Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista	Integração	Instituto Federal de Minas Gerais
Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e a Escola Agrotécnica Federal de Salinas	Integração	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e a Escola Agrotécnica Federal de Barbacena (integração)	Integração	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho (integração)	Integração	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia (integração)	Integração	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres	Integração	Instituto Federal de Mato Grosso
Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina	Integração	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá	Integração	Instituto Federal do Pará
Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e Escola Agrotécnica Federal de Sousa	Integração	Instituto Federal da Paraíba
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e as Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão	Integração	Instituto Federal de Pernambuco
Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina	Transformação	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (transformação)	Transformação	Instituto Federal do Piauí
Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná	Transformação	Instituto Federal do Paraná
Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis	Transformação	Instituto Federal do Rio de Janeiro
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos	Transformação	Instituto Federal Fluminense
Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte	Transformação	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão	Integração	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul	Integração	Instituto Federal Farroupilha
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (transformação)	Transformação	Instituto Federal Sul-rio-grandense
Escola Técnica Federal de Rondônia e Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste	Integração	Instituto Federal de Rondônia
Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima	Transformação	Instituto Federal de Roraima
Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina	Transformação	Instituto Federal de Santa Catarina

Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio	Integração	Instituto Federal Catarinense
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo	Transformação	Instituto Federal de São Paulo
Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão	Integração	Instituto Federal de Sergipe
Escola Técnica Federal de Palmas e Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (integração)	Integração	Instituto Federal do Tocantins

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Ressalta-se que a oferta da Educação Profissional e Tecnológica obedece a preceitos estabelecidos na Lei nº 11.741/2008 e assuntos relacionados são gerenciados sob sua responsabilidade à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. De acordo com informações dispostas no *website* do MEC à SETEC, compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, conforme art. 13 do Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012:

1. *Planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica.*
2. *Promover o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos.*
3. *Definir e implantar política de financiamento permanente para a Educação Profissional e Tecnológica.*
4. *Promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da Educação Profissional e Tecnológica.*
5. *Instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica.*
6. *Fortalecer a Rede Pública Federal de Educação Profissional e Tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão.*
7. *Promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.*
8. *Desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da Educação Profissional e Tecnológica.*
9. *Estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da Educação Profissional e Tecnológica.*
10. *Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo.*
11. *Estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no*

que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

12. Acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

13. Elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica; e

14. Estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da Educação Profissional e Tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE.

Como visto neste capítulo, a educação profissional e tecnológica está presente, na história do Brasil desde a chegada de D. João VI, em 1808 e originou-se da necessidade de capacitar trabalhadores para atuar nas indústrias manufatureiras à época. A Educação Profissional nasce, portanto revestida de uma perspectiva assistencialista, como uma alternativa para os menos favorecidos se desenvolverem profissionalmente. Estas instituições, também, ficaram caracterizadas pela divisão entre o trabalho manual e intelectual, a qual se arrastou fortemente até 2008. As instituições destinadas à educação profissional e tecnológica tiveram suas nomenclaturas modificadas, no decorrer das políticas governamentais vigentes, entretanto mantiveram o objetivo de escolarizar e capacitar um grande contingente populacional, em especial, a classe menos favorecida economicamente.

Este capítulo foi construído a fim de apresentar pressupostos que auxiliassem a compreensão acerca da trajetória da educação profissional tecnológica, no Brasil, buscando identificar aspectos que pudessem auxiliar no entendimento da concepção das bibliotecas nos Institutos Federais, os quais serão apresentados no capítulo a seguir.

4 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Ministério da Educação (MEC) criou um novo modelo de Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, estruturado, partir do potencial instalado, nos atuais Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais. Os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's/IFETs) permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico (BRASIL/MEC, 2010).

Desta forma, Silveira (2014) esclarece que a educação técnica, no Brasil, ficou confinada quase que, exclusivamente, aos IF's, restando apenas poucas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e uma única universidade tecnológica, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), criada em 2005.

A autora menciona, ainda, que esse projeto educacional nasceu pautado por narrativas salvacionistas que pretendem devolver à educação técnica a função de resolução dos problemas relativos ao acesso ao mundo do trabalho, ou ainda, para utilizar um vocabulário mais próximo das propostas do governo para a população, um veículo de inclusão social. Dessa forma, o princípio da inclusão educacional é uma fonte inesgotável de políticas públicas, nas últimas décadas, definindo que toda e qualquer política educacional seja baseada no princípio da inclusão (SILVEIRA, 2014).

De acordo com Rech (2013, p. 29):

[...] mais diretamente nas últimas décadas do século XX, passamos a mobilizar a necessidade de garantir a tão esperada “escola para todos” - na década de 90 – abasteceu a sociedade com o desejo de garantia, de conquista, da conquista da obrigatoriedade e da permanência de todos na escola regular.

Nesse sentido, os Institutos federais nasceram com foco na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Assim, a lógica de ensino dos IF's é tomada em tese como instituições de ensino profissionalizante (AMORIM, 2013; SILVEIRA, 2014).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi apresentada à população brasileira pelo Ministério da Educação, dentro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Assim, lançado em 2007 pelo MEC e estabelecido por Decreto, o PDE apresenta princípios e programas para a educação brasileira e contempla a educação profissional – incluindo a política de constituição dos Institutos Federais. O documento publicado pelo MEC “O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas”, como o próprio título enfatiza, aborda as razões e os princípios do referido plano e o conjunto de programas que ele abarca (AMORIM, 2013).

Conforme o documento, as razões “de ser” e os princípios do PDE se encontram relacionadas ao enlace entre “educação e ordenação territorial” e entre “educação e desenvolvimento”, ou seja, à necessidade de um plano destinado a reduzir as desigualdades sociais e regionais na educação mediante a busca de sintonia entre “a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado” (BRASIL. MEC, 2007, p.6).

A implantação dos Institutos Federais, desde os seus primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para a Educação Profissional e Tecnológica em curso. Dessa maneira, isso significa que:

Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal com a formação de mais mestres e doutores e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O que está em curso, portanto, reafirma que formação humana e cidadã precede à qualificação para o exercício da laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento (BRASIL. MEC, 2010, p. 6).

Desta forma, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação, com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e no desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL. MEC, 2010).

Porém, em se tratando da Educação Profissional e Tecnológica, postula-se que parece residir, nesse campo, vínculos mais evidentes e efeitos de articulação mais perceptíveis entre educação, território e desenvolvimento. Nesse sentido, compreende-se que:

[...] a proposição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlances entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade (BRASIL. MEC, 2007, p.32).

De acordo com o PDE, são objetivos da “nova institucionalidade”:

Ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão (BRASIL. MEC, 2007, p.32).

Nesse sentido, compete a “nova instituição”:

Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica (BRASIL. MEC, 2007, p.32-33).

Na criação dos Institutos Federais, são três os marcos legais de que tratam, a saber:

1º- O Decreto que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (Decreto nº 6.095/2007).

2º- O Projeto de Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (PL nº 3775/2008).

3º- A Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (Lei nº 11.892/2008).

O Decreto que estabelece as diretrizes para a constituição dos Institutos Federais foi assinado pelo Presidente Lula, em 24 de abril de 2007 e explicita que o MEC irá estimular a reorganização das instituições federais de educação profissional, conforme o modelo de “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), definido por este Decreto, com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar” (Cap. I, Art. 1º, § 1º do Decreto 6.095/2007). No § 2º desse mesmo

artigo explica-se:

Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação.

Reiterando o previsto no Decreto nº 6.095/2007, o Projeto de Lei PL nº 3.775/2008, Art. 2º prevê que os Institutos Federais consistem em:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

A Lei nº 11.892/2008, art. 2º, mantém a mesma redação do PL nº 3.775/2008 no tocante à definição dos Institutos Federais:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

Porém a Lei nº 11.892/08 criou uma instituição absolutamente inovadora em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. É um novo conceito de instituição prestadora de educação profissional e tecnológica, sem similar no mundo. Os Institutos Federais desempenham um papel central e estratégico, nesta nova política de educação profissional e tecnológica, assumindo, também, um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões (II FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2012).

Esclarece-se que, de acordo com Domingos Sobrinho (2010), quando o ministro Fernando Haddad editou o Decreto nº 6.905/2007, o qual propunha a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, acirrou-se um acalorado debate entre os dirigentes das instituições que compunham a rede de educação profissional e tecnológica naquele momento:

[...] como era de se esperar, uma babel de reações semânticas, ideológicas, políticas e outras típicas dos processos de construção, psicossocial, quando uma novidade se insere em determinado universo simbólico. Ora antes do decreto, a discussão que vinha se desenrolando, em alguns espaços da rede, dizia respeito a transformação de alguns CEFET's em Universidades Tecnológicas.

Conforme ressaltou Palma, Alves e Silva (2013), a origem dos IF's remonta, ao ano de 2005, com a aprovação de crédito extraordinário em favor do Ministério da Educação no valor de R\$ 57 milhões – lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Posteriormente, em 26 de janeiro de 2006, tem-se a aprovação, pelo Presidente da República, do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – a Fase I. Essa fase teve como objetivo implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica, nos estados, ainda, desprovidos dessas instituições. Buscava-se, também, implantar outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios distantes de centros urbanos, oferecendo cursos articulados com os potenciais locais de mercado de trabalho.

Nessa fase, entre instituições criadas ou federalizadas, foram reunidas 64 unidades. A Fase II começou com a sanção da lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, cuja meta era implantar “uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nos dias atuais, os IF's oferecem quase 500 mil vagas em todo o Brasil. Segundo o secretário de educação profissional do MEC, “os institutos responderão de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e suporte aos arranjos produtivos locais” (BRASIL. SETEC/MEC, 2011).

De acordo com Pacheco (2010), os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) possuem modelo absolutamente inovador devido a sua proposta político-pedagógica, alicerçada no conceito de educação profissional e tecnológica sem similaridade com nenhum modelo educacional de outro país. Com organização pedagógica verticalizada, isto é, oferta de cursos, no mesmo eixo tecnológico (Quadro 3), desde a educação básica (ensino médio integrado ao curso técnico) até educação superior, permite aos docentes atuarem em diferentes níveis de ensino e aos discentes compartilhar os espaços de aprendizagem como laboratórios e bibliotecas, ainda, há otimização de recursos humanos, financeiros e infraestrutura. Estruturados de forma multicampi, os Institutos Federais possuem maior abrangência territorial, que possibilita intervenção nas regiões nas quais estão instalados, identificando possíveis problemas, necessidades e desenvolvendo soluções técnicas e tecnológicas,

contribuindo, sobretudo, com desenvolvimento social pautado na sustentabilidade e na inclusão social. Todos os cursos ofertados pelos IF's têm como objetivo principal suprir as necessidades e exigências do mercado de trabalho da região de abrangências.

Quadro 3 - Eixos tecnológicos para oferta de cursos nos Institutos Federais.

Eixos tecnológicos de Cursos Técnicos de Nível Médio e Superiores de Tecnologia
<p>Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde</p> <p>Compreende tecnologias associadas à melhoria da qualidade de vida, à preservação e utilização da natureza, desenvolvimento e inovação do aparato tecnológico de suporte e atenção à saúde. Abrange ações de proteção e preservação dos seres vivos e dos recursos ambientais, da segurança de pessoas e comunidades, do controle e avaliação de risco, programas de educação ambiental. Tais ações vinculam-se ao suporte de sistemas, processos e métodos utilizados na análise, diagnóstico e gestão, provendo apoio aos profissionais da saúde nas intervenções e no processo saúde—doença de indivíduos, bem como propondo e gerenciando soluções tecnológicas mitigadoras e de avaliação e controle da segurança e dos recursos naturais. Pesquisa e inovação tecnológica, constante atualização e capacitação, fundamentadas nas ciências da vida, nas tecnologias físicas e nos processos gerenciais, são características comuns deste eixo. Ética, biossegurança, processos de trabalho em saúde, primeiros socorros, políticas públicas ambientais e de saúde, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, caracterizam a organização curricular destes cursos.</p>
<p>Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais</p> <p>Compreende tecnologias associadas aos processos mecânicos, eletroeletrônicos e físico-químicos. Abrange ações de instalação, operação, manutenção, controle e otimização em processos, contínuos ou discretos, localizados predominantemente no segmento industrial, contudo alcançando também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços. A proposição, implantação, intervenção direta ou indireta em processos, além do controle e avaliação das múltiplas variáveis encontradas no segmento produtivo, identificam este eixo. Traços marcantes deste eixo são a abordagem sistemática da gestão da qualidade e produtividade, das questões éticas e ambientais, de sustentabilidade e viabilidade técnico-econômica, além de permanente atualização e investigação tecnológica.</p>
<p>Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social</p> <p>Compreende atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio social, pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas e demais instituições. Tradicionalmente são funções que apoiam e complementam o desenvolvimento da ação social e educativa intra e extraescolar. Os serviços de desenvolvimento educacional são realizados em espaços como secretaria escolar, bibliotecas, manutenção de infraestrutura, cantinas, recreios, portarias, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, almoxarifados, jardins, hortas, brinquedotecas e outros espaços requeridos pela educação formal e não formal. Os serviços de desenvolvimento social vão além do espaço escolar e buscam a integração do indivíduo na sociedade, bem como melhoria de sua qualidade de vida. A organização curricular destes cursos contempla estudos de ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade.</p>
<p>Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios</p> <p>Compreende tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações.</p> <p>Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação. Este eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de</p>

comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética. Destacam-se, na organização curricular destes cursos, estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, além da capacidade de trabalhar em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

Compreende tecnologias relacionadas à comunicação e processamento de dados e informações. Abrange ações de concepção, desenvolvimento, implantação, operação, avaliação e manutenção de sistemas e tecnologias relacionadas à informática e telecomunicações. Especificação de componentes ou equipamentos, suporte técnico, procedimentos de instalação e configuração, realização de testes e medições, utilização de protocolos e arquitetura de redes, identificação de meios físicos e padrões de comunicação e, sobremaneira, a necessidade de constante atualização tecnológica constituem, de forma comum, as características deste eixo. O desenvolvimento de sistemas informatizados, desde a especificação de requisitos até os testes de implantação, bem como as tecnologias de comutação, transmissão, recepção de dados, podem constituir-se em especificidades deste eixo. Ressalte-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, raciocínio lógico, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, formando profissionais que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Eixo Tecnológico: Infraestrutura

Compreende tecnologias relacionadas à construção civil e ao transporte. Contempla ações de planejamento, operação, manutenção, proposição e gerenciamento de soluções tecnológicas para infraestrutura. Abrange obras civis, topografia, transporte de pessoas e bens, mobilizando, de forma articulada, saberes e tecnologias relacionadas ao controle de trânsito e tráfego, ensaios laboratoriais, cálculo e leitura de diagramas e mapas, normas técnicas e legislação. Características comuns deste eixo são a abordagem sistemática da gestão da qualidade, ética, segurança, viabilidade técnico-econômica e sustentabilidade.

Saliente-se que a organização curricular destes cursos contempla estudos sobre ética, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, educação ambiental, raciocínio lógico, formando técnicos que trabalhem em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Eixo Tecnológico: Militar

Compreende tecnologias, infraestrutura e processos relacionados à formação do militar, como elemento integrante das organizações militares que contribuem para o cumprimento da missão constitucional das Forças Armadas: “(...) defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Envolve o domínio de tecnologias de interesse da Marinha do Brasil e da Aeronáutica. Contempla atividades específicas de apoio, preparo e emprego das Forças Armadas. Abrange operações, logística, manutenção, suprimento, armazenamento, informações, controle do espaço aéreo, controle aéreo de operações navais e terrestres, necessários à condução das atividades militares. A organização curricular dos cursos deste eixo caracteriza-se pelos saberes e tecnologias voltados à segurança e defesa, contemplando, ainda, ética, civismo, raciocínio lógico, normas técnicas e de segurança e redação de documentos técnicos. O acesso aos cursos técnicos ministrados no âmbito das Forças Armadas requer o ingresso na carreira militar mediante concurso público.

Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia

Compreende tecnologias relacionadas ao beneficiamento e industrialização de alimentos e bebidas. Abrange ações de planejamento, operação, implantação e gerenciamento, além da aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos, presentes nessa elaboração ou industrialização. Inclui atividades de aquisição e otimização de

máquinas e implementos, análise sensorial, controle de insumos e produtos, controle fitossanitário, distribuição e comercialização, relacionadas ao desenvolvimento permanente de soluções tecnológicas e produtos de origem vegetal e animal. Essencial à organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design

Compreende tecnologias relacionadas com representações, linguagens, códigos e projetos de produtos, mobilizadas de forma articulada às diferentes propostas comunicativas aplicadas.

Abrange atividades de criação, desenvolvimento, produção, edição, difusão, conservação e gerenciamento de bens culturais e materiais, ideias e entretenimento, podendo configurar-se em multimeios, objetos artísticos, rádio, televisão, cinema, teatro, ateliês, editoras, vídeo, fotografia, publicidade e nos projetos de produtos industriais. Tais atividades exigem criatividade e inovação com critérios socioéticos, culturais e ambientais, otimizando os aspectos estético, formal, semântico e funcional, adequando-os aos conceitos de expressão, informação e comunicação, em sintonia com o mercado e as necessidades do usuário.

Na organização curricular dos cursos deste eixo, ética, raciocínio lógico, raciocínio estético, empreendedorismo, normas técnicas e educação ambiental são componentes fundamentais para a formação de técnicos que atuam em equipes com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Eixo Tecnológico: Produção Industrial

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria-prima, substâncias puras ou compostas, integrantes de linhas de produção específicas. Abrange planejamento, instalação, operação, controle e gerenciamento dessas tecnologias no ambiente industrial. Contemplam programação e controle da produção, operação do processo, gestão da qualidade, controle de insumos, métodos e rotinas. É característica deste eixo a associação de competências da produção industrial relacionada ao objeto da produção, na perspectiva de qualidade, produtividade, ética, meio ambiente e viabilidade técnico-econômica, além do permanente aprimoramento tecnológico. Ética, normas técnicas e de segurança, redação de documentos técnicos, raciocínio lógico, empreendedorismo, além da capacidade de compor equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade, caracterizam a organização curricular destes cursos.

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais. Inclui, ainda, tecnologia de máquinas e implementos, estruturada e aplicada de forma sistemática para atender às necessidades de organização e produção dos diversos segmentos envolvidos, visando à qualidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social. Integra a organização curricular destes cursos: ética, desenvolvimento sustentável, cooperativismo, consciência ambiental, empreendedorismo, normas técnicas e de segurança, além da capacidade de compor equipes, atuando com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Eixo Tecnológico: Segurança

Compreende tecnologias, infraestruturas e processos direcionados à prevenção, à preservação e à proteção dos seres vivos, dos recursos ambientais, naturais e do patrimônio que contribuam para a construção de uma cultura de paz, de cidadania e de direitos humanos nos termos da legislação vigente. O eixo vincula-se com as áreas de formação de profissionais de segurança pública, segurança privada, defesa social e civil e segurança do trabalho. Envolve a atuação em espaços públicos e privados. A organização curricular dos cursos propiciará a construção de perfil de egresso fundamentado em competências éticas, legais e técnicas contemplando, ainda, raciocínio lógico, inteligência social, capacidade de diálogo, tolerância e atuação em equipes multi e interdisciplinares.

Abrange, transversalmente, a Legislação Nacional e Internacional no que se refere aos direitos humanos e cidadania, primando pela dignidade da pessoa. A atuação nas carreiras públicas fica condicionada ao atendimento das normas específicas, notadamente do concurso público.

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Compreende tecnologias relacionadas aos processos de recepção, viagens, eventos, serviços de alimentação, bebidas, entretenimento e interação. Abrange os processos tecnológicos de planejamento, organização, operação e avaliação de produtos e serviços inerentes ao turismo, hospitalidade e lazer. As atividades compreendidas neste eixo referem-se ao lazer, relações sociais, turismo, eventos e gastronomia, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais. A pesquisa, disseminação e consolidação da cultura, ética, relações interpessoais, domínio de línguas estrangeiras, prospecção mercadológica, marketing e coordenação de equipes são elementos comuns deste eixo. São traços marcantes da organização curricular destes cursos: ética, educação ambiental, normas técnicas e de segurança, historicidade, empreendedorismo, redação técnica, além da capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2016). Baseado em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3cdc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso: 10 nov.2016.

Com estrutura organizada em reitorias, campi nas cidades polo e campi avançados, cobrindo regiões afastadas das regiões metropolitanas, os IF's buscam alavancar o desenvolvimento regional. Articulando ações, nos eixos ensino, pesquisa e extensão e tendo como objetivo preparar os egressos para o mundo do trabalho, mas também para a inserção social (PALMAS; ALVES; SILVA, 2013).

Os IF's configuram-se como uma negativa à reprodução de velhos paradigmas e modelos de ensino e assumem o compromisso de ofertar ensino público, gratuito, democrático e de qualidade, com vistas ao desenvolvimento local e regional, buscando utilizar e otimizar as potencialidades pré-existentes, uma vez que a oferta dos cursos, nos novos campi, devem ser definidas por meio de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade local, como, por exemplo: Associações Comerciais e Industriais, Sindicatos do Trabalhador, Centro de Referência e Assistência Social entre outras. Agregando à formação acadêmica a preparação para o mercado do trabalho, cumprindo o seu compromisso com a formação do cidadão trabalhador.

Aclara-se que o papel previsto para os Institutos Federais é o de “garantir a perenidade das ações que visem incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil” (BRASIL. MEC, 2008, p.23), o que leva à crença que se trata de uma institucionalidade criada, para superar a organização dual do ensino, ou seja, permitindo que o aluno, ao término do ensino médio integrado ao técnico, siga para o mercado de trabalho ou prossiga na vida acadêmica,

seguindo para a graduação superior. Insiste o documento do MEC que a “nova institucionalidade” deve pautar sua atuação na busca do “desenvolvimento local e regional”, cabendo aos Institutos um diálogo muito próximo com a sociedade, observando suas demandas de modo a buscar soluções para o quadro de exclusão presente no país.

A “nova institucionalidade” deverá, ainda, estabelecer-se como rede social, promovendo diálogos em seu interior e com seu exterior, fomentando a cultura de participação, o compartilhamento de ideias, a articulação e organização de saberes (BRASIL, MEC, 2008, p.26).

De acordo com o prescrito na Lei nº 11.892/2008, caberá aos IF's ofertar ensino técnico de nível médio, licenciaturas, superiores e pós- graduação, a saber:

Art. 7º – Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.

Inciso VI do caput do citado art. 7º:

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º- No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

Para os Institutos Federais, o desafio diário é estruturar um sistema de ensino que possibilite formação integral e, ao longo da vida, uma prática educacional integradora entre a teoria e o trabalho, assegurando aos profissionais formados a capacidade de manterem-se em desenvolvimento.

De acordo com Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2012, p.78), os Institutos Federais:

Representam um importante desafio para educação profissional tecnológica, porquanto, ao se procurar romper com a tradicional missão de vincular essa modalidade da Educação às demandas exclusivas do mercado, entra em cena, a necessidade de construção de um novo paradigma para a mesma. Não se trata, nesta ótica, de preparar o cidadão ou a cidadã para servir aos exclusivos interesses do mercado, como foi a tônica ao longo da história da educação profissional, mas de qualificá-los e elevar o seu grau de escolarização, capitais imprescindíveis à efetiva participação na consolidação democrática do país.

Encontram-se, nos documentos oficiais do Ministério da Educação, textos que retratam a expansão do ensino profissionalizante, atestando que a rede federal vivenciara, entre 2003 e 2016, a maior expansão de sua história, concretizando a construção de mais de 500 novas unidades, totalizando 644 campi em funcionamento.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) tratou da expansão do ensino profissionalizante a partir criação do IF's. A constituição de uma nova instituição com uma nova nomenclatura foi fundamental para que novas políticas de formação profissionalizante fossem aplicadas. Segundo a A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC): “com novas escolas e um novo padrão de qualidade, a educação profissional federal merecia um novo nome também” (INSTITUTOS, 2013, p.3).

No processo de constituição da “nova institucionalidade”, registram-se manifestações tanto favoráveis quanto contrárias, que auxiliam na compreensão das razões que justificam a criação do “novo ente”. Entre outros objetivos da “nova institucionalidade”, o modelo se propõe a ofertar vários níveis de ensino (*verticalização* do ensino): básico, com ênfase no ensino técnico, preferencialmente integrado ao ensino médio; superior, abrangendo licenciatura em biologia, física, matemática e química e pós-graduação. Além disso, deve realizar pesquisa e extensão.

Pacheco (2011, p. 23) corrobora que “a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular” dos IF's. A transversalidade refere-se ao diálogo entre educação e tecnologia, porque a tecnologia constitui “elemento transversal, presente no ensino, na pesquisa e na extensão” e atravessa todo o currículo da EPT. Enquanto a *verticalização*, conforme o autor acima, não se resume a ofertar cursos em diferentes níveis. A oferta simultânea de cursos em distintos níveis deve ter como preocupação organizar os conteúdos do currículo de modo “a permitir um diálogo rico e diverso entre as formações” (PACHECO, 2011, p. 23-24).

Segundo o documento do Ministério da Educação que apresenta a concepção e as diretrizes dos IF's, a “nova institucionalidade” deve oferecer uma educação mais integral, uma

vez que a formação para o trabalho não pode se limitar a preparar sujeitos, para ocupação de postos no mercado, deve, sim, ser “potencializadora do ser humano” objetivando a “construção de uma sociedade mais democrática” (BRASIL. MEC, 2008, p.34).

Conforme citado no documento do MEC, é objetivo da “nova institucionalidade” uma formação humana e cidadã que se fundamenta em uma concepção de EPT que considera a articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos, bem como o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, como questões fundamentais “à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade” (BRASIL. MEC, 2008, p.9).

A diversidade de ofertas educacionais dos Institutos Federais, distingue, também, que este documento do MEC (BRASIL. MEC, 2008, p.27-28) contribui para um ambiente que permite “a inter-relação de saberes, o que concorre para um tratamento mais adequado à natureza da ciência que é multi e interdisciplinar”.

Dessa maneira, os institutos devem organizar o trabalho educativo em uma lógica interdisciplinar, ou seja, de diálogo entre áreas, superando a perspectiva disciplinar e compartimentada de conhecimentos que têm orientado a educação escolar.

À luz dos elementos conceituais que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, afirma-se a educação profissional e tecnológica como uma política pública. Desta forma, repousa um importante item da constituição da identidade institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em vista que, aos olhos de muitos, pode parecer não existir nenhum movimento novo, em relação a esse aspecto, afinal, desde que se estabeleceram como Escolas de Aprendizizes e Artífices – sobrepostos os anúncios de, em diferentes momentos históricos, ser alterado o vínculo das instituições, transferindo-as para a esfera dos governos estaduais, ou mesmo para o setor privado –, essas instituições são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central (BRASIL.MEC, 2010).

Neste contexto, o sentido de política pública que o atual governo adota amplia de forma significativa esse conceito, ou seja, não basta a garantia de que é pública por estar vinculada ao orçamento e aos recursos de origem pública. Ainda que o financiamento da manutenção, a partir de fonte orçamentária pública, represente condição indispensável para tal, a política pública assenta-se em outros itens, também, obrigatórios, como estar comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); e, ainda, estar articulada a outras políticas (de trabalho

e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo (BRASIL. MEC, 2010).

Nessa perspectiva, busca-se romper com sua visão meramente instrumental, por colocá-la sempre a serviço da acumulação capitalista e procura-se abrir espaço para um movimento interno que vislumbra no trabalho educativo “importante instrumento de política social, assumida como aquela voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades” (BRASIL.MEC, 2008, p. 23).

Uma das características marcantes na criação dos Institutos Federais foi a autonomia que a instituição adquiriu, quanto à sua natureza jurídica, para a criação e extinção de cursos e emissão de certificados. “Reciprocamente constituídos e mutuamente constituintes, poder e liberdade instauram-se como uma dupla tecnologia de gestão da vida, por meio dos processos de governamentalização que investem e são investidos” (AQUINO; RIBEIRO, 2009, p. 61).

Porém, em se tratando dos processos de ampliação e abrangência dos Institutos Federais, há uma perspectiva de transformação dos IF's, em centros de excelência na oferta do ensino de ciências, ou seja, responsabilizar-se pela oferta de licenciaturas, nas áreas da matemática, física, química e biologia, bem como desenvolver projetos de pesquisas nas áreas das ciências físicas, matemáticas e biológicas (BRASIL. MEC, 2008).

Ressalta-se que o Ministério da Educação, por meio da portaria nº 1. 291 de 30 de dezembro de 2013, estabelece que a expansão dos Institutos Federais, no que tange à sua estrutura organizacional, a fim de melhorar sua abrangência regional e prestação de serviços educacionais, poderá ocorrer, por meio da criação de novos campi, campi avançados (vinculados a um campus ou à reitoria), polo de inovação e polo de educação a distância, ficando tal criação subordinada à autorização do Ministério da Educação e, por meio da portaria nº 393 de 10 de maio de 2016, que permite aos Institutos Federais a criação de Centros de Referências vinculados, diretamente, à Reitoria e ou ao Campus, para desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados à educação profissional e tecnológica. A Portaria nº 393/2016, ainda, determina a alteração da nomenclatura das unidades intituladas “núcleos avançados” para “centros de referência”.

Por fim, em 09 de maio de 2016, o Ministério da Educação, por meio da portaria nº 378, torna pública a composição e atualiza a formação dos Institutos Federais, conforme apresentado no apêndice A.

Podemos perceber que, embora em 2007 tenha enfrentado resistência quanto à sua criação, os Institutos Federais configuram-se como instrumentos de inclusão social, imbuídos

de estreitar as relações entre a educação técnica e o acesso ao mercado de trabalho, garantido a todos os cidadãos, por meio da oferta de educação pública de qualidade, capacitação e qualificação profissional, a qual possibilite trabalho e renda e permita que eles continuem se desenvolvendo e possibilitando que contribuam com o melhoramento local. Dessa forma, concluímos que os Institutos Federais são caracterizados pela oferta de educação, em vários níveis e modalidades de ensino, agregada ao compromisso com o desenvolvimento democrático da sociedade e são essas as características que interferem, também, nas bibliotecas desses institutos, nos quais os cursos ofertados, em diferentes níveis e modalidades de ensino, congregados em unidades descentralizadas subordinadas a uma reitoria, convergem a um público diferenciado. Ao longo da construção desse capítulo, buscou-se identificar a forma pela qual a biblioteca foi inserida, no processo de criação dos Institutos Federais, uma vez que requerem uma biblioteca atuante, em consonância com os objetivos e funções da instituição, apta a entender a demanda informacional de seus usuários, respeitando as especificidades e heterogeneidades de seu público, garantindo, dessa maneira, que a biblioteca seja verdadeiramente útil e atraente para o público e não apenas uma infraestrutura física obrigatória por lei, porém, subutilizada, servindo apenas para armazenar livros impressos, raramente utilizados e abrigar terminais de acesso à internet, na qual os usuários apenas acessam suas redes sociais e jogos de entretenimento. Entretanto entendemos que, na trajetória de implantação dos Institutos Federais, a biblioteca passou despercebida, uma vez que a literatura aponta a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional tecnológica, porém não apontou nenhuma discussão a respeito da inserção e função da biblioteca nessas instituições. O capítulo, a seguir, tratará de elucidar a formação, caracterização e a regulamentação das bibliotecas dessas instituições.

5 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: regulamentação e concepção

A história das bibliotecas dos Institutos Federais está relacionada à criação desses institutos, os quais enquanto Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais, ofertavam cursos de ensino médio e técnico e possuíam bibliotecas modestas com características, basicamente, de bibliotecas escolares e enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), as bibliotecas apresentavam características de universitárias, uma vez que os CEFET's ofertavam educação de nível técnico e superior.

No entanto, após a agregação e transformação em Institutos Federais e, conseqüentemente, a oferta de cursos, em vários níveis e modalidades e, ainda, pelo fato da equiparação às universidades, ficando, assim, determinado à atuação na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, as bibliotecas, também, sofreram interferências em suas estruturas, composição de acervos e prestação de serviços, uma vez que, enquanto bibliotecas de Institutos Federais, atendem a um público diversificado, oriundo de cursos de nível médio, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação, ofertados por eixo tecnológico, e alunos de cursos de formação continuada e comunidade externa, congregando, dessa forma, características de bibliotecas escolares, universitárias, especializadas, comunitárias e públicas em uma única biblioteca.

A Lei nº 12.244/10 universalizou a biblioteca escolar a todas as instituições de ensino públicas e privadas, por isso, faz-se uma prerrogativa para se classificar as bibliotecas dos Institutos Federais como biblioteca escolar.

Quando a Lei nº 11.892/2008, nos art. 7 e 8, estabelece o nível e modalidade de ensino e quantidade e prioridade de vagas a serem ofertadas, conseqüentemente, também, estabelece o público ao qual a biblioteca dos Institutos Federais atenderá.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

Os cursos de nível médio acarretarão dois tipos de público usuário para biblioteca: um

formado por adolescentes, com idade a partir de 14 anos e outro formado por jovens e adultos que, possivelmente, em muitos casos, ficaram anos fora da escola. Os Cursos de formação inicial e continuada (FIC) de curta duração, conhecidos comumente como cursos FIC, acarretam um público heterogêneo, podendo ser ministrados para um grupo em específico, como, por exemplo, um curso FIC de auxiliar de biblioteca, destinado aos professores da rede municipal de educação que atuam em bibliotecas escolares; ou aberto à comunidade em geral, exigindo apenas o ensino fundamental como pré-requisito, por exemplo, um curso FIC de auxiliar administrativo. Nessa perspectiva e considerando o que é explicitado por Campello (2012), a biblioteca escolar é influenciada pela cultura escolar e deve estar para “ajudar a aprender”. É um espaço de produção do conhecimento Amaral (2008), a biblioteca escolar é concebida como um ambiente social no qual interagem indivíduos de vários níveis de escolaridade, diferentes raças, países, professores e comunidade, em geral, devendo ser organizada, conforme as modernas técnicas biblioteconômicas. Podemos entender que as bibliotecas dos Institutos Federais são portando, bibliotecas escolares.

Art. 7º - Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

Quanto às atividades de extensão voltadas à comunidade local, em geral, impostas aos Institutos Federais, essa prerrogativa, também, estende-se às bibliotecas, principalmente, no que se refere à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Todavia salienta-se que atividades de extensão, envolvendo a comunidade externa, são atividades mais comuns às bibliotecas públicas, conforme ressalta o documento 6, intitulado ***Biblioteca Pública: princípios e diretrizes da Fundação Biblioteca Nacional (2000)***, ao declarar que as bibliotecas públicas caracterizam-se por destinar-se a toda coletividade, ao contrário de outras que têm funções mais específicas; possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais); ser subvencionada pelo poder público (federal, estadual ou municipal). Seguindo as orientações do Manifesto da IFLA/UNESCO (1994, p.2) sobre bibliotecas públicas assinala que “a biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições

básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais”. Subentende-se que, quando as bibliotecas dos Institutos Federais atendem à comunidade geral, desenvolve projetos de viés lítero-cultural e, assim, a biblioteca atua em consonância com o compromisso dos Institutos Federais, no que tange à colaboração para o desenvolvimento regional e formação do cidadão. Configura-se às bibliotecas dos Institutos Federais características de bibliotecas públicas.

Art. 7º - Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;*
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;*
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;*
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;*
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.*

Sobre a oferta de Educação, em nível superior, subentende-se que esta instituição possuirá uma biblioteca universitária, uma vez que, segundo Sousa (2009), vinculada a uma instituição de ensino superior, a **biblioteca universitária** deve seguir suas diretrizes administrativas e políticas tendo sua autonomia limitada. Sua missão é proporcionar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois sua estrutura e serviços prestados têm características próprias. Está dividida em atividades básicas de aquisição, processos técnicos e atendimentos aos usuários. Entretanto cabe ressaltar que a oferta dos cursos por eixos tecnológicos poderá caracterizar acervos especializados por eixos, os quais, de acordo com Salasário (2000), existem três princípios teóricos, quanto ao conceito de **biblioteca especializada**: os que tratam do acervo que a biblioteca possui e disponibiliza; os que falam do tipo de usuário que a frequenta; os que colocam o tipo de acervo associado ao tipo de usuário.

Art. 8º - No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

Se considerarmos o percentual de vagas preposto no art. 7º inciso III e IV e o art. 8º, subentende-se que as bibliotecas dos Institutos Federais serão 50% bibliotecas escolares; no

mínimo 20% bibliotecas universitárias e os demais 30% serão uma mescla de características de biblioteca escolares, universitárias, públicas e especializadas.

De acordo com o Sr. Carlos Artur de Carvalho (Secretário da Educação Profissional e Tecnológica)¹, os critérios e requisitos sobre estrutura física, composição do acervo, recursos humanos, serviços e funcionamento adequado, para as bibliotecas dos Institutos Federais e demais instituições que compõem a Rede Federal EPCT, devem ser contemplados pelo Regimento Interno de cada instituição, uma vez que a Lei nº 11.892/2008 garante autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar aos Institutos Federais. O Secretário salienta que os as instituições da Rede Federal EPCT devem se orientar pelo Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992, o qual instituiu, no âmbito do Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e pela Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, a qual determina a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

[...] não compete à SETEC/MEC ou ao Ministério da Educação expedir normativo estabelecendo critérios e requisitos sobre estrutura física, composição do acervo, recursos humanos, serviços e funcionamento adequado para as Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, competindo a cada Instituto Federal disciplinar a matéria no âmbito da autonomia que lhe foi conferida pelo art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 11,892, de 29 de dezembro de 2008 (E-SIC, 2016, p.1). Anexo 1.

Diante do exposto, apresentamos uma análise das principais leis referentes à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), Regimento e Regulamentos dos Sistemas Integrados de bibliotecas de Institutos Federais, com a pretensão de identificar como a biblioteca está contemplada e quais prerrogativas referentes a elas existem nesses documentos.

5.1 As principais Leis da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

A SETEC/MEC apresenta uma síntese dos 100 anos da história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, a partir de 1909 (ano da criação das primeiras Escolas de Aprendizizes Artífices a 2009, ano marcado pelo início dos funcionamentos dos Institutos Federais e comemoração do centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica). Essa síntese evidencia as principais leis e decretos que marcaram a história da Rede Federal.

¹ Informação adquirida, por meio de e-mail enviado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, pelo do sistema eletrônico de informação ao cidadão (e-sic).

Quadro 4 - Linha do tempo da Rede Federal de Educação Profissional

Ano	Evento
1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto 7.566 em 23 de setembro, criando inicialmente 19 “Escolas de Aprendizes Artífices” subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e comércio.
1927	O Congresso Nacional sanciona o Projeto de Fidéris Reis, que prevê o oferecimento obrigatório do ensino profissional no país.
1930	É criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que passa a supervisionar as Escolas de Aprendizes e Artífices, pela Inspeção do Ensino Profissional Técnico.
1937	Promulgada a nova Constituição Brasileira que trata, pela primeira vez, do ensino técnico, profissional e industrial. É assinada a Lei 378, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais , destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.
1941	Vigora uma série de Leis, conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelam todo o ensino no país. Os principais pontos: - o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; - o ingresso nas escolas industriais passa a depender de exames de admissão; - os cursos são divididos em dois níveis; curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria, e o segundo, curso técnico industrial.
1942	O Decreto 4.127, de 25 de fevereiro, transforma os Liceus Industriais em Escolas Industriais e Técnicas , passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.
1944	A participação da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial e o consequente empréstimo financeiro dos Estados Unidos ao Brasil, no Governo Getúlio Vargas, impulsionam a industrialização brasileira.
1956-1961	O governo de Juscelino Kubitschek marca o aprofundamento da relação entre Estado e economia. O objetivo é formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país.
1959	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais , com autonomia didática e de gestão.
1961	O ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O período é marcado por profundas mudanças na política de educação profissional.
1967	Decreto 60.731 transfere as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura que passam a funcionar como escolas agrícolas .
1971	A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira torna técnico-profissional todo currículo do segundo grau compulsoriamente . Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência.
1978	A Lei 6545 transforma três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) em Centros Federais de Educação Tecnológica .
1980-1990	A globalização, nova configuração da economia mundial, também, atinge o Brasil. O cenário é de profundas e polêmicas mudanças: a intensificação da aplicação da tecnologia se associa a uma nova configuração dos processos de produção.
1994	A Lei 8.948, de 8 de dezembro: -institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as ETFs e as EAFs em CEFETs; -A expansão da oferta da educação profissional somente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.
1996	Em 20 de novembro, a Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB) dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo próprio.
1997	O Decreto nº 2.208 regulamenta a educação profissional e cria o programa de expansão da Educação Profissional (Proep).
1999	Retoma-se o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).
2004	O Decreto 5.154 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
2005	Institui-se, pela Lei 11.195, que a expansão da oferta da educação profissional

	preferencialmente ocorrerá em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais; Lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas unidades de ensino pelo Governo Federal. O Cefet Paraná passa a ser Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
2006	O Decreto nº 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. É instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos. É lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
2007	Lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal. Estimava para 2010 a existência 354 unidades. O Decreto nº 6.302 institui o Programa Brasil profissionalizado. É lançado o Catálogo Nacional dos cursos técnicos.
2008	Articulação para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Lei nº 11.892/2008.
2009	Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/linha.pdf> (2010). Acesso em: 21 fev 2016.

As leis e decretos citados, na síntese histórica, atestam que a biblioteca passou despercebida, durante anos nas instituições de ensino técnico e que, somente por meio do Decreto nº 5.773/2006, o qual se refere ao exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais, no sistema federal de ensino, é que se passou a mencionar sobre a biblioteca. Entretanto a biblioteca é citada apenas como estrutura física, não apontando nenhuma referência à sua função como aparato pedagógico.

Em 2007, com o lançamento do [Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia](#), a biblioteca é mencionada com a ressalva de acervo específico e atualizado e, mais uma vez, como infraestrutura recomendada ao funcionamento dos cursos.

5.2 Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI's

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento no qual se define a missão da instituição, descrevendo sua forma de atuação, considerando sua identidade e norteando suas atividades para o estabelecimento de estratégias e cumprimento de seus objetivos administrativos e educacionais, instituído pelo Decreto nº 5.773/2006. A elaboração do PDI é obrigatória, para todas as instituições de ensino superior, portanto os Institutos Federais, também, enquadram-se nessa prerrogativa. As instruções sobre a elaboração do PDI estão disponibilizadas no portal eletrônico do Ministério da Educação². Em relação à biblioteca, o PDI estabelece:

² <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 25 mar 2016.

Art.16. O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;

IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira (BRASIL, 2006).

É importante ressaltar que não existe um formulário padrão, para o preenchimento e elaboração do PDI, desde que atenda às especificações dispostas no Decreto nº 5.773/2006, as instituições possuem autonomia para organização e padronização das informações dispostas em seu plano. Dessa forma, não existe a garantia de que todas as informações sobre as bibliotecas estarão apresentadas, nem tampouco que as informações apresentadas no PDI serão as mesmas a todas as instituições, haja vista que a redação do art.16, inciso VII, alínea A, deixa margem para interpretações distintas, como exemplificadas a seguir:

Quadro 5 - Interpretação do Decreto nº 5.773/2006

Redação do decreto 5.773/2006	Interpretação
Art.16. O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos: VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando: a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos”	Informar a quantidade unindo as bibliotecas ou informar separadamente cada biblioteca? O acervo de todas as bibliotecas deve ser composto obrigatoriamente por esses tipos de obras? Quanto a quantificar o acervo, o decreto 5.773/2006 não esclarece. A informação para quantificar está descrita nas instruções contidas no endereço eletrônico http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html . Considera-se apenas diretrizes de atualização e expansão do acervo ou Política de desenvolvimento de Coleção com definição de orçamento pré-definido? Como deve ser exposta essa correlação pedagógica? Vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas não precisam ter correlação pedagógica? Considerar espaço físico para atividades em grupo e

	<p>atividades individuais? Quanto ao horário de funcionamento, deve ser discriminado ou apenas informar “de acordo com a demanda”? Quanto a pessoal técnico administrativo, informar apenas o total ou total e sua qualificação profissional?</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Com base nas prerrogativas acima, foi analisado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos 38 Institutos Federais com vigência descrita a seguir. Esclarece-se que foram considerados os PDI's disponíveis no site de cada Instituto Federal. Outro fator a considerar é que os PDI's são elaborados, durante os últimos meses anteriores à sua vigência, assim, justifica-se o fato de que alguns documentos não apresentam dados de campus e ou de bibliotecas criadas posteriormente ao período de sua elaboração. A análise dos PDI's intencionou averiguar as seguintes informações:

- ✓ Quais informações sobre as bibliotecas estão contempladas nos PDI's?
- ✓ Os Institutos Federais estão em consonância com a Lei 12.244/2010?

Quadro 6 - Vigência dos PDI's

	Instituição	Vigência
1.	Instituto Federal do Acre	2014 - 2018
2.	Instituto Federal de Alagoas	2014 - 2018
3.	Instituto Federal do Amapá	2014 - 2018
4.	Instituto Federal do Amazonas	2014 - 2018
5.	Instituto Federal da Bahia	2014 - 2018
6.	Instituto Federal Baiano	2015 - 2019
7.	Instituto Federal de Brasília	2014 - 2018
8.	Instituto Federal do Ceará	2014 - 2018
9.	Instituto Federal do Espírito Santo	2014 - 2019
10.	Instituto Federal de Goiás	2012 - 2016
11.	Instituto Federal Goiano	2014 - 2016
12.	Instituto Federal do Maranhão	2014 - 2018
13.	Instituto Federal de Minas Gerais	2014 - 2018
14.	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2014 - 2018
15.	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	2014/2- 2019
16.	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	2014 - 2018
17.	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	2014 - 2018
18.	Instituto Federal do Mato Grosso	2014 - 2018
19.	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	2014 - 2018
20.	Instituto Federal do Pará	2014 - 2018
21.	Instituto Federal da Paraíba	2015 - 2019
22.	Instituto Federal de Pernambuco	2014 - 2018
23.	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	2014 - 2018
24.	Instituto Federal do Piauí	2014 - 2018

25.	Instituto Federal do Paraná	2014 - 2018
26.	Instituto Federal do Rio de Janeiro	2014 - 2018
27.	Instituto Federal Fluminense	2010 - 2014*
28.	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2014 - 2018
29.	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2014 - 2018
30.	Instituto Federal Farroupilha	2014 - 2018
31.	Instituto Federal Sul-rio-grandense	2014 - 2018
32.	Instituto Federal de Rondônia	2014 - 2018
33.	Instituto Federal de Roraima	2014 - 2018
34.	Instituto Federal de Santa Catarina	2015 - 2019
35.	Instituto Federal Catarinense	2014 - 2018
36.	Instituto Federal de São Paulo	2014 - 2018
37.	Instituto Federal de Sergipe	2014 - 2018
38.	Instituto Federal do Tocantins	2015 - 2019

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Em decorrência das possíveis interpretações dos PDI's, no que se refere às bibliotecas, após análise, percebemos a existência de uma grande disparidade de informações, apresentadas em cada PDI, por essa razão as informações coletadas estão relacionadas nos quadros no apêndice B.

5.3 O Projeto Político-pedagógico Institucional

O Projeto Político Pedagógico Institucional é um documento o qual reflete a identidade da instituição e se consolida com base em ações práticas do cotidiano na instituição. Sua obrigatoriedade para as instituições de ensino está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. De acordo com os art. 12, 13 e 14 da LDB, cada instituição tem autonomia, para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração. Conforme citado, claramente, no Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, deve ser compreendido como:

[...] um planejamento global de todas as ações de uma instituição educativa, abrangendo direcionamentos pedagógicos, administrativos e financeiros. É um instrumento de gestão democrática que possibilita a reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE-IFRN, p. 15).

De acordo com os Projetos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais, eles se constituem como documento no qual estão compreendidas as concepções norteadoras, para a

atuação destes institutos, tais como: responsabilidade social, qualidade do serviço educacional, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, compromisso com a tecnologia e o humanismo, respeito aos valores éticos, estéticos e políticos e a articulação entre empreendedorismo e sociedade. Em suma, o Projeto Político-pedagógico contempla: caracterização socioeconômica da área de abrangência da instituição, princípios filosóficos e teórico-metodológicos, políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão e diretrizes pedagógicas.

Diante deste contexto, solicitamos, por meio do serviço de informação ao cidadão (*e-sic*), o Projeto Político-pedagógico aos 38 Institutos Federais e somente o Instituto Federal Fluminense não respondeu à solicitação. Esclarece-se que o Projeto Político-pedagógico do Instituto Federal Fluminense não está disponível, em seu endereço eletrônico, a saber, www.iff.edu.br.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Considerações sobre os planos de Desenvolvimento Institucional

Tomando por referência os indicativos prescritos no art. 16, inciso VII, alínea “a” (composição do acervo, forma de atualização e expansão do acervo, correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, espaço físico para estudos, horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos) e as informações dispostas nos PDI, a seguir, apresentamos as considerações que entendemos como relevantes para esta pesquisa. Ressalta-se que, para fins deste estudo, considerou-se “correlação pedagógica com os cursos e programas previstos”, sendo relação do acervo separado por curso e disciplina.

Por meio da análise dos PDI's, também, foi possível averiguar informações sobre a forma como biblioteca é vista, institucionalmente. Observou-se sua caracterização quanto ao tipo, identificou-se a existência de projetos de extensão realizados pelas bibliotecas, detectou-se o horário de funcionamento, examinou-se a existência de política de desenvolvimento de coleções consolidadas, averiguou-se a existência de sistemas integrados de bibliotecas³, *softwares* de automação de bibliotecas, utilizados e estruturação do espaço físico das bibliotecas.

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Goiano, a biblioteca é citada como ambiente comum às atividades de ensino, pesquisa e extensão (p. 97). A visão de que as bibliotecas são órgãos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão é comungada pelos Institutos Federais: do Amazonas, da Bahia (p. 201), do Espírito Santo (p.131), Fluminense (p. 275), do Rio Grande do Norte (p.163), Farroupilha (112), Sul-rio-grandense (p.102), de Rondônia (p. 165), Catarinense (p. 100-101), do Sudeste de Minas Gerais (p. 59), IFBaiano (p.1) e de São Paulo (p. 168). A exemplo, destacam-se os conceitos presentes na redação dos PDI do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e Instituto Federal do Sul-rio-grandense (IF'sUL):

As bibliotecas do IFRN têm como missão prover o acesso, a recuperação e a disseminação da informação, visando contribuir para a educação científico-tecnológica-humanística e subsidiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE- PDI p. 15, p. 163).

³Considera-se Sistema Integrado de Bibliotecas como o conjunto de bibliotecas, pertencentes à mesma instituição e que estão interligadas por objetivos comuns, havendo a padronização e compartilhamento de serviços e produtos.

As bibliotecas localizadas em cada campus do Instituto Federal Sul-rio-grandense - as quais desenvolvem um trabalho integrado e cooperativo - são órgãos de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto (INSTITUTO FEDERAL DO SUL-RIO-GRANDENSE - PDI, p. 102).

A mesma ideologia, também, é citada no Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (p. 4), do Instituto Federal do Paraná (p.1), do Instituto Federal do Ceará (p. 1), do Instituto Federal de Brasília (p.3), do Instituto Federal de Goiás (p.3), do Instituto Federal do Pernambuco (p.1), do Instituto Federal Goiano (p.4), do Instituto Federal Catarinense (p.4), Regimento das Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (pág.1) e no Regimento da Direção Geral de Bibliotecas do Sergipe (p.4).

Quanto à definição acerca da tipologia de biblioteca a qual pertence às bibliotecas dos Institutos Federais somente o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFARROUPILHA) fazem menção à nomenclatura, os demais se referem apenas como “biblioteca”:

As bibliotecas do Instituto Federal de Farroupilha têm características de **Biblioteca Escolar** e de **Biblioteca Universitária**. Isso requer uma coleção com forte tendência ao crescimento, considerando a necessidade de atendimento a diferentes públicos que exigem uma variada gama de materiais informacionais (INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA IFFARROUPILHA- PDI, p.112).

6.2.1 Diretrizes para as bibliotecas

As bibliotecas do SiBI/IFSC atendem tanto ao perfil I de uma biblioteca escolar, quanto ao de uma biblioteca universitária. Porém, os bibliotecários do IFSC definem essas bibliotecas como universitárias⁴, porque a instituição desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão inerentes a formação universitária. Além disso, as bibliotecas oferecem o serviço de empréstimo de materiais exclusivamente a comunidade acadêmica (alunos e servidores do IFSC). Por estarem no status de biblioteca universitária, as bibliotecas do SiBI/IFSC devem disponibilizar em seu acervo toda a bibliografia básica e complementar constante no projeto pedagógico dos cursos ofertados nos campus e em quantidade que atenda as exigências do Sinaes. Assim, é obrigatório, para o período 2015-2019, que todas as bibliotecas do sistema contemplem em seu acervo as referidas bibliografias (IFSC-PDI, p.218)

Quanto à realização de projetos de extensão, realizados pelas bibliotecas de Instituto Federal, foram identificados:

- Biblioteca fazendo arte na rua – disseminação da leitura - desenvolvido pela biblioteca do Instituto Federal Espírito Santo - Campus Barra de São Francisco (INSTITUTO FEDERAL ESPIRITO SANTO - PDI, p.114).

⁴ O PDI do IFSC não informa quais as premissas foram utilizadas pelos bibliotecários para definirem a biblioteca do IFSC como bibliotecas universitárias.

- Semana do Livro e da Biblioteca – Evento - desenvolvido pela biblioteca do IFES - Campus Venda Nova do Imigrante (INSTITUTO FEDERAL ESPIRITO SANTO-PDI, p. 121).
- Biblioteca Viva - desenvolvido pelas Bibliotecas do Instituto Federal do Paraná (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ-PDI, p. 201).
- “Bibliotecando”! – incentivo à Leitura para estudantes e comunidade, desenvolvido pelas Bibliotecas do IFPR (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ-PDI, p. 184).

Quanto aos Instrumentos norteadores, para estruturação e funcionamento da biblioteca nos Institutos Federais, registram-se: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, entretanto somente o Instituto Federal do Rio Grande do Sul define que o objetivo é alcançar, no mínimo, nota 4 neste sistema; Decreto-Lei nº 5.296/ 2004, Nota Técnica nº 106/ 2013/MEC/ SECADI/DPPE, de 19 de agosto 2013 – Orientação à Implementação da Política Institucional de Acessibilidade à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnologia; e a Portaria MEC nº 3.284/ 03. O Instituto Federal do Rio Grande, ainda, cita como instrumentos norteadores para as bibliotecas a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Norma Brasileira (NBR 9050/ 2004 e as recomendações oriundas do Iº Encontro de Representantes de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (ERBI), realizado em junho de 2012, em Brasília.

Quanto à subordinação das bibliotecas dos Institutos Federais, em Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), encontramos as seguintes informações.

Quadro 7 - Sistema Integrado de Bibliotecas

Existência do SIBI	Aprovação em:	Subordinado
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	2011	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Sergipe	2014	Reitor
Instituto Federal Catarinense	2014	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Pernambuco	2013	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal de Goiás	2013	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Instituto Federal Goiano	2014	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal de Brasília	2014	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal de Santa Catarina	2011	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	2013	Pró-reitoria de Ensino
Instituto Federal do Paraná	2015	Pró-reitoria de Ensino
Baiano	Não informado	Pró-reitoria de Ensino
Farroupilha	2014	Pró-reitoria de Ensino

Fonte: Elaboradora pela autora (2016).

O PDI do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA) registram a existência da gerência de bibliotecas subordinadas à Pró-reitoria de Ensino e Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, respectivamente.

O Instituto Federal de Farroupilha possui Regulamento unificado das bibliotecas, mas não indica a estruturação como Sistema Integrado de bibliotecas.

Por meio da análise dos regimentos e regulamentos dos Sistemas de Bibliotecas indicados acima, é possível afirmar que são órgãos cuja coordenação ou direção é exercida por bibliotecários e possuem a finalidade de desenvolver diretrizes e políticas comuns, a fim de viabilizar a implementação e implantação de serviços e produtos nas e pelas bibliotecas, dentro do mesmo instituto, com o intuito de suprir as demandas informacionais de seus usuários. A Estruturação em Sistema de Biblioteca (SIBI) surge da necessidade de integrar bibliotecas, haja vista que, embora localizadas em campi diferentes, são parte de uma mesma instituição.

Quanto à composição do acervo, 30 institutos a apresentaram, seguida do quantitativo de títulos e exemplares, sendo livros e periódicos, tipo de material comum a todas as bibliotecas.

Quanto à forma de expansão e atualização do acervo, dos 38 Institutos Federais, 24 apresentaram em seus PDIs diretrizes, para expansão e atualização do acervo e dentre eles, seis (6) institutos (IFB, IFES, IFPR, IF Farroupilha e IF Rondônia) possuem Políticas de Desenvolvimento de Coleções estabelecidas; quatro (4) institutos (IFMG, IF'SULDEMINAS, IF Catarinense, IF Sudeste de Minas Gerais) afirmam que a Política de Desenvolvimento de Coleções de seus respectivos institutos estão em construção.

Quanto ao horário de funcionamento da biblioteca nos Institutos Federais, está compreendido entre 7h às 23h e, aos sábados, de 8h às 18h, variando de acordo com a demanda de cada campus. Nenhum PDI apontou a existência de biblioteca nos Institutos Federais que funcionem 24 horas ininterruptas.

Quanto ao espaço físico para estudos, apenas 14 indicaram a sua existência, 25 institutos apresentaram o espaço total da biblioteca. Entretanto nenhum Instituto Federal, em seu PDI, informou quantos usuários cabem, adequadamente sentados (cadeira/mesa), na biblioteca ao mesmo tempo.

Quanto ao pessoal técnico administrativo, 20 institutos mencionaram a existência de pessoal técnico administrativo; 6 institutos afirmam ter bibliotecário em todas as bibliotecas (IFAL, IFB, IFRN, IFRS, IFRO, IF Catarinense); 10 institutos não possuem bibliotecários em

todas bibliotecas; 22 não especificaram.

Quanto aos serviços prestados pela biblioteca nos Instituto Federais, 14 institutos citaram os serviços prestados por suas bibliotecas (IFAL, IFB, IFES, IFG, IFMG, IFTM, IFPI, IFPR, IFRS, IF'sUL, IFRO, IFCatarinense, IF's, IFTO). O IF'sP apresentou apenas os serviços prestados pela biblioteca do Campus Hortolândia. Na tentativa de obter mais informações sobre os serviços prestados, na biblioteca dos Institutos Federais, recorreremos, também, aos regimentos dos Sistemas de Bibliotecas indicados anteriormente. Assim, foi possível identificar 30 tipos de serviços prestados aos usuários pela biblioteca dos Institutos Federais de 19 IF's, conforme ilustrado pelos gráficos a seguir:

Quadro 8 - Serviços prestados pelas bibliotecas dos Institutos Federais.

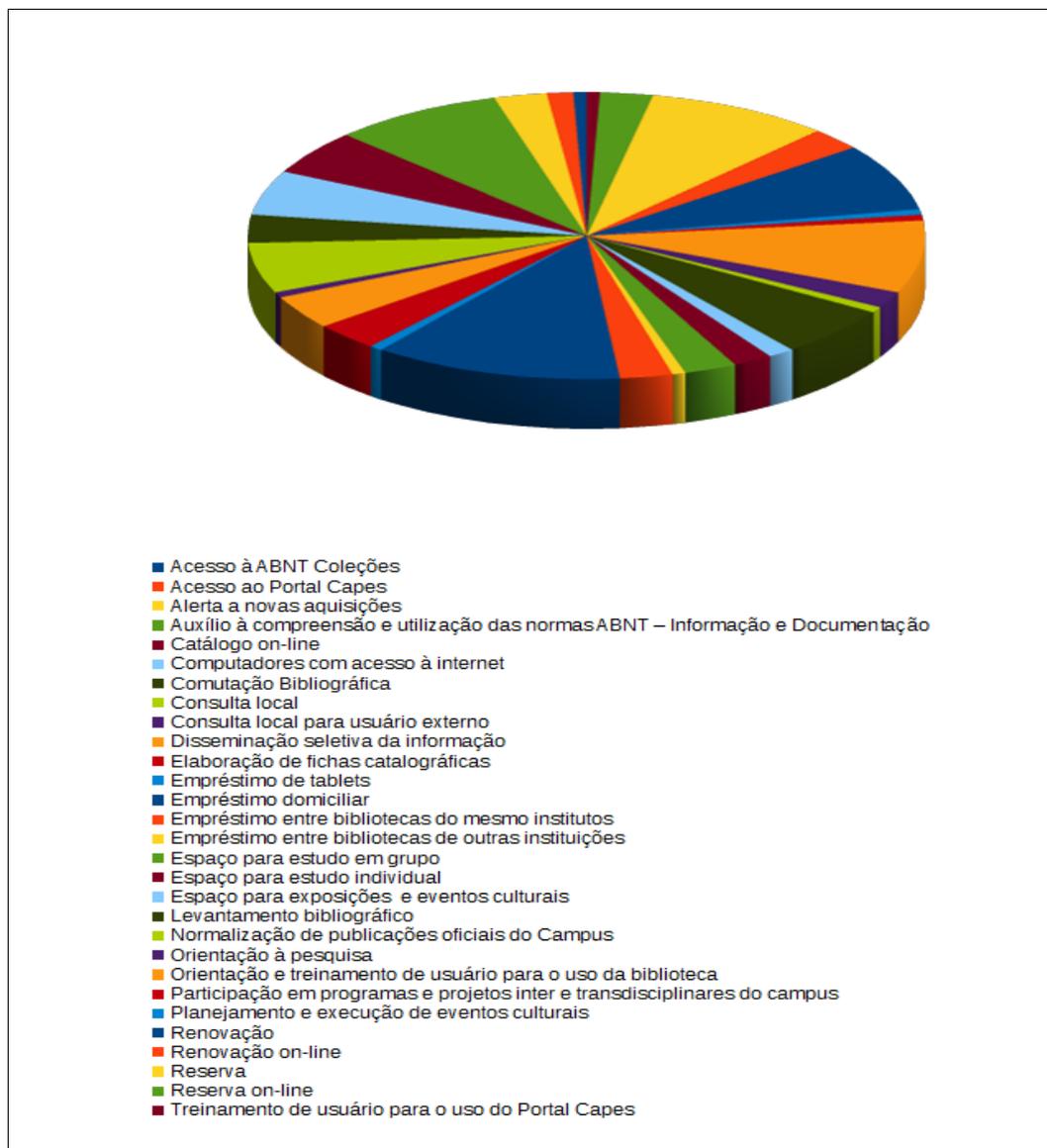
Serviços de Biblioteca	Número de instituições ofertantes
1. Acesso à base de dados	3
2. Acesso à ABNT Coleções	1
3. Acesso ao Portal Capes	2
4. Alerta a novas aquisições	4
5. Auxílio à compreensão e utilização das normas ABNT – Informação e Documentação	13
6. Catálogo on-line	8
7. Computadores com acesso à internet	8
8. Comutação Bibliográfica	5
9. Consulta local	9
10. Consulta local para usuário externo	1
11. Disseminação seletiva da informação	6
12. Elaboração de fichas catalográficas	5
13. Empréstimo de tablets	1
14. Empréstimo domiciliar	19
15. Empréstimo entre bibliotecas do mesmo institutos	4
16. Empréstimo entre bibliotecas de outras instituições	1
17. Espaço para estudo em grupo	4
18. Espaço para estudo individual	3
19. Espaço para exposições e eventos culturais	2
20. Levantamento bibliográfico	9
21. Normalização de publicações oficiais do Campus	1
22. Orientação à pesquisa	3
23. Orientação e treinamento de usuário para o uso da biblioteca	13
24. Participação em programas e projetos inter e transdisciplinares do campus	1
25. Planejamento e execução de eventos culturais	1

26. Renovação	12
27. Renovação on-line	4
28. Reserva	14
29. Reserva on-line	4
30. Treinamento de usuário para o uso do Portal Capes	1

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Os gráficos, a seguir, ilustram, de forma quantitativa, a predominância dos serviços ofertados pelos Institutos Federais, os quais informaram os serviços de biblioteca em seus PDI's. A relação de serviços de biblioteca e, respectivamente, o instituto ofertante, encontram-se no apêndice C.

Gráfico 1: Serviços de bibliotecas



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quanto aos serviços oferecidos pelas bibliotecas dos Institutos Federais, os mais relevantes indicados IF's foram: empréstimo domiciliar (19 institutos); reserva (14 institutos), auxílio à compreensão das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Informação e Documentação (13 institutos), orientação e treinamento de usuários para o uso da biblioteca (13 institutos) e renovação (12).

Quanto à estrutura física das bibliotecas, encontramos algumas instaladas, provisoriamente, em espaços de 40 m², como, por exemplo, acontece no Instituto Federal do Acre, mas também em estruturas adequadas de 3.000 m² como no Instituto Federal de Brasília. Dos 38 PDIs analisados, 29 registram a previsão e intenção de construção de novas bibliotecas, reformas e adaptações, nas já existentes, o Instituto Federal do Acre encontra-se entre esses Institutos; seis (6) registram intenção e previsão de reformas, sendo eles: Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Instituto Federal da Paraíba, Instituto Federal Farroupilha e Instituto Federal de Roraima e três (3) registram a existência de bibliotecas, em todos os campi, não informando previsão de reformas, sendo eles Instituto Federal Catarinense, Instituto Federal de Goiás e Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Em todos os Institutos Federais, nos quais estão previstas construções, ampliações e reformas de bibliotecas, registra-se a preocupação com a acessibilidade a todos os usuários.

Quanto à automação das bibliotecas, foi possível identificar a existência dos softwares *Gnuteca* (Instituto Federal do Amazonas, Instituto Federal da Paraíba e Instituto Federal do Triângulo Mineiro), *PHL* (Instituto Federal do Triângulo Mineiro), *Informa* (Instituto Federal Fluminense), *Q_biblio* (Instituto Federal do Amazonas), Biblioteca Fácil (Instituto Federal do Amazonas), *SISCOBI* (Instituto Federal da Paraíba), Sophia (Instituto Federal Santa Catarina), *Pergamum* (Instituto Federal Baiano, Instituto Federal do Piauí, Instituto Federal do Sergipe, Instituto Federal do Espírito Santo, Instituto Federal de Minas Gerais, Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Federal Catarinense).

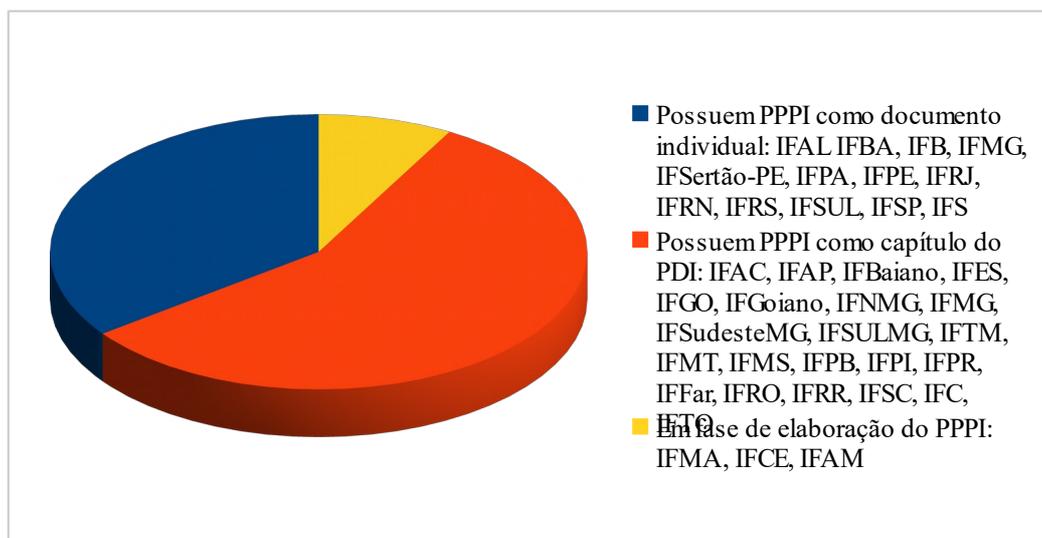
Com relação à Lei nº 12.244/2010, a qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do Brasil, há de se considerar os seguintes pontos importantes: a existência de bibliotecas, a existência do profissional bibliotecário, a composição do acervo, o planejamento progressivo para a implantação e o desenvolvimento das bibliotecas e o cumprimento dessa lei. Dessa forma, podemos afirmar que os 38 Institutos Federais, de forma geral, estão atendendo à referida legislação, haja vista que todos PDI's

relatam planejamento administrativo e financeiro, para construção de novas bibliotecas, bem como ampliação e reformas do espaço físico das bibliotecas existentes, de acordo com necessidade local, e a aquisição e adaptação de mobiliários, equipamentos e acervo, para atender a todos os usuários, tanto em quantidade quanto em qualidade.

6.2 Considerações sobre os Projetos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais

Dos 37 Institutos Federais que responderam à solicitação: 13 possuem Projeto Político-Pedagógico como um documento separado do Plano de Desenvolvimento Institucional, 21 possuem o projeto político-pedagógico como parte, ou seja, um capítulo do Plano de desenvolvimento Institucional e 3 informaram que estão em fase de elaboração do Projeto Político-pedagógico institucional.

Gráfico 2 – Projeto Político-pedagógico Institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Na análise realizada no Projeto Político-Pedagógico dos 37 Institutos Federais, buscou-se identificar de que forma as bibliotecas desses institutos estão contempladas neste documento, uma vez que os Projetos Político-pedagógico estipulam parâmetros para planejar, executar e avaliar serviços educacionais.

Dentre os 13 Institutos Federais que possuem Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI) como documento separado do PDI, 3 não mencionam informações referentes às suas bibliotecas, a saber, Instituto Federal do Pará, Instituto Federal de São Paulo, Instituto Federal do Sul Riograndense; 9 citam a biblioteca como estrutura física obrigatória, em todos os

campi, a saber, Instituto Federal de Alagoas, Instituto Federal da Bahia, Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal de Minas Gerais, Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Instituto Federal de Pernambuco, Instituto Federal do Rio de Janeiro, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal do Rio Grande do Sul; e 1 menciona apenas a necessidade de aquisição e atualização contínua do acervo, a saber, Instituto Federal de Sergipe.

Ressalta-se que, além de mencionar a biblioteca como infraestrutura física, o Instituto Federal de Alagoas registra como meta, em seu projeto político-pedagógico, a modernização das bibliotecas; o Instituto Federal da Bahia registra adequando ou modernizando o ambiente e o acervo bibliotecas, para a realização das atividades acadêmicas integradas nos diversos níveis, buscando a transformação das bibliotecas em centros de informação (*library-hubs*) (INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA-PPPI, p. 69) e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano cita biblioteca como um dos ambientes de aprendizagem, local de pesquisa e acesso à internet (INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO - PPPI, p. 21).

Dentre os 21 Institutos Federais, os quais possuem o Projeto Político-Pedagógico como capítulo do Plano de desenvolvimento institucional, apenas o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais contempla a biblioteca como uma subdivisão do capítulo referente ao Projeto Político-Pedagógico Institucional, nos demais Projetos Político-Pedagógicos, as bibliotecas são apresentadas em capítulos diferentes.

7 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: análise da literatura especializada publicada entre 2009 e 2016

A produção de literatura específica sobre as bibliotecas dos Institutos Federais está em fase inicial, a configuração administrativa e pedagógica dos Institutos Federais impactou, diretamente, as bibliotecas e o trabalho dos bibliotecários, gerando, assim, uma necessidade de novos estudos sobre as práticas biblioteconômicas pertinentes às bibliotecas dessas instituições. Este capítulo tem o intuito de mapear os principais temas, que estão sendo abordados em artigos, trabalhos apresentados em eventos e profissionais, cujo objeto de estudo está relacionado à biblioteca dos Institutos Federais

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico, em periódicos específicos e anais de eventos profissionais e científicos da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, utilizando os termos “Rede Federal EPCT”, “Institutos Federais”, “CEFET’S”, “Colégio Pedro II”; e refinando os resultados como termo “biblioteca”, nos campos títulos, resumo, palavra-chave. Consideramos apenas a literatura referente às bibliotecas dos Institutos Federais, disponível em texto completo e produzida no período entre os anos 2009 a 2016. Foram analisados 20 artigos apresentados, em periódicos da área de ciência da informação e 81 trabalhos apresentados, em eventos profissionais da área de biblioteconomia e ciência da informação, conforme indicado nas nos quadros a seguir:

Quadro 9 - Dados do levantamento bibliográfico

Periódico	Nº de artigos recuperados
Biblioteca Escolar em Revista (ISSN2238-5894)	3
Biblos (ISSN 0102-4388)	2
CRB-8 Digital (ISSN 2177-1278)	1
Encontros Bibli (ISSN 1518-2924)	1
Informação (ISSN 1981-8920)	1
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação (ISSN 2237-6658)	1
Pesq. Bras. em Ciência da Informação e Documentação (ISSN: 1981-0695)	1
Ponto de Acesso (ISSN 1981-6766)	1
Revista ACB (ISSN 1414-0594)	6
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (ISSN 0100-0691)	2
Revista EDICIC (ISSN 2236-5753)	1
Assuntos	Nº de artigos recuperados
Incentivo à leitura	1
Estudo e Treinamento de usuário (Competência Informacional)	5
Perfil Profissional do bibliotecário	2
Gestão do conhecimento	1
Classificação bibliográfica	1
Função da Biblioteca (mediação da informação)	2
Gestão de biblioteca (história, estruturação, acessibilidade e funcionamento)	6
Avaliação de serviços	1
Repositório Institucional	1

Nomenclatura adotada como palavra-chave		Número de Artigos
Biblioteca		2
Biblioteca Escolar		7
Biblioteca - IF's		1
Biblioteca pública		1
Unidade de Informação		1
Eventos	Ano de realização	Nº de trabalhos apresentados
Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - CBBDD	2013	19 artigos
	2015	6 artigos
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB	2010	1 artigo
Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU	2010	2 artigos
	2012	7 artigos
	2014	12 artigos
	2016	22 artigos
Seminário Brasileiro Das Bibliotecas Das Instituições da Rede Federal EPCT – SBBI	2014	7 resumos expandido*
	2015	7 artigos
Assuntos	Nº de artigos recuperados	
Acessibilidade	1	
Atuação do Bibliotecário	3	
Automação de biblioteca	2	
Avaliação de serviços	2	
Educação inclusiva	1	
Estudo e treinamento de usuário (competência informacional)	12	
Formação de leitores e incentivo à leitura	13	
Formação e desenvolvimento de coleções	4	
Gestão de bibliotecas (trajetória histórica, estruturação e funcionamento)	15	
Gestão de pessoas	7	
Livro didático	1	
Marketing em biblioteca	4	
Memória institucional	1	
Perfil do Bibliotecário	3	
Pesquisa escolar	2	
Política de descarte	1	
Política institucional de cultura	1	
Processamento técnico do acervo	2	
Projetos culturais	3	
Repositório institucional**	1	
Segurança da informação	1	
Serviço de referência	1	
Tecnologia para biblioteca	1	
Nomenclatura adotada como palavra-chave	Número de Artigos	
Biblioteca	17	
Biblioteca Escolar	8	
Biblioteca especializada	1	
Biblioteca universitária	9	
Biblioteca mista	1	
Unidade de informação	1	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Salientamos que os trabalhos apresentados no SBBI 2014* não apresentam palavras-chave, não sendo possível identificar a nomenclatura adotada para caracterizar as bibliotecas neles estudadas. Ressalta-se, ainda, que foram consideradas as produções científicas que tratavam de repositórios institucionais como projetos realizados pelas bibliotecas dos

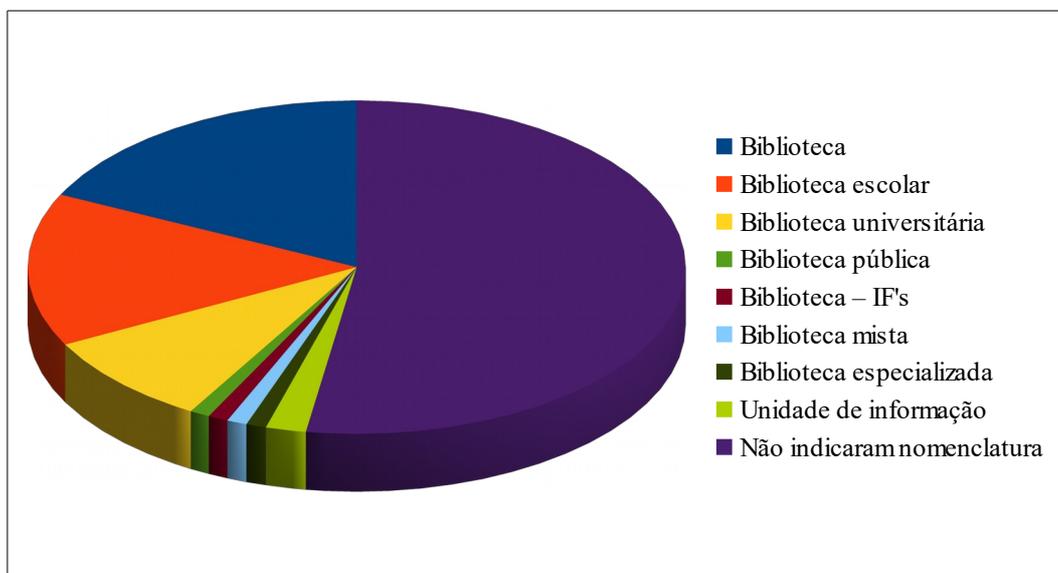
Institutos Federais. Os artigos científicos e trabalhos apresentados, em eventos, nos quais se tratava de repositórios institucionais como setores gerenciados por bibliotecários não foram analisados nesta pesquisa.

7.1 Análise de conteúdo

Quanto à nomenclatura adotada, para definir a tipologia das bibliotecas dos Institutos Federais, entre as 102 produções científicas analisadas, somente 48 indicaram uma nomenclatura relacionada à tipologia de bibliotecas como palavra-chave: 19 adotaram “biblioteca”, 15 adotaram “biblioteca escolar”, 9 adotaram “biblioteca universitária”, 1 adotou “biblioteca pública”, 1 adotou “biblioteca – IF's”, 1 adotou “biblioteca mista”, 1 adotou “biblioteca especializada”, 2 adotaram “unidade de informação” e 53 não indicaram nomenclatura referente à tipologia de biblioteca como palavra-chave.

A literatura científica referente às bibliotecas das Instituições da Rede Federal EPCT aponta que, ainda, não existe um consenso entre os autores no que se alude à nomenclatura adotada para a classificação das bibliotecas dos Institutos Federais. Diante da ausência de nomenclatura padrão, para identificar as bibliotecas dos Institutos Federais, ocorre uma interferência na busca e recuperação da literatura referente a elas.

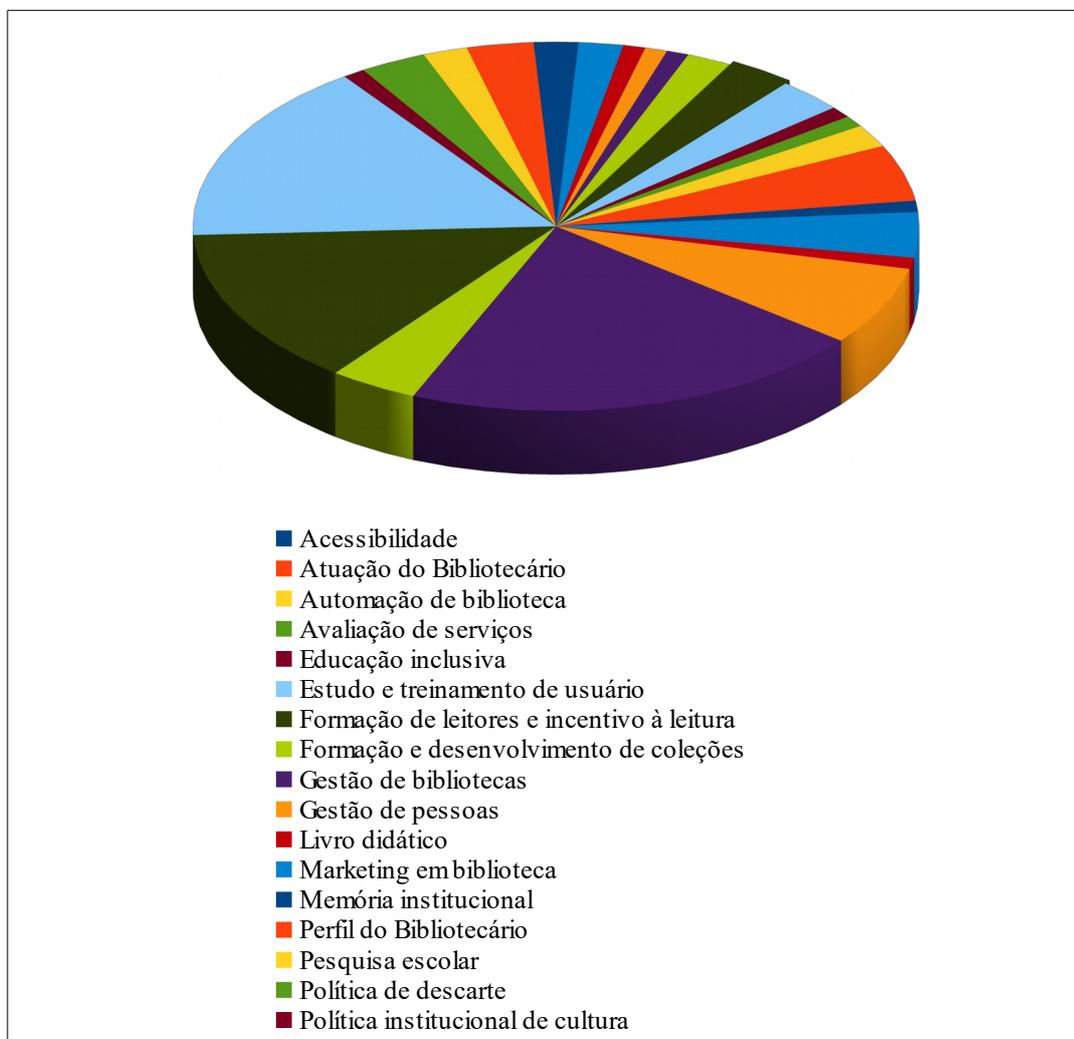
Gráfico 3: Nomenclatura quanto à tipologia de biblioteca



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Quanto aos assuntos abordados na literatura referentes às bibliotecas dos Institutos Federais, observou-se a predominância de estudos relacionados à gestão de bibliotecas (21), estudo e treinamento de usuários (17) e formação de leitores e incentivo à leitura (14).

Gráfico 4: Assuntos abordados na literatura analisada



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Por meio da análise da literatura, foi possível averiguar que os bibliotecários começam a expandir sua zona de atuação, para além das atividades relacionadas ao processamento técnico e circulação do acervo, passando, assim, a desenvolver projetos de formação e incentivo à leitura, como departamentos responsáveis pela preservação, envolvendo a comunidade interna e externa do campus e, ainda, atuando em projetos que visam preservar memória e informação institucional.

O número de publicações, no contexto atual, é crescente e a principal fonte publicadora da literatura relacionada às bibliotecas e bibliotecários das Instituições da Rede

Federal EPCT são os anais dos eventos profissionais da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, cujos autores são os bibliotecários dessas instituições. Como a literatura científica, com foco nas bibliotecas das Instituições da Rede Federal EPCT, está em fase inicial, é possível e necessário realizar diversas e novas investigações e estudos sobre o tema.

A discussão sobre a diversidade de características e a respectiva tipologia da biblioteca dos Institutos Federais é latente entre os bibliotecários dos Institutos, sendo abordada, na lista de discussões dos bibliotecários da Rede Federal EPCT⁵. Entretanto as múltiplas características das bibliotecas dos Institutos Federais, também, foram abordadas por Santos (2012), Bandeira (2013), Moutinho (2014) e Sima (2016).

Almeida (2015), também, relata a inexistência de uma nomenclatura consensual entre os bibliotecários sobre a denominação das bibliotecas dos Institutos Federais e ressalta que,

[...]na literatura científica, nos encontros profissionais e no âmbito das listas de discussão por e-mail, alguns defendem as terminologias “biblioteca híbrida” ou “biblioteca mista” como solução para o não enquadramento desta biblioteca nas tipologias existentes e consolidadas pela literatura e prática profissional (ALMEIDA, 2015, p.43).

Diniz et al. (2015) corroboram com a opinião de que as bibliotecas dos Institutos Federais possuem características múltiplas, agregando e desenvolvendo serviços e produtos, baseados nas especialidades e necessidades de seus usuários, os quais são de diferentes níveis de ensino.

As bibliotecas, neste contexto, atuam como agentes fundamentais na concretização da missão dos Institutos Federais, atendendo plenamente às necessidades de seus diferentes tipos de público, e reforçando a ideia de ensino público de qualidade (DINIZ et al., 2014, p.5).

Oliveira e Carvalho (2013), ao verificar a trajetória e evolução das Bibliotecas do IFES, relatam uma fase de anonimato da biblioteca e uma falta de informação a seu respeito discorrem, também, sobre uma segunda fase, em que há ausência de bibliotecários e sobre uma terceira fase, vivenciada, nos dias atuais, na qual a existência de bibliotecários e o uso tecnologias impactam, positivamente, no desenvolvimento da biblioteca e na melhoria de prestação de seus serviços. As autoras constataram que:

O IFES e suas bibliotecas não poderiam passar à margem de todos esses processos

⁵ Lista de discussão de Bibliotecários da Rede Federal EPCT – cbbi@googlegroups.com. Enquanto bibliotecária-documentalista, servidora pública no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, acompanho a discussão sobre o tema, por meio dos e-mails desta lista.

de transformação. O crescimento vertiginoso no campo da informação resultou na mudança de paradigma na prestação dos serviços e demandas dos usuários das diversas unidades de informação. Aos bibliotecários são apresentados grandes desafios a serem vencidos, com a criação de bibliotecas com espaços ilimitados e usuários mais interativos que não se contentam com um atendimento passivo (OLIVEIRA; CARVALHO, 2013, p.1).

Atualmente, nas Instituições da Rede Federal EPCT, não há uma biblioteca destinada ao ensino médio e ensino técnico e outra para o ensino superior e pós-graduação, a biblioteca é única, possuindo, também, como principal objetivo atender discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa, atuar em consonância com a missão das instituições nas quais estão inseridas e, assim, torna-se necessário rever conceitos, métodos, ferramentas utilizadas e suas formas de atuação na vida acadêmica.

Nesse sentido, Santos (2012, p.57) afirma que “as bibliotecas dos IF's deverão ser estudadas à luz dos modelos conceituais das bibliotecas universitárias, escolares e especializadas”. Enquanto, de acordo com Moutinho (2014), referindo-se aos Institutos Federais e suas bibliotecas:

[...] após a criação da lei nº 11.892/2008, essas bibliotecas se tornaram escolares, universitárias e especializadas, pois passou a ter demandas dos níveis: ensino, médio, técnico, graduação, pós-graduações tecnológicas, programas como PIBIC, PARFOR, Mulheres Mil, Certific, entre outros. Com essa grande quantidade de cursos e modalidades, surge uma instituição ímpar em nosso país, uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, a que classificaremos como bibliotecas multiníveis, pois atende a usuários de vários níveis de ensino (MOUTINHO, 2014, p.71),

Em virtude de uma época marcada pela globalização e pelo avanço e popularidade, no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na qual o ensino a distância é crescente, e *ebooks* e obras digitais ganham cada vez mais espaço e importância, na composição dos acervos, as bibliotecas dos Institutos Federais enfrentam um indispensável processo de reestruturação e adaptação de serviços permanentemente.

Bandeira (2013, p. 36), ao analisar a cooperação entre as bibliotecas do Instituto Federal do Ceará, relata que:

[...] as bibliotecas do IFCE ainda lutam para se consolidarem como setores essenciais dentro da instituição, pela inserção de bibliotecários no planejamento estratégico, por investimentos na infraestrutura física e em recursos humanos. As melhorias observadas em algumas destas bibliotecas são fruto de iniciativas isoladas dos *campi* e não de uma política específica para as bibliotecas.

De acordo com os autores Maciel e Lima (2013, p. 7-11), em sua análise literária

acerca das Bibliotecas do Instituto Federal do Amazonas, salientam que a biblioteca não é autônoma e que a cultura organizacional da instituição na qual ela está inserida implica sua atuação, no contexto escolar e, embora frequentemente em documentos institucionais, tais como Estatuto e Plano de Desenvolvimento institucional, a biblioteca seja descrita enfocando o espaço físico, o quantitativo dos materiais informacionais e os serviços realizados, com destaque para a consulta local, o empréstimo domiciliar, o acesso à internet e o processamento técnico. Quando permitido pela gestão institucional, a “biblioteca escolar pode ir muito além da promoção da leitura, pois sua atuação influencia e é influenciada pelos conteúdos dos processos socioculturais dos quais participa. Implica dizer que ter um caráter mais reprodutivo ou transformador dependerá dos recursos estruturais e da ação profissional”. Os autores acreditam que “a biblioteca escolar esteja entre esses insumos indispensáveis, pois nela, potencialmente, os usuários podem acessar conteúdos de todos os assuntos, possibilidade que pode levá-los a se tornarem autônomos em seus processos formativos”.

E, nesse contexto, é possível verificar que a nomenclatura adotada referente à tipologia das bibliotecas dos IF's é divergente na literatura e até mesmo entre os bibliotecários que nelas atuam, como relatam Almeida, Noberto e Freire (2014, p.3):

As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação (IF's) no Brasil ainda não possuem uma classificação consensual de acordo com suas funções e finalidade. [...] Essa dificuldade de classificação apresentada por alguns é compreensível, pois no contexto dos IF's, as bibliotecas prestam serviços de informação aos mais variados grupos de usuários, quais sejam, usuários vinculados aos cursos de pós-graduação (lato e stricto sensu), de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos de qualificação profissional como, por exemplo, os cursos ofertados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), e também aos cursos de nível técnico, tanto integrado, quanto subsequente ao Ensino Médio.

Nesse mesmo sentido, Camurça, Araújo e Moraes (2013, p.1.) expõem que:

As bibliotecas, que antes eram escolares, precisam se transformar para atender ensino, pesquisa e extensão; conhecer seu novo público, incrementar os serviços, implementar novas condutas. O desafio do estudo é construir um sistema integrado de bibliotecas com base na nova identidade proporcionada pela criação dos IF's, uma biblioteca que não é exclusivamente escolar, (mas atende ao nível básico e médio), que não é unicamente especializada (embora contenha assuntos específicos), que não é somente superior ou universitária (mas compreende a pesquisa e extensão) e que não é pública (porém atende ao público em geral).

As Bibliotecas das Instituições da Rede Federal EPCT configuram-se como um vasto objeto de estudo científico, principalmente, porque a adequação de serviços e produtos, para usuários de distintos níveis educacionais, sua função dentro do contexto escolar, a composição

de um acervo adequado ao seu público resulta em um desafio instigador para bibliotecários, enquanto gestores e cientistas da informação, sendo possível a investigação de diversas temáticas.

Santos, Boccato e Hoffman (2013, p.6) enxergam um novo conceito tipológico de bibliotecas, o qual deverá ser estudado à luz de uma interdisciplinaridade, assim como um novo perfil de bibliotecário, que deverá atuar em diferentes setores de sua biblioteca.

Em um estudo sobre a atuação dos bibliotecários, no Instituto Federal de São Paulo, com uma abordagem sociocognitiva, as autoras afirmam que:

As bibliotecas do IF'sP poderão ser definidas como sistemas informativos imbuídos em sistemas maiores, no caso de cada biblioteca específica, o campus representa este sistema maior, estas bibliotecas deverão prestar assessoria aos processos de ensino-aprendizagem, aos processos investigativos e aos processos extensionistas de cada campus, dotando-se de infraestrutura informacional para estes fins e também informação especializada para atender as demandas dos cursos oferecidos por cada campus, desta forma, as bibliotecas do IF'sP, congregam as três tipologias abarcadas pelas bibliotecas universitárias, escolares e especializadas (HOFFMANN; BOCCATO; SANTOS, 2011, p.6).

[...] desta forma, surge um universo peculiar e aberto para estudos e fazeres profissionais acerca desta nova tipologia de biblioteca e do perfil de seus bibliotecários (HOFFMANN; BOCCATO; SANTOS, 2011, p.6).

Baseando-se na prerrogativa de que os Institutos Federais destinam cinquenta por cento das suas vagas à educação profissional técnica de nível médio, vinte por cento para as licenciaturas e trinta por cento para os cursos de bacharelados e engenharias, conforme exposto no art. 8 da Lei nº 11.892/2008, Maciel e Lima (2013, p. 11) optaram em denominar a biblioteca do Instituto Federal do Amazonas – Campus Manaus como biblioteca escolar.

As autoras Boso, Silva e Goulart (2013, p.4) denominaram a biblioteca estudada, “Biblioteca Dr. Hercílio Luz”, IF'sC- Campus Florianópolis, como unidade de informação no título de seu trabalho, entretanto, no desenvolvimento do texto, a biblioteca é caracterizada como predominantemente universitária. As autoras justificam que “como a demanda de usuários na Biblioteca Dr. Hercílio Luz foi ampliada e modificada, pois se ampliou o número de cursos, a biblioteca passou por uma grande transformação, sendo, hoje predominantemente, universitária”.

Silva (2013) utilizou a palavra-chave biblioteca escolar, para denominar a biblioteca estudada, sendo ela uma biblioteca de um determinado campus de um dos Institutos Federais. O autor esclarece que a biblioteca estudada

não pertence a uma categoria específica em razão do público que atende. Antes, funcionava como biblioteca escolar e especializada porque atendia aos alunos do ensino médio e do ensino técnico, atualmente é considerada também universitária porque faz parte de um Instituto de Ensino Superior, atendendo a um público universitário – aluno, professor e pesquisador – devendo assim, cumprir seus objetivos que atender de forma eficiente as necessidades de informação dos seus usuários (SILVA, 2013, p.7).

De acordo com o exposto no teor da Lei nº 11.892/2008, art. 18:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, Moutinho (2014) afirma que a melhor definição, para as bibliotecas dos IF's, é *bibliotecas multiníveis*, uma vez que os IF's surgem como uma instituição ímpar, em nosso país, ofertando grande quantidade de cursos e modalidades. Isso faz deles uma instituição multinível e multimodal, sendo necessária uma classificação para o tipo de biblioteca que essa instituição possui, pois atende a usuários de vários níveis de ensino.

Calvanti e Garcia (2015, p.1) relataram suas experiências com o Projeto “Leitura no Banheiro: Por que não?”, desenvolvido na Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa-Catarina (IF'sC), campus Araranguá, que categorizou a biblioteca como uma biblioteca mista, mas como palavra-chave utilizou o termo “biblioteca escolar”.

A Biblioteca atende um público diferenciado, visto que a instituição oferta cursos em diferentes modalidades e níveis de conhecimento, como cursos de ensino médio integrado ao técnico, cursos técnicos concomitantes, cursos de formação inicial e continuada e, por fim, cursos de ensino superior. Dessa maneira, a Biblioteca do IF'sC Araranguá pode ser considerada mista.

As autoras Chibior, Castro e Silva (2015, p. 5):

[...] considerando-se que os IF's são instituições de ensino técnico, profissional e tecnológicas. A biblioteca tipo híbrida deve ser o objetivo a ser atingido, adequado ao público alvo, em sua maioria, jovens e adolescentes internautas, familiarizados com as tecnologias de comunicação e informação.

A compreensão da demanda informacional do usuário torna-se fator prioritário para o desenvolvimento e estruturação de serviços e produtos nas bibliotecas dos IF's, uma vez que o usuário é o cerne pra onde se converge a existência da toda biblioteca e ainda implica em modificações na postura profissional dos bibliotecários.

Os autores Camurça, Araújo e Moraes (2013), utilizando, como exemplo, o Instituto

Federal do Ceará, menciona impacto sobre as bibliotecas e sobre os afazeres dos bibliotecários nos Institutos Federais gerado pelo aumento do número de alunos.

A partir da criação dos IFCE o número de alunos matriculados mais do que dobrou e os serviços e produtos que o bibliotecário estava habituado a oferecer não respondem aos anseios, de forma satisfatória, oriunda da atual sociedade da informação, cada vez mais ávida por produtos e serviços que viabilizem a produção e o acesso ao conhecimento. Houve aumento de serviços, setores e demanda de trabalho. Para acompanhar essa nova realidade, os profissionais da informação precisam ter uma nova visão, treinamentos, capacitação, formação e desenvolvimento de equipe. É necessária uma posição estratégica, implementando ações que possibilitem garantir uma gestão da informação no alcance de seus objetivos, investindo em estruturas, recursos humanos, capacitação, marketing, padronização de rotinas e normas, planejamento, além de compartilhar responsabilidades e decisões (CAMURÇA; ARAÚJO; MORAIS, 2013, p.5).

Os autores apontam Rizi, Rosemberg e Thiengo (2013, p.1), para quem a diversidade de tecnologias de informação e comunicação aumenta a importância de se estudar o usuário, uma vez que comportamento de busca por informação científica de alunos e professores estão ligados ao acesso e à familiaridade que eles possuem com os diferentes suportes e fontes de informação, também, interferirá na formação do acervo.

A seleção de fontes de informação é complexa, principalmente na sociedade atual, permeada pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), que possibilitam acessar a informação por meio de diferentes canais e em diversas fontes, o que demanda o mapeamento das necessidades de informação da comunidade a ser atendida e a respectiva disponibilidade das fontes de informação pelo mercado editorial. Nesta direção se faz necessária a utilização de instrumentos de gestão tal como o estudo de usuários, uma vez que proporcionam conhecer as necessidades, o comportamento de busca e uso de informação, bem como a satisfação dos usuários com o fluxo informacional (RIZI; ROSEMBERG; THIENGO, 2013, p.1).

No entanto as autoras Boso, Silva e Goulart (2013, p. 5) destacam a importância do estudo de usuário, “como forma de conhecer suas necessidades e interesses em relação à informação, principalmente, destacando o seu nível de satisfação para, em seguida, estabelecer ações, para aprimorar os serviços prestados pela Biblioteca do IF'sC - Campus Florianópolis”, principalmente, pela mudança de público que a Biblioteca teve nos últimos anos.

De acordo com Oliveira e Carvalho (2013, p. 1), “é necessário ao novo profissional postura dinâmica, flexível e empreendedora, bem como estar preparado para atender das mais variadas formas, em menor tempo e maior grau de satisfação possível, as demandas desses novos usuários”.

Para Silva (2013), a atenção dos bibliotecários deve-se voltar ao fato de que, pela

diversidade de público, nas bibliotecas dos Institutos Federais, a atuação do bibliotecário ao serviço de referência torna-se, ainda, mais imprescindível e indispensável.

O trabalho do bibliotecário de referência é cada vez mais importante, unindo a capacitação técnica à compreensão de que ele exerce um papel dinamizador. Cabe ao bibliotecário, o desafio de criar novas formas de mediação, tanto na recuperação como na disseminação de informação. A real satisfação do usuário depende do planejamento adequado dos produtos e serviços das unidades de informação, pois o desempenho eficaz das bibliotecas é fator decisivo para a satisfação da demanda dos usuários e democratização da informação (SILVA, 2013, p.11).

O estudo sobre o perfil dos bibliotecários do IFRN, realizado pelas autoras Calvanti e Silva, (2013), aponta que, mesmo sendo uma instituição multicampi, que oferta cursos em várias modalidades, tipos e níveis de ensino, é uma instituição com características singulares, que requer bibliotecas dinâmicas e profissionais versáteis e o lado tecnicista do profissional bibliotecário é marcante dentre os bibliotecários de lá. De acordo com o trabalho das autoras:

[...] uma carência no desenvolvimento das habilidades e competências ligadas a atuação do bibliotecário gestor, nesse sentido ressaltou que um gerente não o é apenas pela designação do cargo, antes, este deverá traduzir em sua práxis. No caso específico deste estudo, os requisitos necessários aos modernos profissionais da informação ainda não estão consolidados no fazer de cada um. O desenvolvimento de novos produtos e serviços; a realização de atividades científicas e culturais; e uma maior interação com as novas tecnologias nas unidades de informação, são pontos que devem ser perseguidos, além da realização de cursos de capacitação direcionados (CALVANTI; SILVA, 2013, p.4).

De acordo com Silva e Nascimento (2015, p.2):

É fato, que as bibliotecas das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, se defrontam cotidianamente com as mais diversas demandas, além de estar inserida em um espaço educacional para jovens e adultos. Entretanto, criar e fortalecer a relação com os nossos usuários, parte também de observarmos a função dada a esse espaço, a missão a que se propõe e as ações que estamos desenvolvendo com vistas legitimar o papel das bibliotecas no contexto educacional.

Burin e Lima (2013, p. 5-6) afirmam que, com base no pressuposto de que as bibliotecas dos IF's são um espaço cultural propício a manifestações artísticas da comunidade e configuram-se, como um espaço dinâmico e democrático na escola, podem ingressar todas as pessoas que buscam conhecimentos, sem que sejam estipulados pré-requisitos.

[...] aproveitar o espaço criado para a biblioteca e transformá-la como convergente de um processo de identidade da comunidade são elementos para que sejam produzidas convicções de que a personalidade não se desenvolve somente através do intelecto, mas também de todos os aspectos da vida mental, especialmente o afetivo. Ainda, para que todos possam usufruir dos serviços bibliotecários é importante que

sejam planejadas ações que envolvam toda a comunidade e estes se transformem em usuários ativos, ou seja, a biblioteca deverá assegurar o desenvolvimento de atividades de extensão de caráter permanente, contribuindo a proporcionar aos membros da comunidade seu aperfeiçoamento contínuo, possibilitando-lhes levar a cabo a transformação social sem ser marginalizados (BURIN; LIMA, 2013, p. 5-6).

Feijó e Silveira (2015, p.1), referindo-se à pertinência de projetos de incentivo à leitura na Biblioteca Clóvis Vergara Marques (BCVM) do IFRS-Campus Porto Alegre, afirmam que:

O papel da biblioteca no que diz respeito às atividades de incentivo e promoção da leitura transcende o domínio do ato de ler e o acesso às obras literárias disponíveis no acervo. É função social das bibliotecas, especialmente no meio acadêmico, além de disseminar o conhecimento técnico-científico, promover à comunidade projetos que visem ao incentivo e a disseminação da leitura.

Nessa mesma ideologia, Ozório (2014, p.5 e 6) alega que ações pautadas, para melhorar e incentivar o hábito de ler, podem interferir, positivamente, para que leitores em potencial possam desenvolver suas habilidades socioeducativas frente à leitura e ressalta a atuação do bibliotecário.

Neste cenário de intervenção para implementar e/ou aprimorar o hábito da leitura, o profissional bibliotecário surge como um dos responsáveis pelo processo de formação do leitor, assim como agente de transformação social que possibilita o intercâmbio entre a criança e o livro.

Por fim, destaca-se que a literatura analisada aponta uma lacuna de estudos referentes à formação identitária e à legislação na qual está pautada a estruturação e desenvolvimento das bibliotecas dos Institutos Federais. Nessa perspectiva, acredita-se que estudos com esse viés possam aclarar a atuação dos bibliotecários e contribuir para formação da literatura referente à concepção dessas bibliotecas.

8 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: onde estamos e para onde vamos...

Os eventos profissionais voltados, especificamente, às bibliotecas das Instituições da Rede Federal, acontecem, no Brasil, desde 2005 e foram denominados Fórum Nacional dos Bibliotecários dos If's. É importante salientar que, em 2011, no Fórum realizado pelo IF Sertão Pernambucano, na cidade de Petrolina – PE, criou-se a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal ECPT (CBBI), a qual é, assim, definida:

[...] órgão que visa representar as Bibliotecas da Rede Federal EPCT junto aos diversos segmentos organizados da sociedade, tais como órgãos governamentais, entidades ligadas à educação, pesquisa e extensão, sociedade civil, dentre outros; atuar como veículo de articulação, discussão, deliberação, encaminhamento, acompanhamento e execução das políticas e ações necessárias ao desenvolvimento das Bibliotecas da Rede Federal EPCT e; desenvolver atividades de capacitação, estudos, pesquisas e propostas vinculadas às atividades das Bibliotecas da Rede Federal EPCT (SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL..., 2015).

Para tanto, em 2012, entre os dias 18 e 19 de junho, ocorreu o Iº Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT, organizado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), com apoio da Câmara de Ensino da entidade, em parceria com a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal ECPT (CBBI), tendo como objetivo reunir representantes das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de todo país, com intuito de pontuar, discutir e propor soluções para as necessidades das bibliotecas dessas instituições. Os temas tratados, durante este evento, foram os seguintes:

1. Estrutura organizacional e Sistema de Bibliotecas: redimensionando o papel das Bibliotecas na Rede.
2. Portal de Periódicos da CAPES.
3. Sistemas informatizados de gerenciamento de Bibliotecas.
4. Capacitação dos profissionais de Biblioteca.
5. Cadastro Nacional das Bibliotecas da Rede.
6. Bibliotecas Digitais.

Quadro 10 - Recomendações do ERBI

<p>Recomendações aprovadas, durante a sessão plenária de encerramento do 1º Encontro de Representantes das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica – 1º ERBI, evento promovido pelo CONIF / Câmara de Ensino com a colaboração da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CBBI – durante os dias 18 e 19 de junho de 2012, nas dependências do Ministério da Educação, Auditório do Anexo I, em Brasília, DF.</p>	
<p>SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS BIBLIOTECAS EM CADA INSTITUIÇÃO DA REDE</p>	
<p>Recomendações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de uma Diretoria Sistêmica, executiva e multicampi ligada diretamente à Reitoria. 2. Criação de um Comitê Consultivo ligado à Diretoria Sistêmica. 3. Que as bibliotecas dos campi sejam vinculadas a esta Diretoria Sistêmica, formando o Sistema de Bibliotecas da Instituição. 4. Que a Diretoria Sistêmica e as Coordenações das Bibliotecas de Campus sejam exercidas por Bibliotecários de carreira. 	<p>Justificativas:</p> <p>a) Adequar a estrutura organizacional das Bibliotecas aos desafios de planejamento, gestão e execução integrada de atividades e recursos, formando um sistema de Bibliotecas com administração central e ação multicampi.</p> <p>b) Oferecer as condições de representatividade da área junto à estrutura organizacional das Instituições como elemento fundamental na integração e implementação de suas políticas as políticas gerais da Instituição e como garantia de consecução e continuidade dos recursos, produtos e serviços oferecidos aos seus usuários.</p> <p>c) Fator preponderante, na fixação de profissionais especializados que, na ausência atual de estrutura organizacional mínima e condições desfavoráveis de trabalho, tendem a migrar para outros órgãos do governo federal, principalmente, para as Universidades.</p>
<p>SOBRE A INFORMATIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS</p>	
<p>Recomendações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cada Instituto adote um único programa (software) de gerenciamento de seus acervos e serviços bibliotecários, com atuação integrada e multicampi. 2. Que se adotem os seguintes requisitos básicos para seleção de programa (software): <ol style="list-style-type: none"> a) Formato MARC. b) Protocolo Z 39.50. c) Parametrização para os diversos perfis de usuários e perfis de Bibliotecas. d) Segurança de dados; e) Parametrização do registro de publicações periódicas em nível de kardex. f) Suporte on-line. g) Sistema multiusuário. h) Suporte para gerenciamento de conteúdos digitais. i) Emissão de relatórios dentro dos padrões do MEC e CNPQ. j) Módulo de aquisição bibliográfica. k) Módulo de ensino ou unidade organizacional (bibliografia básica e complementar). l) Suporte a periféricos como leitor biométrico. m) O programa deve permitir a integração facilitada com diversos sistemas acadêmicos e de segurança. n) Plano de atualização periódica; o) Plataforma WEB. p) Disseminação seletiva da informação. q) Banco de dados deve ser armazenado em servidor da Instituição. 	<p>Justificativas:</p> <p>a) Elemento vital para integração e potencialização de serviços cooperativos entre as Bibliotecas da própria Instituição e entre as Instituições da Rede Federal como projetos, em diversas áreas de atuação, a exemplo de catálogos coletivos, serviço de catalogação cooperativa, etc. b) Os requisitos básicos apresentados, constituídos de padrões internacionalmente aceitos, oferecem as condições de integração entre os sistemas de gestão de bibliotecas, sem que haja necessidade de aquisição de um único produto.</p>

r) A infraestrutura de comunicação e dados e Internet devem estar disponíveis em padrões mínimos pela Instituição da Rede.	
SOBRE A CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS BIBLIOTECAS	
<p>Recomendações:</p> <p>1. Promoção e realização do Encontro de Representantes das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – ERBI – como evento bienal, a realizar-se, nos anos pares, com duração de dois dias, para discussão e deliberação de propostas sobre temas como estrutura organizacional, políticas, projetos, serviços e ações cooperativas.</p> <p>2. Apoio à realização do Seminário Brasileiro das Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - SBBI como evento bienal promovido, nos anos ímpares, a partir de 2013, com duração de três dias, como recurso de capacitação e atualização dos recursos humanos das Bibliotecas dos IF's e como continuidade do evento “<i>Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – FNBIF's</i>” – realizado até 2011. Os candidatos à sua realização devem apresentar documento contendo a anuência expressa da Reitoria da Instituição, assim como o projeto de sua realização como garantia de manutenção e continuidade do evento.</p> <p>3. Que as Instituições da Rede ofereçam subsídios e incentivos aos programas de mestrado e doutorado (MINTER, DINTER e outros) de forma a atender aos profissionais que atuam nas Bibliotecas.</p> <p>4. As Instituições da Rede ofereçam subsídios e incentivem eventos regionais e internos dos profissionais das Bibliotecas.</p>	<p>Justificativas:</p> <p>a) Garantia de fixação e realização de eventos e programas de capacitação, discussão, pesquisa e formulação de políticas para a área de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e tecnológica.</p> <p>b) Elemento de fundamental importância na permanência de recursos especializados na área.</p>
SOBRE O PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
<p>Recomendações:</p> <p>1. Que um dos administradores locais do Portal de Periódicos da Capes, de cada Instituição da Rede, seja um bibliotecário efetivo.</p> <p>2. Que a capacitação, para acesso ao conteúdo do Portal de Periódicos da Capes, seja oferecida pela CAPES/Coordenação do Portal de Periódicos.</p> <p>3. Que as Instituições da Rede, por meio dos Departamentos de Tecnologia da Informação, disponibilizem infraestrutura necessária, para disponibilização da instalação, operação e manutenção do Portal de Periódicos da Capes, incluindo acesso remoto pela Intranet.</p> <p>4. Que as Instituições da Rede incluam, em seu planejamento e execução orçamentária, os recursos financeiros necessários, para a garantia de um programa de educação continuada, em relação ao uso e disseminação do Portal junto à comunidade institucional.</p>	<p>Justificativas:</p> <p>a) Oferecer as condições mínimas necessárias para garantia de acesso ao conteúdo do Portal à comunidade acadêmica das Instituições da Rede Federal.</p> <p>b) Ampliar o acesso e utilização efetiva do conteúdo disponibilizado pelo portal à comunidade acadêmica das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atualmente, em patamares baixos, por meio de treinamento e capacitação promovidos pela CAPES e pelas Instituições em parceria com as Bibliotecas / Sistemas de Bibliotecas e respectivas estruturas (Coordenações, Coordenações Gerais, Diretorias, etc).</p> <p>c) Garantir o acesso às ferramentas e fontes de informação necessárias à elaboração, implantação, operação e desenvolvimento de programas de pós-graduação e pesquisa, nas dependências das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, assim como já ocorre junto às Universidades Federais e similares.</p>

RECOMENDAÇÕES GERAIS	Justificativas:
<p>Recomendações:</p> <p>1. Que seja garantida a participação do bibliotecário efetivo nos projetos de implantação e reestruturação das bibliotecas físicas de campus.</p> <p>2. Que seja garantida a participação dos bibliotecários no planejamento e execução orçamentária direcionadas às Bibliotecas.</p>	<p>a) Garantia de implantação e continuidade dos programas e políticas de desenvolvimento e expansão da área junto a cada uma das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, coletivamente (interinstitucionalmente), assim que oportunizado.</p>
<p>Essas recomendações foram entregues ao Prof. Belchior de Oliveira Rocha, à ocasião, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Coordenador da Câmara de Ensino do CONIF e Presidente da Comissão Organizadora do I ERBI.</p>	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Obs. As recomendações do Iº ERBI foram citadas no PDI do IFRN como instrução norteadora para a estruturação das bibliotecas do IFRN (p.166).

De acordo com a CBBI, as recomendações redigidas e aprovadas no Iº ERBI sobre gestão e padronização de serviços, para as bibliotecas da Rede Federal EPCT, foram encaminhadas a todas as reitorias das instituições da rede.

A transformação do Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais, em Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal EPCT, ocorreu, em 2012, baseando-se na deliberação ocorrida, durante o Iº Encontro de Representantes de Bibliotecas da Rede Federal EPCT, entretanto, nos anos de 2012 e 2013, o seminário não foi realizado, voltando a acontecer, em 2014, com a temática: “*O papel social e educativo da Biblioteca e do bibliotecário no contexto da Educação Profissional, Científica e Tecnológica*”.

Em 15 de março de 2014, durante o VII Seminário Brasileiro de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, organizado e sediado pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, na cidade de Pouso Alegre-MG, foram apresentados ao público os resultados da pesquisa intitulada *Gestão de Bibliotecas na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica - Rede Federal EPCT: resultados preliminares, a primeira tentativa de mapear as características básicas das bibliotecas*.

A pesquisa foi realizada por Caroline da Rosa Ferreira Becker, bibliotecária no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul – Marouva Fallgater Faqueti, bibliotecária no Instituto Federal Catarinense - Campus Camboriú – e por Artur Moreira da Silva, bibliotecário no Instituto Federal de São Paulo - Campus Avaré. Na ocasião, Artur era presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal EPCT.

Durante a exposição oral dos resultados das pesquisas, a autora Caroline explanou

sobre a motivação da pesquisa que se desenvolveu, em virtude da necessidade de se conhecer como estava a gestão das bibliotecas da RFEPCT, “existia a necessidade do levantamento de informações sobre as bibliotecas da Rede para se entender como estavam planejadas, organizadas e lideradas em nível nacional”.

Diante do exposto, os autores buscaram entender o cenário e identificar possibilidades de atuação dessas bibliotecas, no desenvolvimento educacional da Rede Federal EPCT. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa exploratória descritiva, cujo instrumento adotado, para a coleta de dados, foi o questionário. A coleta de dados foi realizada, no período de 23 de agosto a 18 de dezembro de 2013. O universo da pesquisa compreendeu bibliotecas dos 38 Institutos Federais, 2 CEFET's, Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, totalizando, assim, 581 unidades de ensino (entende-se por unidades de ensino, campus, UEP's, UNEDS), conforme atestavam os *sites* oficiais das referidas instituições.

No entanto, dentre as 581 unidades, verificou-se que 118 não responderam ao questionário, obtendo-se respostas de 463 unidades, ou seja, 80% do universo. Dentre os 463 questionários respondidos, 137 “não foram válidos”, pois correspondiam às respostas obtidas referentes a campi sem biblioteca ou sem bibliotecário, portanto os resultados foram compilados, a partir da análise de 326 questionários válidos, compreendendo 37 Institutos (290 campi), 2 CEFETs (16 campi), Colégio Pedro II (9 campi) e UTFPR (11 campi). O questionário foi organizado em três grandes blocos: a) estrutura organizacional das bibliotecas em suas instituições; b) organização interna - acervo, informatização, espaço físico; c) serviços oferecidos e equipe.

Por meio dos resultados da pesquisa, verificou-se que: 11 (onze) instituições estavam organizadas, formalmente, em Sistemas Integrados de Bibliotecas (SIBI's), sendo elas: nove (9) Institutos Federais, um (1) CEFET e a UTFPR. Quanto à subordinação, sete (7) SIBI's estavam subordinados às Pró-reitorias de Ensino, uma (1) instituição estava subordinada à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e uma (1) estava subordinada, diretamente, ao reitor. No CEFET, o SIBI estava subordinado ao diretor-geral como órgão complementar e, na UTFPR, subordinado à Pró-reitoria de Graduação.

Referente às funções gratificadas (FG's), os bibliotecários coordenadores do SIBI recebiam FG1, em seis instituições(6), FG2 em quatro (4) instituições e FG4 em uma (1) instituição. Importante destacar que havia um SIBI no qual o bibliotecário coordenador recebia CD-4. Consta que 11 instituições responderam que o sistema integrado de bibliotecas

estava em fase de estruturação e 19 responderam que cada biblioteca funcionava, individualmente, em seus respectivos campi, não existindo uma representação ou coordenação na reitoria.

Em relação à coordenação das bibliotecas nos campi, foram identificadas 127 bibliotecas nas quais os bibliotecários recebem gratificação pela função de coordenador e 199 bibliotecas onde os bibliotecários não recebem gratificação pela função de coordenador.

Quanto à informatização do acervo, 26 instituições responderam que utilizam um único *software*, para automatização e integração dos acervos de suas bibliotecas, (50% utilizavam o *software* Pergamum, 11% *software* Sophia, 23% utilizavam o software GNUTECA, 8% software SIABI, 4% Q Biblio, 4% Informa) e 15 instituições responderam utilizarem *softwares* diversos, para automação dos acervos de suas bibliotecas, o que inviabilizava a sua integração.

Com a pesquisa, também, verificou-se que o quadro de recursos humanos das bibliotecas é composto por 537 bibliotecários, 357 auxiliares de biblioteca, 122 terceirizados, 214 assistentes administrativos, 405 bolsistas/estagiários e 164 servidores readaptados.

Quanto aos serviços oferecidos pelas bibliotecas, os mais relevantes foram o empréstimo domiciliar (313 bibliotecas), consulta on-line ao acervo (225 bibliotecas), levantamento bibliográfico (218 bibliotecas), elaboração de ficha catalográfica (206 bibliotecas). Já os mais raros serviços oferecidos foram empréstimos entre bibliotecas de outras instituições (31 bibliotecas), impressão (14 bibliotecas), scanner (10 bibliotecas) e reprografia (8 bibliotecas). Outros dois serviços, também, ofertados, que valem ser ressaltados, são o treinamento, para utilização do Portal Capes, presente em 104 bibliotecas e os serviços voltados para estímulo à leitura, presentes em 92 bibliotecas.

Ao final da pesquisa, os autores concluíram que as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possuem bibliotecas as quais são gerenciadas por bibliotecários e o número de estagiários, atuantes nas bibliotecas, representa um percentual alto, 32% da equipe de trabalho; as bibliotecas têm, gradativamente informatizado, seus serviços e acervos, por meio da aquisição de *softwares* recomendados e utilizados, nacionalmente, por diversas instituições de ensino, entretanto, ainda, há 38 campus que utilizam a organização manual do acervo. A implantação de sistemas integrados de bibliotecas é crescente, porém esses sistemas, ainda, carecem de efetivação por meio de funções gratificadas e adequação administrativa (SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL..., 2014).

Essa pesquisa foi transformada no livro: “*BECKER, Caroline da Rosa Ferreira; FAQUETI, Marouva Falgatter. Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015*”; lançado, durante no Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU – em outubro de 2016. É relevante ressaltar que a pesquisa apresentada acima e descrita no livro, utilizou, como instrumento de coleta de dados, um questionário enviado, diretamente, para os bibliotecários, por meio de e-mail, enquanto, para o desenvolvimento desta dissertação, utilizamos, como fonte informação sobre as bibliotecas dos Institutos Federais, os documentos institucionais destes institutos. Dessa forma, acredita-se que esta dissertação, bem como todos os artigos e o livro contribuem, positivamente, para a construção da literatura científica referente às bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente acreditava-se que as múltiplas características das bibliotecas dos Institutos Federais gerassem a ausência de uma nomenclatura padrão, para denominá-las, quanto à sua tipologia, podendo interferir tanto na oferta de produtos e serviços quanto no processo de busca e recuperação de literatura específica; essa hipótese se confirmou, pois a análise das produções científicas indicaram a adoção de oito diferentes nomenclaturas relacionada à tipologia de bibliotecas, a saber: biblioteca, biblioteca escolar, biblioteca universitária, biblioteca pública, biblioteca – IF's, biblioteca mista, biblioteca especializada, unidade de informação e análise dos planos de desenvolvimento institucional nos apresentam oferta de produtos e serviços também oferecidos por diferentes tipologias de bibliotecas.

Acreditava-se ainda que a ausência de diretrizes nacionais, que norteiem a estruturação e o funcionamento das bibliotecas dos Institutos Federais, pudessem ocasionar discrepâncias, no entendimento sobre a função das bibliotecas nos Institutos Federais, está hipótese também foi confirmada, haja vista que embora os Institutos Federais ofertem não só educação em nível superior, estes estão estruturando suas bibliotecas à luz de instrumentos e políticas voltadas para o ensino superior, como por exemplo o instrumento de avaliação de cursos de graduação do INEP ([Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes](#)).

Foi possível também constatar que o período entre os anos 2009 a 2018 está configurando-se como um período de consolidação das bibliotecas, dentro do contexto educacional e social, essas hipóteses foram comprovadas, uma vez que os planos de desenvolvimento institucional dos Institutos Federais apresentam investimentos em infraestrutura física, tecnológica, acervo e recursos humanos especializados para as bibliotecas destes institutos.

Neste estudo encontramos registro de apenas quatro projetos de extensão realizado em dois Institutos Federais (IFES e IFPR), o que evidencia um baixo índice registrado de atividades de extensão realizadas pelas bibliotecas dos Institutos Federais e revela uma lacuna, na atuação das bibliotecas, uma vez que os Institutos Federais preveem a participação delas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Por meio desta pesquisa foi, também, possível identificar que:

- As bibliotecas das instituições de educação profissional e tecnológica não constam nas leis que regem este segmento educacional, de 1909 a 2005. Elas são incluídas pela

primeira vez, por meio do Decreto nº 5.773/2006, quando os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs – são autorizados a ofertar ensino superior.

- Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, por meio da Lei nº 11.892, a biblioteca é apresentada na legislação e nos documentos institucionais como infraestrutura física obrigatória, sem nenhuma associação clara com a sua função de apoio pedagógico.
- A inexistência de registros de atividades sistemáticas, referentes ao estudo e educação dos usuários dessas bibliotecas, nos documentos institucionais, ainda que a diversidade de público seja uma característica marcante das bibliotecas dos Institutos Federais.
- A ausência de políticas institucionais claras voltadas para o desenvolvimento contínuo da biblioteca, enquanto aparato pedagógico imprescindível para um ensino, pesquisa e extensão.
- Embora a biblioteca seja considerada órgão de apoio, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, para 20 Institutos Federais, sendo eles: Instituto Federal Baiano, Instituto Federal Catarinense, Instituto Federal da Bahia, Instituto Federal de Brasília, Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal de Rondônia, Instituto Federal de São Paulo, Instituto Federal de Sergipe, Instituto Federal do Amazonas, Instituto Federal do Ceará, Instituto Federal do Espírito Santo, Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal do Pernambuco, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Instituto Federal do Sul Riograndense, Instituto Federal Farroupilha, Instituto Federal Fluminense, Instituto Federal Goiano, registra, claramente, essa visão em seu Planos de Desenvolvimento Institucional e ou no Regimento das bibliotecas. Não fica claro de que forma a biblioteca atua, efetivamente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e acreditamos que está seja uma questão de grande relevância para futuras investigações científicas.

Uma vez que o Plano de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político-pedagógico Institucional são documentos imprescindíveis, para nortear a organização, o desenvolvimento e prática diária dos Institutos Federais, ainda, configuram-se como fontes de informação, para futuras pesquisas. Sugerimos que as informações referentes às bibliotecas sejam padronizadas e sistematizadas, a fim de fornecer informações de cada biblioteca individualmente.

Por fim, salientamos que a ausência de regulamentação adequada, a qual norteie a

estruturação e gestão das bibliotecas dos Institutos Federais, somada à ausência de políticas institucionais, colocam as bibliotecas dos Institutos Federais, em um cenário de fragilidade e incertezas, comprometendo o seu desenvolvimento e a democratização do acesso à informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. L. S. de; FREIRE, G. H. A. O desafio da formação de auxiliares de biblioteca no Brasil: relato de uma experiência pioneira de educação profissional no sertão paraibano. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. 42, p. 132-145, jan./abr., 2015.

ALMEIDA, J. L. S. de; NORBERTO, J. C. M.; FREIRE, G. H. A. As bibliotecas universitárias como organizações aprendentes: o caso da biblioteca do IFPB campus Sousa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

ALMEIDA, M. R. de. Instituto Federal de São Paulo: relato de experiência acerca da biblioteca do campus Catanduva. **CRB8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 109-112, dez. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br>>. Acesso em: 05 maio 2016.

ALVES, T. L.; GUIMARÃES, F. X. A formação continuada dos auxiliares de biblioteca: um relato de experiência nas bibliotecas do IF Sertão-PE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

AMARAL, R. G. do. **A função da biblioteca pública escolar no contexto da formação integral do educando**: estudo de caso. 2008. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2008.

AQUINO, C. C. de. Acessibilidade dos surdos no serviço de referência da biblioteca do IFSC - campus Palhoça bilíngue libras português. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/372>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

AZEVEDO, H.; LIMA, A. T.S.; EVANGELISTA, A. L. de. Transformações sustentáveis em acervo centenário: relato de experiência na Biblioteca Joseph Mesel. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BANDEIRA, L. A. N. **Cooperação em bibliotecas acadêmicas do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do ceará (IFCE)**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BATISTA, R. C.; CAVALCANTE, K. L. Qualidade dos serviços da biblioteca do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – campus Petrolina. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/422>>. Acesso em: 02

jan. 2017.

BECKER, C. R. F. Reflexões sobre a utilização de ferramentas do marketing em bibliotecas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaisnbnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/345>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

BECKER, C.R. F.; CHAGAS, M. As bibliotecas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IF's: de escolares à também universitárias: a necessidade da reestruturação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais Eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.swnbnbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

BECKER, C.R. F.; CHAGAS, M. **Gestão de bibliotecas escolares com foco nas quatro funções gerenciais**: estudo de caso nas bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. 2010. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/BECKER-Caroline.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

BECKER, C.R. F.; ROSA, L. R. A mudança na interface gráfica do sistema automatizado da biblioteca de um Instituto Federal: o olhar do usuário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BOSO, A. K.; SILVA, E. S. da; GOULART, R. M. L. Avaliação das unidades informacionais para incremento da qualidade dos serviços prestados: o caso do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Florianópolis para o desenvolvimento de um Plano de Ação para a Biblioteca Dr. Hercílio Luz. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 out.2015.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes,1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Dispõe sobre Crea nas capitais dos Estados da Escola de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 27 jan.2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 30 dez. 2008a, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. 2007. 43p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. **Documento Base**. Brasília: MEC/SETEC, 2007.

BURIN, C. K.; LIMA, M. M. de. Arte e cultura na Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IF'sC), Campus Lages: uma experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CAMPELLO, B. **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMURÇA, T. A.; ARAÚJO, I. F.; MORAIS, S. M. P. de. A construção de um sistema integrado de bibliotecas no Instituto Federal do Ceará: motivação, dificuldade e expectativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

CAMURÇA, T. A.; ARAÚJO, I. F.; MORAIS, S. M. P.. Leitura no ensino superior: o olhar do bibliotecário para a compreensão de textos científicos dos discentes no curso de nutrição do IFCE – campus Fortaleza. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CANALI, H. H. B. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional**. Disponível em: <www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducativa/canali.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

CARDOSO, M. L.; ARAÚJO, S. S. S. Gestão de pessoas em unidades de informação: perfil dos bibliotecários do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo.

Anais eletrônicos... São Paulo: Acquaviva, 2015. Disponível em: <http://www.acquaviva.com.br/cbbd2015/trabalhos_CBBD.php>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CARDOSO, M. L.; ARAÚJO, S. S. S. Gestão de pessoas nas bibliotecas do ifes: conhecer para valorizar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

CARVALHO, C. C. de. **Políticas públicas de acessibilidade nas instituições de ensino: tecnologia assistiva na biblioteca do IFNMG campus Januária – MG.** 2013. 142 f. Dissertação (mestrado em educação agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto de Agronomia, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, F. A. A. de et al. Análise envoltória de dados na gestão do desempenho de bibliotecas universitárias: o caso de uma ifes no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.7, n.1, p. 4-21, jan./jun. 2011.

CARVALHO, R. S. de C.; AQUINO, A. C. de; BATISTA, R. C. Biblioteca e sala de aula: um encontro poético. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaisnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/380>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

CARVALHO, R. S. de; BATISTA, R. C. O universo do conhecimento nas áreas de viticultura e enologia: suas representações junto ao CNPQ, CDD e CDDU. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

CAVALCANTI, C. O.P.; GARCIA, R. I.; RADOS, G. J. V. Acessibilidade física na biblioteca do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Santa Catarina - Campus Araranguá. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 483-499, set./dez., 2015.

CAVALCANTI, C.O.P.; GARCIA, R. I. Leitura no banheiro: por que não? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Acquaviva, 2015. Disponível em: <http://www.acquaviva.com.br/cbbd2015/trabalhos_CBBD.php>. Acesso em: 03 jun. 2016

CAVALCANTI, V. O. M. Conhecendo as necessidades informacionais dos alunos do curso de licenciatura plena em física do IFRN campus João Câmara: estudo de caso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

CAVALCANTI, V. O. M.; SILVA, M. L. T. Bibliotecário gestor um estudo sobre o perfil dos bibliotecários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

CHIBIOR, E. S.S.; CASTRO, E. C.; SILVA, D. C. Política orçamentária para aquisição de acervos: reflexo da concepção curricular do IFPR. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (SBBI), 08., 2015, Manaus – Amazonas. **Anais eletrônicos...** Manaus: CBBI, 2015. Disponível em: <www.cbbionline.org/sbbi.htm>. Acesso em: 02 jun. 2016.

CORBO, P. de A. B.; CARDOSO, T. M. de M. Política institucional de informação no colégio Pedro II: diretrizes para a implantação de repositório institucional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/331>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

CRIVELLARI, H. M. T.; SIMA, A. M. Biblioteca universitária, escolar e comunitária: o caso da biblioteca comunitária “professora Ebe Alves da Silva” do IFMG. **Revista Digital Biblioteconomia Ciência Informação**, Campinas, SP, v.14, n.1 p.28-48, jan./abr. 2016.

DAMASCENO, A. C.; MESQUITA, J. M. C. de. Indicadores de usabilidade da biblioteca de uma instituição de ensino público federal. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

DINIZ, J. P. A. et al. A cooperação técnica nas bibliotecas do IF Goiano: relato da experiência dos bibliotecários para consolidação do sistema integrado de bibliotecas (SIBI). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/370>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

DINIZ, J. P. A. et al. Gestão das bibliotecas do instituto federal goiano: implantação do sistema integrado de bibliotecas – SIBI. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

DINIZ, J. P. A. et al. Gestão sustentável de bibliotecas: o uso do planejamento estratégico no sistema integrado de bibliotecas (SIBI) para atender as demandas do plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal Goiano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/291>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

DINIZ, J. P. A. et al. Sociedade da informação e mídias sociais: o papel das bibliotecas e dos bibliotecários do Instituto Federal Goiano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/350>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação,

ciência e tecnologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 9., 2012, João Pessoa - PB. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L.S. **Educação profissional e tecnológica em EAD: técnico em biblioteconomia do IFRS – campus Porto Alegre.** Disponível em: <siscone.com.br/Uploads/.../Trab14400198920150331_000000.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016

FAQUETI, M. F. Compartilhamento e transferência de conhecimento na gestão de bibliotecas: um estudo em instituições federais de ensino de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 567-583, set./dez., 2015.

FEIJO, S.R.; SILVEIRA, F. X. da. Projeto de incentivo à leitura em biblioteca: as rodas de leitura no IFRS Campus Porto Alegre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Acquaviva, 2015. Disponível em: <http://www.acquaviva.com.br/cbbd2015/trabalhos_CBBD.php>. Acesso em: 05 jun. 2016.

FERNADES, F.C.M. Gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. **Holos**, ano 25, v. 2, 2009. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/267/187>>. Acesso em: 08 mar.2016.

FERNADES, J. C. C. et al. **A trajetória da educação profissional no Brasil: das escolas de aprendizes artífices à criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.** 2014. Disponível em: <www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT04/GT_04_x9x.PDF>. Acesso em: 05 maio 2016.

FISCHBORN, M. L. N.; GUASSU, L. T. Capacitação de servidores de biblioteca utilizando o ambiente virtual moodle: relato das experiências vivenciadas pelo sistema de bibliotecas de uma instituição multicampi. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 maio 2016.

FONSECA, D. L. S. A gestão da qualidade total e a aplicabilidade de ferramentas da TQM em bibliotecas universitárias: abordagem atual e perspectivas futuras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Acquaviva, 2015. Disponível em: <http://www.acquaviva.com.br/cbbd2015/trabalhos_CBBD.php>. Acesso em: 03 jun. 2016.

FREITAS, D. S. de et al. Biblioteca em ação: o prazer da leitura no IF Farroupilha-Câmpus Panambi. In: ENCONTROS DE DEBATES SOBRE O ENSINO DE QUÍMICA-EDEQ, 34., 2014, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Rio Grande do Sul: UNISC, 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/edeq/article/view/12031>>. Acesso em: 05 maio 2016.

FREITAS, M. D.; MACHADO, M. C. R.; PASSOS, G. P. da R. Análise da nova

institucionalidade: o caso do Instituto Federal de Sergipe - IF's sob a ótica dos seus servidores. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA, 4., 2013. Vitória da Conquista-BA. **Anais eletrônicos...** Vitória da Conquista: UESB, 2013. Disponível em: <www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/artigos/EAP012.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.

FRICOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n.92, p.1087-1113, out. 2005.

GONÇALVES, M. C.; CUNHA, T. M. Incentivo à leitura de obras literárias por meio do QR CODE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

GRABOWSKI, G.; RIBEIRO, J. A. R. Reforma legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUERREIRO, E. M. B. R. Acessibilidade na biblioteca do IFAM/campus Manaus centro. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 321-338, maio/ago., 2015.

HOFFMAN, W. A. M. Ciência, tecnologia e sociedade. Curitiba : UFSC, 2011 apud CASTRO, F. **Conhecimento em construção: campo de estudos multidisciplinar integra ciência, tecnologia e sociedade**. 2011. Disponível em: <<https://clinicadotexto.wordpress.com/2011/04/27/conhecimento-em-construcao-campo-de-estudos-multidisciplinar-integra-ciencia-tecnologia-e-sociedade/>>. Acesso em: 20 jun.2016.

HOFFMAN, W. A. M.; BOCCATO, V. R. C.; SANTOS, C. A. da S. **O profissional da informação nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: um estudo de percepção**. Revista EDICIC, v.1, n.3, p.127-142, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>. Acesso em: 05 maio 2016.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Projeto político pedagógico institucional**. Bahia, 2014. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS. **Projeto político pedagógico institucional**. Maceió, 2013. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. **Projeto político pedagógico institucional**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Plano de desenvolvimento institucional: identidade e gestão para a construção da excelência: 2015-2019**. Salvador, 2014. Disponível em: <www.ifbaiano.edu.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Plano de desenvolvimento institucional: 2014-2018**. Blumenau, 2014. Disponível em:

<www.ifc.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Plano de desenvolvimento institucional do IFBA**: 2014-2018. Bahia, 2014. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2015-2019. João Pessoa, 2014. Disponível em: <www.ifpb.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Maceió, 2014. Disponível em: <www2.ifal.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Brasília, 2014. Disponível em: <www.ifb.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2012-2016. Goiânia, 2013. Disponível em: <www.ifg.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2012-2016. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <www.ifmg.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Recife, 2015. Disponível em: <<http://portal.ifpe.edu.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. **Plano de desenvolvimento institucional**. Porto Velho, 2009. Disponível em: <www.ifro.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. Roraima, 2014. Disponível em: <www.ifrr.edu.br/pdi>. Acesso em: 09 maio 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA. **Plano de desenvolvimento institucional do IF'sC**: 2015-2019. Santa Catarina, 2014. Disponível em: <www.IF'sc.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2018. São Paulo, 2014. Disponível em: <www.IF'sp.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Plano de desenvolvimento institucional**: 2014-2019. Aracaju, 2014. Disponível em: <www.IF's.edu.br/>. Acesso em: 02 de fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. **Plano de desenvolvimento institucional:** PDI-IFAC/2014-2018. Rio Branco, 2014. Disponível em: <portal.ifac.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Macapá, 2014. Disponível em: <www.ifap.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Galo da Serra, 2014. Disponível em: <www2.ifam.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Fortaleza, 2014. Disponível em: <www.ifce.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014/2-2019/1. Vitória, 2014. Disponível em: <www.ifes.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. São Luís, 2014. Disponível em: <www.ifma.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Campo Grande, 2014. Disponível em: <www.ifms.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Mato Grosso, 2014. Disponível em: <www.ifmt.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Montes Claros, 2014. Disponível em: <www.ifnmg.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Belém, 2014. Disponível em: <www.ifpa.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Curitiba, 2014. Disponível em: <www.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2015-2019. Teresina, 2014. Disponível em: <<http://www5.ifpi.edu.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE

JANEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <www.ifrj.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Natal, 2014. Disponível em: <www.ufrn.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Bento Gonçalves, 2014. Disponível em: <www.ifrs.edu.br/>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2015-2019. Disponível em: <www.IF'sertao-pe.edu.br >. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014/2-2019. Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <www.IF'sudestemg.edu.br/>. Acesso em: 02 mar. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Pouso Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.IF'suldeminas.edu.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2015-2019. Palmas, 2014. Disponível em: <www.ifto.edu.br>. Acesso em: 05 jan. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Plano de desenvolvimento institucional:** PDI / 2014-2018. Uberaba, 2013. Disponível em: <<http://iftm.edu.br/SITES/pdi/pdi.php>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <www.iffarroupilha.edu.br/>. Acesso em: 02 abr. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2018. Goiânia, 2014. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/>>. Acesso em: 02 maio 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL RIO GRANDENSE. **Plano de desenvolvimento institucional:** 2014-2019. Pelotas, 2014. Disponível em: <www.IF'sul.edu.br/>. Acesso em: 05 maio 2016. Petrolina, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto político pedagógico institucional.** Belo Horizonte: IFMG, 2012. Disponível em: < >. Acesso em:

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Projeto político pedagógico institucional.** Recife: IFPE, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO. **Projeto político pedagógico institucional**. São Paulo: IFSP, 2013. Disponível em: < >. Acesso em:

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE. **Projeto político pedagógico institucional**. Aracaju: IFSE 2014. Disponível em: <<http://www.ifs.edu.br/proen/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. **Projeto político pedagógico institucional**. Belém : IFPA 2014. Disponível em: < >. Acesso em:

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto político pedagógico institucional**: 2014-2018. Rio de Janeiro: IFRJ, 2015. Disponível em: < >. Acesso em:

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto político pedagógico institucional**. Natal: IFRN, 2014. Disponível em: < >. Acesso em:

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto político pedagógico institucional**. Natal, 2014. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br/site/>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO. Projeto político pedagógico institucional. Petrolina: IFSertãoPE, 2008. Disponível em: < >. Acesso em:

KUENZER, A. (org.). **Ensino médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.

LIMA, L. C. de; ALMEIDA, I. A. M de. Necessidades informacionais dos servidores da Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, campus João Pessoa: buscando competências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

LIMA, L. C. de; ALMEIDA, I. A. M de. Quadro dos servidores da biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, campus João Pessoa: enfocando competências. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

LIMA, L. C. de. Gêneros textuais de leitura: salão de leitura da Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 26., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Acquaviva, 2015. Disponível em: <www.acquaviva.com.br/cbbd2015/>. Acesso em: 09 jun. 2016.

LIMA, L. C. de. Salão de leitura da biblioteca Nilo Peçanha do IFPB Campus João Pessoa: uma questão de leitura, formatos e suportes. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

LOPES, F. L. C. O bibliotecário no incentivo à educação socioambiental: um projeto de extensão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaisnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/405>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MACIEL, R. S.; LIMA, R. M de. As bibliotecas dos campi do Instituto Federal do Amazonas em Manaus: marcos regulatórios estruturação e funcionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>> Acesso em 07 set 2015.

MARQUES, J. A. B. Biblioteca acessível do IF Fluminense. In: SEMANA DAS LICENCIATURAS, 3., 2014; ENCONTRO PIBID, 1, 2014. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: Essentia Editora, 2014. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/semanadaslicenciaturas/issue/view/150>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

MASETTO, M. T. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011. Disponível: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/6852/49>>. Acesso em: 8 set. 2015.

MEDINA, M.; SANMARTÍN, J. El programa Tecnología, Ciencia, Natureza y Sociedad. In: _____. **Ciencia, Tecnología y Sociedad: estudios interdisciplinarios en la universidad, en la educación y en la gestión pública**. Barcelona: Anthropos, 1990 *apud* PINHEIRO, N. A. M.; SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio. **Ciência e educação**, Bauru, v.13, n.1, p. 71-84, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n1/v13n1a05.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

MENDES, A. R.L. **Competências essenciais necessárias à atuação dos bibliotecários gestores de pessoas nas bibliotecas da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

MERTON, R. K. **Ensaio sobre a sociologia da ciência**. São Paulo: Editora 34, 2013.

MORETO, E. C. N.; SILVA, R. S. da; CORDEIRO, V. Papyrus: sistema de compras de livros, uma proposta do Instituto Federal do Paraná – Campus Curitiba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MOURA, G. da S. M.; LIMA, F. M. G. Bibliotecas universitárias de ensino a distância: o caso

das instituições de ensino superior no estado de Pernambuco. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/381>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MOUTINHO, S. O. M. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – campus Teresina do Sul**. 2014. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

MURARO, C. R. C. Comissão técnica de catalogação de recursos informacionais: relato de experiência da implantação no Instituto Federal do Parana - IFPR. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/291>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

NASCIMENTO, A. T. S. L.; BACALHAU, S. P. Feira de produtos orgânicos: atuação da biblioteca especializada em gestão ambiental do IFPE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/394>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

NUNES, R. R. Em busca de diretrizes que garantam o funcionamento e consolidação dos repositórios institucionais brasileiros: a questão das políticas informacionais de auto-arquivamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

OLIVEIRA, C. S. A.; CARVALHO, L. A. M. Biblioteca “Nilo Peçanha” do Instituto Federal do Espírito Santo: trajetória, mudança de paradigma e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

OLIVEIRA, P. R. de; SILVA, B. O.; BOIANOVSKY, I. Projetos culturais em bibliotecas: um relato de experiência do projeto farol cultural: contando histórias de goiás a Paraty do sistema de bibliotecas do Instituto Federal Goiano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/338>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ORTIGARA, C. **Políticas para a educação profissional no Brasil: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação integrada**.

OZÓRIO, A. A. Casa da leitura e contação de histórias: incentivo ao ato de ler na atuação bibliotecária pedagógica e social, o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) - campus Floriano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

OZÓRIO, A. A. Produção de conhecimento na biblioteca: projeto bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – campus Floriano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PACHECO, E. (org). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Moderna, 2011. 122 p.

PACHECO, E.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p.71-88, jan./jun. 2010.

PEREIRA, G. A educação inclusiva e a biblioteconomia: percepções dos bibliotecários do IFB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/238>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PEREIRA, R. A. Educação a distância e a biblioteca do pólo de apoio presencial do instituto federal de educação do sertão pernambucano campus Salgueiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/390>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PERUCCHI, V.; GARCIA, J. C. R. Pesquisa integrada nos grupos do instituto federal de educação, ciência e tecnologia da Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO INOVAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANCIB, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

PERUCCHI, V.; SOUSA, B. A. de. Competência informacional no instituto federal de educação, ciência e tecnologia da Paraíba – IFPB: um estudo do projeto pedagógico. **Informação e Informação**, Londrina, v. 16, n.1, p. 21-35, jan./jun. 2011.

PINHEIRO, N. A. M.; SILVEIRA, R. M. C. F.; BAZZO, W. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio. **Ciência e educação**, Bauru, v.13, n.1, p. 71-84, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n1/v13n1a05.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

PINTO, A. de M.; MENDONÇA, D. C.; DANIN, G. F. M. Informatização das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA): sistema pergamum, da concepção à ação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/296>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

RIZZI, R. L.; ROSEMBERG, D. S.; THIENGO, E. R. Comportamento de busca por informação científica em canais eletrônicos por alunos e professores do Curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Cachoeiro de

Itapemirim. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

RUBIM, R. S. S.; POZZATTI, V. R.O. Sistema Integrado de Biblioteca: a experiência de implantação do Instituto Federal do Espírito Santo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CBBB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 03 maio 2016.

RUBIM, R.S. S. Práticas de leitura literária dos usuários da biblioteca do IFES CAMPUS SÃO MATEUS: um olhar sobre os registros de empréstimos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

SALA, F. As contribuições da biblioteca na formação escolar: uma alternativa para alunos com dificuldades em leitura e escrita. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. *Anais...* Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/257>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SALASARIO, M. G.C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão- LMC/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p.104-119, 2000. Disponível em: < <http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/351>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SALES, K. B. de. Gestão da informação e dos sistemas de informação para tomada de decisão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Coari. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

SALES, K. B. de.; DAVOK, D. F.; JULIANI, J. P. Sistema de bibliotecas para o Instituto Federal do Amazonas: um modelo de gestão viável. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 166-173, 2015.

SANCHEZ, C. S. Caracterização da pesquisa escolar na Biblioteca do IFAM –Campus Manaus Zona Leste (CMZL) na perspectiva do usuário-aluno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

SANTINI, L. A.; CASAGRANDE, C. A. A biblioteca enquanto espaço-tempo de aprendizagens e de desenvolvimento de competências: o case de uma biblioteca do IFRS. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/234>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SANTOS, A. P. dos. Institutos federais de educação: fontes de informação e gestão o

conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.15, n.1, p. 22-38, jan./jun., 2010.

SANTOS, C. A. S.; SANTOS, M. P. A atividade de “indicação de leitura” realizado no IF'sP: promoção de práticas de incentivo à leitura. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 55-68, 2013.

SANTOS, C. A. S.; SANTOS, M. P.. Promovendo a leitura literária na biblioteca do IF'sP: campus Araraquara. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SANTOS, C. N. A necessidade do uso do descarte no acervo da biblioteca Prof. Alberto Carlos Barbosa - IFRJ – campus Nilópolis. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaisnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/241>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SANTOS, C. N. et al. Proposta de uma política de formação e desenvolvimento de coleções: biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 maio 2016.

SANTOS, C.A.S. **As unidades de informação dos Institutos Federais no apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia**: um estudo de percepção sociocognitiva com o uso do protocolo verbal em grupo. 2012. 249. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SANTOS, C.A.S.; BOCCATO, V. R. C.; HOFFMANN, W. A. M. A atuação dos bibliotecários do Instituto Federal de São Paulo: uma perspectiva sociocognitiva do fazer profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

SANTOS, E. R. A. dos. et al. Repositórios institucionais: experiência inicial do Campus São Carlos do Instituto Federal de São Paulo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SANTOS, F. P.; MACHADO, L. R.S. O papel do bibliotecário de referência na construção do letramento informacional acadêmico: uma prática intersetorial e interdisciplinar. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.5, n.2, p. 142-163, fev. 2015.

SANTOS, M. R.; SOUZA, B. P. de. Implantação de repositório institucional no Instituto Federal do Espírito Santo: o caso do campus Venda Nova do Imigrante. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em:

<<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 de jun. 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes. Brasília: MEC, 2010.

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 7., 2014 e III ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS NO IF'SULDEMINAS. Pouso Alegre. **Anais...** Pouso Alegre: Instituto Federal do Sul de Minas, 2014. (CD-ROM).

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 8., 2015, Manaus. **Anais...** Manaus: Instituto Federal do Amazonas, 2015. Disponível em: <<https://www.doity.com.br/viii-sbbi>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

SILVA, A. C. F. Gestão de bibliotecas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: a abordagem sociocognitiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte – MG. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

SILVA, A. M. da; FRANÇA, F. M. G. de; SOUZA, R. B. Relato de experiência sobre a implantação do sistema sigaa nas bibliotecas dos campi do IFAL. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaisnbnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/347>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SILVA, A. S. R.; NEVES, D. A. B.; GOMES, M. Y. De F. Avaliação da biblioteca escolar para o desenvolvimento de competências informacionais: a experiência da biblioteca do Instituto Federal da Bahia – campus Camaçari. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 20-40, 2013.

SILVA, B. O. et al. Motivação no trabalho: um estudo sobre a motivação dos bibliotecários líderes do sistema integrado de bibliotecas (SIBI) do Instituto Federal Goiano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Apresentação oral. Disponível em: <<https://anaisnbnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/306>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SILVA, C. M. M. da; FARIA, A. C. C.; BAPTISTA, S. G. Mapeamento de competências e perfil dos bibliotecários que atuam na educação profissional e tecnológica de Goiás. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 20, n. 44, p. 43-58, set./dez., 2015.

SILVA, G. L. da; SILVA, K. R. F. Levantamento do nível de satisfação dos usuários da biblioteca Tebyreçá de Oliveira do Instituto Federal do Maranhão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS - BRASIL, 2., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/final_142.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2016.

SILVA, J. L. C.; SILVA, A. S. R. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.

SILVA, K. R. F.; SILVEIRA, L. R. Diretrizes para o estabelecimento de linhas de seleção em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado – RS. **Anais eletrônicos...** Gramado: SNBU, 2012. Disponível em: <www.snbu2012.com.br/anais/busca>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SILVA, K. R. F.; VERAS JÚNIOR, C. M. dos A. Desenvolvimento de um dispositivo microcontrolado para controle de ruído na biblioteca do Instituto Federal do Maranhão. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS - BRASIL, 02., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <<http://www.acquaviva.com.br/>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

SILVA, M. L. T.; NASCIMENTO, J. M. do. A biblioteca como espaço de formação leitora: algumas ações no IFRN nos anos de 2008 a 2013. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DAREDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (SBBI), 8., 2015, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: CBBI, 2015. Disponível em: <www.cbbionline.org/sbbi.htm>. Acesso em: 02 jun. 2016.

SILVA, T. L. Atuação dos profissionais do serviço de referência da biblioteca Nilo Peçanha do Instituto Federal da Paraíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SILVA, V. S.; PEREIRA, G. Avaliação do novo espaço da biblioteca do IFB campus Riacho Fundo: resultados de um projeto de decoração. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais...** Manaus: UFPA, 2016. Disponível em: <<https://anaissnbu.emnuvens.com.br/anais/article/view/375>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SOBRAL, F. J. M. **Os desafios do ensino superior nos institutos federais**. 2004. Disponível em: <www.eafrs.gov.br/secao/.../Palestra%20Rio%20do%20Sul%20II.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SOUSA, B. P. de; FUJITA, M. S. L. A classificação bibliográfica no contexto do tratamento temático da informação: um estudo com o protocolo verbal individual em bibliotecas do instituto federal de educação, ciência e tecnologia (IF'S). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.18, n.1, p. 796-813, jan./jun., 2013.

SOUSA, B. P. de. **Aspectos da representação temática pela indexação de livros**: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – Marília-SP, 2012.

SOUSA, L. C. S. de. Biblioteca escolar como suporte informacional no processo ensino e aprendizagem para os alunos do proeja. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 224-234, jul./dez., 2014.

SOUZA, D. S.; OLIVEIRA, J. G. **O papel da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na formação de leitores nos cursos de nível médio**. Goiânia: IFG. Disponível em: <www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/arquivos/jovem/650papel.pdf>. Acesso em: 05 de fev. 2016.

SOUZA, M. A. R. **A/o bibliotecária(o)-documentalista ante as novas tecnologias e a flexibilização do trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG): 2009-2012**. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

SOUZA, M. M. L.; CÂMARA, A. de F.; MAIA, M. K. J. Abre-te sésamo: incentivo a utilização da biblioteca escolar Moacir de Albuquerque da escola Sylvio Rabello. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 2015, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Acquaviva, 2015. Disponível em: <http://www.acquaviva.com.br/cbbd2015/trabalhos_CBBD.php>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TAVARES, M. G. Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: <www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9an>. Acesso em: 01 jun. 2016.

TAVARES, M. G. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: novos desafios para a rede federal. In; ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Caxias do Sul: UCS, 2014. Disponível em: <xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/503-0.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

TAVARES, M. G.; MATSUMOTO, F. M. Panorama geral das Escolas Agrotécnicas Federais após a Reforma da Educação Profissional (1997-2003). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 43, p. 189-203, jan./mar. 2012.

TOME, A. C.A. Trabalho e/ou educação: história da educação profissional no Brasil. Tear: **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.1, n.2, 2012.

APÊNDICE A – Composição atual dos Institutos Federais

Instituto – Localização da Reitoria	Composição da Estrutura Organizacional
Instituto Federal do Acre Reitoria: Rio Branco	Campus Cruzeiro do Sul Campus Rio Branco Campus Sena Madureira Campus Tarauacá Campus Xapuri Campus Avançado Rio Branco Baixada do Sol
Instituto Federal de Alagoas Reitoria: Maceió	Campus Batalha Campus Coruripe Campus Maceió Campus Maragogi Campus Marechal Deodoro Campus Murici Campus Palmeira dos Índios Campus Penedo Campus Piranhas Campus Rio Largo Campus Santana do Ipanema Campus São Miguel dos Campos Campus Satuba Campus Viçosa Campus Arapiraca Campus Avançado Maceió Benedito Bentes
Instituto Federal do Amapá Reitoria: Macapá	Campus Laranjal do Jari Campus Macapá Campus Porto Grande Campus Santana Campus Avançado Oiapoque
Instituto Federal do Amazonas Reitoria: Manaus	Campus Coari Campus Eirunepé Campus Humaitá Campus Itacoatiara Campus Lábrea Campus Manaus Centro Campus Manaus Distrito Industrial Campus Manaus Zona Leste Campus Maués Campus Parintins Campus Presidente Figueiredo Campus São Gabriel da Cachoeira Campus Tabatinga Campus Tefé Campus Avançado Manacapuru
Instituto Federal da Bahia Reitoria: Salvador	Campus Barreiras Campus Brumado Campus Camaçari Campus Euclides da Cunha Campus Eunápolis Campus Feira de Santana Campus Ilhéus Campus Irecê Campus Jacobina Campus Jequié Campus Juazeiro Campus Lauro de Freitas Campus Paulo Afonso Campus Porto Seguro

	<p>Campus Salvador Campus Santo Amaro Campus Santo Antônio de Jesus Campus Seabra Campus Simões Filho Campus Valença Tendo Campus Vitória da Conquista Campus Avançado Ubaitaba Polo de Inovação Salvador</p>
<p>Instituto Federal Baiano Reitoria: Salvador</p>	<p>Campus Bom Jesus da Lapa Campus Catu Campus Governador Mangabeira Campus Guanambi Campus Itaberaba Campus Itapetinga Campus Santa Inês Campus Senhor do Bonfim Campus Serrinha Campus Teixeira de Freitas Campus Uruçuca Campus Valença Campus Xique-Xique Campus Alagoinhas</p>
<p>Instituto Federal de Brasília Reitoria: Brasília</p>	<p>Campus Brasília Campus Ceilândia Campus Estrutural Campus Gama Campus Planaltina Campus Riacho Fundo Campus Samambaia Campus São Sebastião Campus Taguatinga Campus Taguatinga Centro Campus Avançado Sobradinho</p>
<p>Instituto Federal do Ceará Reitoria: Fortaleza</p>	<p>Campus Baturité Campus Boa Viagem Campus Camocim Campus Canindé Campus Caucaia Campus Cedro Campus Crateús Campus Crato Campus Fortaleza Campus Horizonte Campus Iguatu Campus Itapipoca Campus Jaguaribe Campus Juazeiro do Norte Campus Limoeiro do Norte Campus Maracanaú Campus Morada Nova Campus Paracuru Campus Quixadá Campus Sobral Campus Tabuleiro do Norte Campus Tauá Campus Tianguá Campus Ubajara Campus Umirim</p>

	<p>Campus Acaraú Campus Aracati Campus Avançado Guaramiranga Campus Avançado Jaguaruana Campus Avançado Pecém Polo de Inovação Fortaleza</p>
<p>Instituto Federal do Espírito Santo Reitoria: Vitória</p>	<p>Campus Barra de São Francisco Campus Cachoeiro de Itapemirim Campus Cariacica Campus Centro Serrano Campus Colatina Campus Guarapari Campus Ibatiba Campus Itapina Campus Linhares Campus Montanha Campus Nova Venécia Campus Piúma Campus Santa Teresa Campus São Mateus Campus Serra Campus Venda Nova do Imigrante Campus Vila Velha Campus Vitória Campus Alegre Campus Aracruz Campus Avançado Viana Polo de Inovação Vitória</p>
<p>Instituto Federal de Goiás Reitoria: Goiânia</p>	<p>Campus Águas Lindas de Goiás Campus Cidade de Goiás Campus Formosa Campus Goiânia Campus Goiânia Oeste Campus Inhumas Campus Itumbiara Campus Jataí Campus Luziânia Campus Senador Canedo Campus Uruaçu Campus Valparaíso de Goiás Campus Anápolis Campus Aparecida de Goiânia</p>
<p>Instituto Federal Goiano Reitoria: Goiânia</p>	<p>Campus Campos Belos Campus Ceres Campus Iporá Campus Morrinhos Campus Posse Campus Rio Verde Campus Trindade Campus Urutaí Campus Avançado Catalão Campus Avançado Cristalina Campus Avançado Hidrolândia Campus Avançado Ipameri</p>
<p>Instituto Federal do Maranhão Reitoria: São Luís</p>	<p>Campus Bacabal Campus Barra do Corda Campus Barreirinhas Campus Buriticupu Campus Caxias</p>

	<p>Campus Codó Campus Coelho Neto Campus Grajaú Campus Imperatriz Campus Itapecuru Mirim Campus Pedreiras Campus Pinheiro Campus Santa Inês Campus São João dos Patos Campus São José de Ribamar Campus São Luís Centro Histórico Campus São Luís Maracanã Campus São Luís Monte Castelo Campus São Raimundo das Mangabeiras Campus Timon Campus Viana Campus Zé Doca Campus Açailândia Campus Alcântara Campus Araiões Campus Avançado Carolina Campus Avançado Porto Franco Campus Avançado Rosário</p>
<p>Instituto Federal de Minas Gerais Reitoria: Belo Horizonte</p>	<p>Campus Bambuí Campus Betim Campus Congonhas Campus Formiga Campus Governador Valadares Campus Ouro Branco Campus Ouro Preto Campus Ribeirão das Neves Campus Sabará Campus Santa Luzia Campus São João Evangelista Campus Avançado Arcos Campus Avançado Conselheiro Lafaiete Campus Avançado Ipatinga Campus Avançado Itabirito Campus Avançado Piumhi Campus Avançado Ponte Nova Polo de Inovação Formiga</p>
<p>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Reitoria: Montes Claros</p>	<p>Campus Diamantina Campus Januária Campus Montes Claros Campus Pirapora Campus Salinas Campus Teófilo Otoni Campus Almenara Campus Araçuaí Campus Arinos Campus Avançado Janaúba Campus Avançado Porteirinha</p>
<p>Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais Reitoria: Juiz de Fora</p>	<p>Campus Barbacena Campus Juiz de Fora Campus Manhuaçu Campus Muriaé Campus Rio Pomba Campus Santos Dumont Campus São João Del Rey</p>

	<p>Campus Avançado Bom Sucesso Campus Avançado Cataguases Campus Avançado Ubá</p>
<p>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais Reitoria: Pouso Alegre</p>	<p>Campus Inconfidentes Campus Machado Campus Muzambinho Campus Passos Campus Poços de Caldas Campus Pouso Alegre Campus Avançado Carmo de Minas Campus Avançado Três Corações</p>
<p>Instituto Federal do Triângulo Mineiro Reitoria: Uberaba</p>	<p>Campus Ituiutaba Campus Paracatu Campus Patos de Minas Campus Patrocínio Campus Uberaba Campus Uberlândia Campus Uberlândia Centro Campus Avançado Campina Verde Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico</p>
<p>Instituto Federal de Mato Grosso Reitoria: Cuiabá</p>	<p>Campus Barra do Garças Campus Cáceres Campus Campo Novo do Parecis Campus Confresa Campus Cuiabá Campus Cuiabá Bela Vista Campus Juína Campus Pontes e Lacerda Campus Primavera do Leste Campus Rondonópolis Campus São Vicente Campus Sorriso Campus Várzea Grande Campus Alta Floresta Campus Avançado Diamantino Campus Avançado Guarantã do Norte Campus Avançado Lucas do Rio Verde Campus Avançado Sinop Campus Avançado Tangará da Serra</p>
<p>Instituto Federal de Mato Grosso do Sul Reitoria: Campo Grande</p>	<p>Campus Campo Grande Campus Corumbá Campus Coxim Campus Dourados Campus Jardim Campus Naviraí Campus Nova Andradina Campus Ponta Porã Campus Três Lagoas Campus Aquidauana</p>
<p>Instituto Federal do Pará Reitoria: Belém</p>	<p>Campus Belém Campus Bragança Campus Breves Campus Cametá Campus Castanhal Campus Conceição do Araguaia Campus Itaituba Campus Marabá Industrial Campus Marabá Rural Campus Óbidos</p>

	<p>Campus Paragominas Campus Parauapebas Campus Santarém Campus Tucuruí Campus Abaetetuba Campus Altamira Campus Ananindeua Campus Avançado Vigia</p>
<p>Instituto Federal da Paraíba Reitoria: João Pessoa</p>	<p>Campus Cabedelo Campus Cajazeiras Campus Campina Grande Campus Catolé do Rocha Campus Esperança Campus Guarabira Campus Itabaiana Campus Itaporanga Campus João Pessoa Campus Monteiro Campus Patos Campus Picuí Campus Princesa Isabel Campus Santa Rita Campus Sousa Campus Avançado Cabedelo Centro Campus Avançado João Pessoa Mangabeira Campus Avançado Soledade</p>
<p>Instituto Federal de Pernambuco Reitoria: Recife</p>	<p>Campus Barreiros Campus Belo Jardim Campus Cabo de Santo Agostinho Campus Caruaru Campus Garanhuns Campus Igarassu Campus Ipojuca Campus Jaboatão dos Guararapes Campus Olinda Campus Palmares Campus Paulista Campus Pesqueira Campus Recife Campus Vitória de Santo Antão Campus Afogados da Ingazeira</p>
<p>Instituto Federal do Sertão Pernambucano Reitoria: Petrolina</p>	<p>Campus Floresta Campus Ouricuri Campus Petrolina Campus Petrolina Zona Rural Campus Salgueiro Campus Santa Maria da Boa Vista Campus Serra Talhada</p>
<p>Instituto Federal do Piauí Reitoria: Teresina</p>	<p>Campus Campo Maior Campus Cocal Campus Corrente Campus Floriano Campus Oeiras Campus Parnaíba Campus Paulistana Campus Pedro II Campus Picos Campus Piripiri Campus São João do Piauí</p>

	<p>Campus São Raimundo Nonato Campus Teresina Central Campus Teresina Zona Sul Campus Uruçuí Campus Valença do Piauí Campus Angical do Piauí Campus Avançado José de Freitas Campus Avançado PIO IX Campus Avançado Teresina Dirceu Arcoverde</p>
<p>Instituto Federal do Paraná Reitoria: Curitiba</p>	<p>Campus Campo Largo Campus Capanema Campus Cascavel Campus Colombo Campus Curitiba Campus Foz do Iguaçu Campus Irati Campus Ivaiporã Campus Jacarezinho Campus Jaguariaíva Campus Londrina Campus Palmas Campus Paranaguá Campus Paranavaí Campus Pinhais Campus Pitanga Campus Telêmaco Borba Campus Umuarama Campus União da Vitória Campus Assis Chateaubriand Campus Avançado Astorga Campus Avançado Barracão Campus Avançado Coronel Vivida Campus Avançado Goioerê Campus Avançado Quedas do Iguaçu</p>
<p>Instituto Federal do Rio de Janeiro Reitoria: Rio de Janeiro</p>	<p>Campus Duque de Caxias Campus Engenheiro Paulo de Frontin Campus Nilópolis Campus Paracambi Campus Pinheiral Campus Realengo Campus Rio de Janeiro Campus São Gonçalo Campus Volta Redonda Campus Arraial do Cabo Campus Avançado Mesquita Campus Avançado Resende</p>
<p>Instituto Federal Fluminense Reitoria: Campos dos Goytacazes</p>	<p>Campus Bom Jesus do Itabapoana Campus Cabo Frio Campus Campos Centro Campus Campos Guarus Campus Itaperuna Campus Macaé Campus Quissamã Campus Santo Antônio de Pádua Campus Avançado Cambuci Campus Avançado Maricá Campus Avançado São João da Barra Polo de Inovação Campos dos Goytacazes</p>

<p>Instituto Federal do Rio Grande do Norte</p> <p>Reitoria: Natal</p>	<p>Campus Caicó Campus Canguaretama Campus Ceará-Mirim Campus Currais Novos Campus Ipanguaçu Campus João Câmara Campus Macau Campus Mossoró Campus Natal Central Campus Natal Cidade Alta Campus Natal Zona Norte Campus Nova Cruz Campus Parnamirim Campus Pau dos Ferros Campus Santa Cruz Campus São Gonçalo do Amarante Campus São Paulo do Potengi Campus Apodi Campus Avançado Lajes Campus Avançado Parelhas</p>
<p>Instituto Federal do Rio Grande do Sul</p> <p>Reitoria: Bento Gonçalves</p>	<p>Campus Bento Gonçalves Campus Canoas Campus Caxias do Sul Campus Erechim Campus Farroupilha Campus Feliz Campus Ibirubá Campus Osório Campus Porto Alegre Campus Porto Alegre Restinga Campus Rio Grande Campus Rolante Campus Sertão Campus Vacaria Campus Viamão Campus Alvorada Campus Avançado Veranópolis</p>
<p>Instituto Federal Farroupilha</p> <p>Reitoria: Santa Maria</p>	<p>Campus Frederico Westphalen Campus Jaguari Campus Júlio de Castilhos Campus Panambi Campus Santa Rosa Campus Santo Ângelo Campus Santo Augusto Campus São Borja Campus São Vicente do Sul Campus Alegrete Campus Avançado Uruguaiana</p>
<p>Instituto Federal Sul-rio-grandense</p> <p>Reitoria: Pelotas</p>	<p>Campus Bagé Campus Camaquã Campus Charqueadas Campus Gravataí Campus Lajeado Campus Passo Fundo Campus Pelotas Campus Pelotas Visconde da Graça Campus Santana do Livramento Campus Sapiranga Campus Sapucaia do Sul</p>

	Campus Venâncio Aires Campus Avançado Jaguarão Campus Avançado Novo Hamburgo
Instituto Federal de Rondônia Reitoria: Porto Velho	Campus Cacoal Campus Colorado do Oeste Campus Guajará-Mirim Campus Ji-Paraná Campus Porto Velho Calamã Campus Porto Velho Zona Norte Campus Vilhena Campus Ariquemes Campus Avançado Jaru
Instituto Federal de Roraima Reitoria: Boa Vista	Campus Boa Vista Campus Boa Vista Zona Oeste Campus Novo Paraíso Campus Amajari Campus Avançado Bonfim
Instituto Federal de Santa Catarina Reitoria: Florianópolis	Campus Caçador Campus Canoinhas Campus Chapecó Campus Criciúma Campus Florianópolis Campus Florianópolis Continente Campus Garopaba Campus Gaspar Campus Itajaí Campus Jaraguá do Sul Campus Jaraguá do Sul Rau Campus Joinville Campus Lages Campus Palhoça Campus São Carlos Campus São José Campus São Miguel do Oeste Campus Tubarão Campus Urupema Campus Xanxerê Campus Araranguá Campus Avançado São Lourenço do Oeste
Instituto Federal Catarinense Reitoria: Blumenau	Campus Blumenau Campus Brusque Campus Camboriú Campus Concórdia Campus Fraiburgo Campus Ibirama Campus Luzerna Campus Rio do Sul Campus Santa Rosa do Sul Campus São Bento do Sul Campus São Francisco do Sul Campus Videira Campus Araquari Campus Avançado Abelardo Luz Campus Avançado Sombrio
Instituto Federal de São Paulo Reitoria: São Paulo	Campus Barretos Campus Birigui Campus Boituva Campus Bragança Paulista Campus Campinas

	<p> Campus Campos do Jordão Campus Capivari Campus Caraguatatuba Campus Catanduva Campus Cubatão Campus Guarulhos Campus Hortolândia Campus Itapetininga Campus Itaquaquecetuba Campus Jacareí Campus Matão Campus Piracicaba Campus Presidente Epitácio Campus Registro Campus Salto Campus São Carlos Campus São João da Boa Vista Campus São José dos Campos Campus São Paulo Campus São Paulo Pirituba Campus São Roque Campus Sertãozinho Campus Sorocaba Campus Suzano Campus Votuporanga Campus Araraquara Campus Avançado Ilha Solteira Campus Avançado Jundiá Campus Avançado Limeira Campus Avançado Mococa Campus Avançado Pirassununga Campus Avançado Tupã Campus Avaré </p>
<p>Instituto Federal de Sergipe</p> <p>Reitoria: Aracaju</p>	<p> Campus Estância Campus Itabaiana Campus Lagarto Campus Nossa Senhora da Glória Campus Nossa Senhora do Socorro Campus Propriá Campus São Cristóvão Campus Tobias Barreto Campus Aracaju </p>
<p>Instituto Federal do Tocantins</p> <p>Reitoria: Palmas</p>	<p> Campus Colinas do Tocantins Campus Dianópolis Campus Gurupi Campus Palmas Campus Paraíso do Tocantins Campus Porto Nacional Campus Araguaína Campus Araguatins Campus Avançado Formoso do Araguaia Campus Avançado Lagoa da Confusão Campus Avançado Pedro Afonso </p>

APÊNDICE B - Panorama das informações dispostas nos Planos de Desenvolvimento Institucional dos Institutos Federais.

Instituição	Informações contidas no PDI
<p>Instituto Federal do Acre</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Composição do Acervo (Bibliotecas dos Campus Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri) • Horário de funcionamento e Área total da biblioteca das Bibliotecas dos Campus Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri: conforme demanda do campus. • Diretrizes para aquisição de acervo bibliográfico, observando a demanda e recurso de cada campus. • Pessoal técnico administrativo. • Metas: prover todos os campus com bibliotecas; aquisição, ampliação e atualização de acervo; construção, reformas e ampliação de bibliotecas; implantação de software que integre todas as bibliotecas do Instituto; tornar o horário de atendimento das bibliotecas ininterrupto durante o horário de funcionamento dos campi; ampliação do número de recursos humanos com qualificação adequada, melhoria no atendimento de usuários da comunidade interna e externa. <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca do Campus Tarauacá está em fase de estruturação (fechada).
<p>Instituto Federal de Alagoas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de Bibliotecas. • Descrição do espaço físico das bibliotecas. • Diretrizes para formação do acervo, observando o acervo para portadores de necessidades especiais. • Área total da biblioteca. • Relata quantidade de acervo (livros) por campus/biblioteca. • Como metas: ampliação, reformas e construção de bibliotecas; instituição da biblioteca virtual do IFAL; ampliação do acervo. <p>Observações</p>
<p>Instituto Federal do Amapá</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta descrição quantitativa do acervo (títulos/exemplares) das Bibliotecas dos Campi Macapá, Santana. • Pessoal técnico administrativo. • Área total da biblioteca. • Metas: ampliação e adequação do acervo, considerando acervo para portadores de necessidades especiais; criação de um espaço nas bibliotecas para atendimento especializado a portadores de necessidades especiais; implantação do projeto Livro falado, para pessoas cegas e de baixa visão, aberto à comunidade em geral. <p>Observações:</p>

	<p>Não cita diretrizes para formação do acervo.</p> <p>Sobre o Campus Avançado Oiapoque, relata estar em fase de construção.</p>
<p>Instituto Federal do Amazonas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cita a existência de 10* bibliotecas e a construção em andamento de 4 bibliotecas. • Sobre a biblioteca do Campus Manaus Centro aponta a descrição do espaço (salas de estudo individual, estudo em grupo, sala de orientação ao usuário e composição do acervo. Videoteca e sala com computadores com acesso à internet e composição do acervo (livros, periódicos, vídeos, software educacionais). • Apresenta a composição do acervo da biblioteca do Campus Manaus Zona Leste (livros, folhetos, apostilas e multimeios). • Apresenta a composição do acervo das bibliotecas dos Campi Lábrea e Presidente Figueiredo (livros e periódicos). • Quanto à informatização do acervo: cita a existência de 3 softwares: Q-Biblio, Gnuteca e Biblioteca Fácil. • Quanto aos recursos humanos existentes nas bibliotecas cita: Campus Maués, Campus Parintins, Campus Presidente Figueiredo, Campus São Gabriel da Cachoeira, Campus Tefé. • Diretrizes de atualização e expansão do acervo. • Horário de funcionamento conforme demanda do Campus. • Metas: Consolidar, atualizar e aperfeiçoar o sistema de gestão de bibliotecas; construção de novas bibliotecas. <p>Observações:</p> <p>*No Campus Humaitá não existe biblioteca, o único acervo é composto por livros didáticos que estão armazenados numa sala de 35m².</p> <p>Não cita informação sobre a existência de biblioteca no Campus Avançado Manacapuru.</p> <p>* contradição nas informações.</p>
<p>Instituto Federal da Bahia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a existência da Gerência de Bibliotecas subordinada à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e processo de implantação do sistema integrado de bibliotecas. • Apresenta a existência de 15 bibliotecas. • Horário conforme demanda do campus. • Previsão de ampliação e atualização do acervo (livros e periódicos). • Horário de funcionamento de acordo com a demanda dos campi. • Presta atendimento aos alunos da rede pública municipal e estadual de educação: consulta local e acesso à internet. • Metas: construção de nova biblioteca; ampliação de recursos humanos bibliotecários, auxiliares de biblioteca, assistente em administração. <p>Observações:</p>

	<p>Registra que, diante da transformação em IF, os bibliotecários se reuniram, em meados de 2008 para discutir a unificação dos serviços prestados nas bibliotecas.</p> <p>Não há registro da existência de biblioteca, nos Campi Euclides da Cunha, Brumado, Juazeiro, Lauro de Freitas, Santo Antônio de Jesus, Campus Avançado Ubaitaba e Polo de inovação Salvador.</p>
<p>Instituto Federal Baiano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a existência de 10 bibliotecas e previsão de construção de mais 4 bibliotecas. • Política de seleção e aquisição do acervo. • Existência do Sistema Integrado de bibliotecas. • Informatização de acervos e serviços em processo de implantação • Composição do acervo das bibliotecas e descrição quantitativa de livros (títulos e exemplares). • Composição atual e previsão de aumento no número de bibliotecários e auxiliares de biblioteca. • Software utilizado Pergamum. • Área total das bibliotecas.
<p>Instituto Federal de Brasília</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a existência de 10 bibliotecas. • Política de Desenvolvimento de Coleções. • Existência do Sistema Integrado de bibliotecas, subordinado à Pró-reitoria de Ensino. • Informatização de acervos e serviços em processo de implantação. • Composição do Acervo das bibliotecas. • Apresenta a descrição quantitativa do acervo das bibliotecas. • Composição atual e previsão de aumento no número de bibliotecários e auxiliares de biblioteca. • Previsão de ampliação e atualização de acervo, contemplando a aquisição de publicações em braile e áudio. • Quanto aos serviços prestados registra. • Horário de funcionamento de acordo com a demanda dos campi. • Pessoal técnico administrativo: registra a presença de bibliotecários e auxiliares de biblioteca em todas as bibliotecas. • Área total das bibliotecas. • Metas: reformas nas bibliotecas e adequação do mobiliário para atendimento aos usuários cadeirantes. <p>Observações:</p> <p>Não apresenta informações sobre a existência de biblioteca no Campus Avançado Sobradinho.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Cita a existência de 24 bibliotecas e previsão de construção de 7 novas bibliotecas.

Instituto Federal do Ceará	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta quantitativo atual do acervo (livros, periódicos e mídia digital). • Horário de funcionamento (geral). • Área total da biblioteca e área de estudo. • Como metas apresenta: ampliação do acervo bibliográfico impresso (livros e periódicos) e virtual das bibliotecas; construção de novas bibliotecas; criação do Sistema Integrado de Bibliotecas e regulamento de utilização das bibliotecas. Reforma de biblioteca.
Instituto Federal do Espírito Santo	<ul style="list-style-type: none"> • Cita a existência de 20 bibliotecas e previsão de construção de 2 novas bibliotecas. • Apresenta quantitativo atual do acervo (livros, periódicos e mídia digital). • Cita a Política de Desenvolvimento de Coleções. • Horário de Funcionamento de acordo com a demanda dos Campi. • Serviços oferecidos. • Área total da biblioteca. • Software Pergamum. • Descrição quantitativa da composição do acervo (livros e periódicos). • Metas: ampliação do acervo bibliográfico impresso (livros e periódicos) e virtual das bibliotecas. Construção, reforma, climatização, ampliação de bibliotecas.
Instituto Federal de Goiás	<ul style="list-style-type: none"> • Cita biblioteca em todos os campi. • Existência do Sistema Integrado de Bibliotecas, subordinado à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. • Cita a forma de atualização e expansão do acervo. • Horário de Funcionamento padronizado para todos os campi. • Como serviços oferecidos. • Área total da biblioteca. • Metas: oferecer serviço de referência que inclua comutação bibliográfica, auxílio à normalização de trabalhos acadêmicos; levantamento bibliográfico; auxílio quanto ao uso do acervo geral das bibliotecas; pesquisa em bases de dados; agilizar o processamento técnico de materiais; criar setor de intercâmbio de documentos entre outras bibliotecas; atender as necessidades informacionais de cursos a distância a serem ofertados pelo IFG; montar site das bibliotecas; criar repositório institucional digital; promover treinamentos de acesso ao portal CAPES e outras fontes disponíveis na Internet; atualizar regimento interno das bibliotecas, promover, anualmente, treinamento para alunos novatos, quanto ao uso de serviços e informações das bibliotecas; promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas; melhorar o sistema de informática das bibliotecas; ampliar o número de atendimentos aos usuários e a oferta de serviços; ampliar e atualizar o acervo bibliográfico de todas as bibliotecas do IFG. •

	<p>Observações:</p> <p>No PDI fala sobre a descrição quantitativa do acervo, em anexo, mas o anexo não está disponível.</p>
<p>Instituto Federal Goiano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Menciona a existência do Regulamento do SIBI. • Menciona a biblioteca como espaço comum ao ensino, pesquisa e extensão. • Como metas apresenta: construção de bibliotecas; aquisição de equipamentos e mobiliários para bibliotecas. Criação de Biblioteca Virtual específica para os cursos de EaD; investimento na área de TI nas bibliotecas.
<p>Instituto Federal do Maranhão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de bibliotecas em 23 Campi. • Descrição quantitativa do acervo (livros, periódicos, multimeios e obras de referência). • Existência de política de expansão e atualização do acervo. • Abertura das bibliotecas à comunidade, em geral, transformando-as em bibliotecas comunitárias. • Indica a quantidade de bibliotecário por campus. • Existência de Campi sem bibliotecário. • Como metas apresenta: reformas, ampliações e construção de bibliotecas; abertura das bibliotecas à comunidade, em geral, transformando-as em bibliotecas comunitárias. <p>Observações:</p> <p>Apresenta previsão de desenvolvimento de projeto de extensão envolvendo a biblioteca no Campus Barreirinhas.</p> <p>Não menciona a existência de biblioteca no Campus Coelho Neto e nos Campus Avançados, pois os mesmos estão fase de construção.</p> <p>Não apresenta a existência de Biblioteca no Campus São Luís – Centro Histórico.</p>
<p>Instituto Federal de Minas Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a descrição do acervo de 11 bibliotecas. • Existe a Gerência da Rede de Bibliotecas subordinada à Pró-reitoria de Ensino. • Descrição do espaço das bibliotecas. • Área total. • Composição do acervo. • Descrição quantitativa de funcionários que atuam nas bibliotecas. • Horário de atendimento. • Serviços realizados. • Software Pergamum. • Como metas: ampliação e construção de bibliotecas, criar políticas comuns para a Rede de Bibliotecas; garantir boa qualidade aos registros bibliográficos dispostos no módulo de biblioteca do ERP; fomentar o

	<p>uso das bibliotecas e acervos virtuais e físico, aperfeiçoar a segurança e conservação do acervo das bibliotecas; implementar políticas de preservação, manutenção e utilização do acervo; ampliar e atualizar o acervo físico, observando os indicadores de qualidade do instrumento de avaliação de cursos do MEC.</p> <p>Observações:</p> <p>O PDI não contempla informações sobre a existência de bibliotecas nos Campi Avançados e no Polo de Inovação.</p> <p>O texto fala da existência de 9 bibliotecas e, no quadro demonstrativo, constam 11 bibliotecas.</p>
<p>Instituto Federal do Norte de Minas Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em 9 Campus e um campus em processo de construção da biblioteca. • Área total da biblioteca. • Como metas apresenta: consolidar o sistema de gestão de bibliotecas, informatização e acervo e serviços; aquisição e ampliação qualitativa e quantitativa do acervo bibliográfico em todos os campus; efetivar o atendimento aos alunos dos cursos EAD; ampliação e construção de bibliotecas. <p>Observações:</p> <p>Não menciona a existência de biblioteca no Campus Avançado Porteirinha.</p>
<p>Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em 7 Campi e 1 campus avançado. • Existência de Sistema Integrado de Biblioteca subordinado à Pró-reitoria de Ensino. • Consta diretrizes para expansão do acervo. • Consta composição do acervo e quantitativo de obras das bibliotecas dos Campi Barbacena, Juiz de Fora, Muriaé, Rio Pomba e São João Del Rei e Campus Avançado Bom Sucesso. • Área total da biblioteca dos Campi São João Del Rei, Santos Dumont e Muriaé. • Área total e área de estudo dos Campi Barbacena, Juiz de Fora e Campus Avançado Bom Sucesso. • Metas: ampliação e construção de bibliotecas; ampliação e atualização do acervo de todas as bibliotecas; capacitação dos ingressantes para utilização dos serviços da Biblioteca; treinamento para utilização do Portal da Capes; desenvolvimento de atividades no âmbito da promoção da leitura de forma mais sistemática; aprovar Política de Desenvolvimento de Coleções. <p>Observações:</p> <p>Não menciona a existência de biblioteca no Campus Avançado Cataguases e Ubá.</p>
<p>Instituto Federal do Sul de</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca, em 8 Campus, o Campus Muzambinho possui 2

<p>Minas Gerais</p>	<p>bibliotecas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Composição do acervo: livros, periódicos, informativos técnicos, multimídias. • Descrição quantitativa do acervo de todas as bibliotecas. • Consta diretrizes para expansão do acervo. • Descrição do espaço físico. • Biblioteca sem bibliotecário. • Metas: implantar uma política de formação e desenvolvimento do acervo; ampliar os acervos de todas as bibliotecas dos campus, em ritmo superior ao rotineiro, para que atendam à demanda crescente e superem o mínimo previsto pelas diretrizes de avaliação do INEP; constituir acervo digital; contratar funcionários especializados para trabalhar nas bibliotecas; construir novas salas e aperfeiçoar as salas de acervo e estudo das bibliotecas; incentivar a formação de grupos de capacitação interna, estudo, arte e cultura. Há, também, previsão de construção de novas bibliotecas. <p>Observações: Não menciona a existência de biblioteca no Campus Avançado Três Corações e Carmo de Minas.</p>
<p>Instituto Federal do Triângulo Mineiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os Campi e Campus Avançados. • Composição do acervo: obras de referência, livros, periódicos, jornais, revistas, mapas, cd's e vídeos. • Descrição quantitativa do acervo de todas as bibliotecas (tipo: quantidade de títulos e exemplares). • Formas de atualização e expansão do acervo. • Horário de funcionamento por campus. • Serviços oferecidos. • Computadores com acesso à internet. • Área total da biblioteca. • Software utilizados: PHL (Campus Uberlândia Centro) e Gnuteca (demais campi e campus avançados). • Como metas apresenta: adequação das bibliotecas quanto às normas de acessibilidade. •
<p>Instituto Federal de Mato Grosso</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em 8 Campi. • Como metas apresenta: Implantar sistema de automação das bibliotecas; implantar sistema de segurança das bibliotecas. Construção e reformas de bibliotecas. <p>Observações: Não apresenta informações sobre a existência de biblioteca no Campus Sorriso, Campus Juína e nos Campus Avançados.</p>

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca, em 7 Campi, em 2 Campus, está em construção. • Quantitativo geral (títulos e exemplares) do acervo da biblioteca dos Campi Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas. • Composição do acervo. • Existência de 14 bibliotecários. • Descrição do espaço. • Horário de funcionamento. • Metas: implementação da política de desenvolvimento de coleções para o sistema de bibliotecas do IFMS, instrumento formal que fornecerá as diretrizes para o processo de seleção e aquisição de materiais que constituirão o acervo das bibliotecas, com critérios e prioridades estabelecidos para viabilizar o desenvolvimento do acervo do sistema de bibliotecas do IFMS de forma consistente e racional em termos quantitativos e qualitativos; implementação de um sistema de automação/gerenciamento do acervo bibliográfico, cujo processo licitatório encontra-se em andamento; implantação de uma rede de computadores com acesso à internet, a fim de integrar as bibliotecas do IFMS; disponibilização de revistas eletrônicas na rede integrada de computadores; disponibilização de links para acesso a periódicos na rede integrada de computadores, de acordo com os cursos oferecidos pelo IFMS; assinatura de periódicos, a exemplo de revistas de assuntos gerais e específicos para cada curso oferecido pela instituição; assinatura de jornais impressos diários para compor o acervo; - aquisição de vídeos, mapas e cd's para o acervo para compor o acervo; ampliação do quadro de servidores das bibliotecas; construção de novas bibliotecas. <p>Observações: Não apresenta informações sobre a existência de biblioteca no Campus Dourados.</p>
Instituto Federal do Pará	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os campi e no campus avançado. • Sobre a biblioteca do Campus Rural Marabá e a do Campus Avançado de Vigia, apresenta horário de funcionamento, Serviços e descrição da composição do acervo. • Sobre as bibliotecas dos demais campus apresenta composição. • Sobre a Biblioteca do Campus Óbidos, informa que está em fase de estruturação e formação de acervo. • Informa que a biblioteca do Campus Belém e a do Campus Óbidos realiza atendimento à comunidade externa. • Informa descrição quantitativa (títulos e exemplares) do acervo (livros, periódicos e “outros”). • Área total das bibliotecas. • Metas: ampliação do acervo, construção e reformas de bibliotecas.
Instituto Federal da Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os campi e no campus avançado. • Apresenta descrição quantitativa e composição de acervo das bibliotecas e perspectiva de expansão; recursos humanos das bibliotecas.

	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta política de atualização e expansão de acervo. • Horário de Funcionamento. • Sobre software de bibliotecas, menciona SISCOBI, na Biblioteca do Campus João Pessoa e Gnuteca, no Campus Picuí. • Na formação do acervo, apresenta obras impressas, obras eletrônicas, acesso a bases de dados, Portal Capes de Periódico. • Apresenta existência de coordenação de biblioteca ligada à Pró-reitora de ensino. • Área total da biblioteca. • Metas: ampliação da infraestrutura física e o acervo de Bibliotecas.
<p>Instituto Federal de Pernambuco</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os campi e no campus avançado. • Apresenta a existência do Sistema Integrado de Bibliotecas, ligado à Pró-reitoria de Ensino. • Como metas apresenta: implantar biblioteca virtual; aprimorar os serviços de biblioteca do IFPE, construção, adequação e ampliação de bibliotecas.
<p>Instituto Federal do Sertão Pernambucano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os 5 campi e 2 campi em fase construção. • Apresenta a existência do Sistema Integrado de Bibliotecas, ligado à Pró-reitoria de Ensino. • Metas: construção e reestruturação de bibliotecas; promoção de eventos culturais e literários; atualização da situação da biblioteca nos organogramas do instituto; adequação do planejamento das bibliotecas à missão institucional; construção e implementação do regimento do sistema de bibliotecas; elaboração e implementação da política de desenvolvimento de coleções; ampliação e atualização do acervo bibliográfico impresso e digital; instalação e manutenção de software para gerenciar a coleção e os serviços das bibliotecas; criação e manutenção da homepage do sistema de bibliotecas; promoção do acesso ao portal da capes; apoio e orientação quanto à normalização bibliográfica de publicações institucionais; melhorias nas condições de funcionamento das bibliotecas já existentes; elaboração da política de desenvolvimento de coleções; instalação de internet wireless no ambiente das bibliotecas; aquisição de equipamentos para bibliotecas; aquisição de sistemas de segurança das bibliotecas; realização de eventos para articular as ações e políticas de bibliotecas; capacitação de servidores a fim de construir o perfil necessário à dinamização das bibliotecas.
<p>Instituto Federal do Piauí</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os 17 campi. • Horário de Funcionamento. • Apresenta descrição do espaço físico; descrição da composição do acervo (tipo de material e quantidade); descrição dos serviços prestados. • Apresenta diretrizes para expansão e atualização de acervo. • Software Pergamum.

	<ul style="list-style-type: none"> • Metas: construção e reformas de bibliotecas; ampliação e atualização de acervo. <p>Observações: Os 3 campus avançados estão em fase de implementação, não menciona existência de bibliotecas neles.</p>
<p>Instituto Federal do Paraná</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em todos os 14 campi. • Apresenta descrição do espaço físico; descrição da composição do acervo (tipo de material e quantidade); descrição dos serviços prestados. • Horário de Funcionamento. • Serviços oferecidos. • Relação de pessoal técnico administrativo. • Política de Desenvolvimento de coleção. • Área de estudo. • Como metas apresenta: construção e reformas de bibliotecas; ampliação e atualização de acervo; aquisição de equipamentos para empréstimo e devolução por sistema de bibliotecas (Pergamum) e materiais para disseminação da informação e organização do acervo; oportunizar o uso da biblioteca para uso da comunidade externa e interna; implementar, na biblioteca, ações de acessibilidade para inclusão dos usuários com necessidades especiais; implementar programa de treinamento aos usuários. <p>Observações: Não menciona a existência de bibliotecas em 6 campus e 5 campus avançados (em fase de estruturação). Projeto “Bibliotecando!” – Incentivo à Leitura para estudantes e comunidade</p>
<p>Instituto Federal do Rio de Janeiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de Coordenação Geral de bibliotecas. • Existência de biblioteca nos Campi Realengo, São Gonçalo, Nilópolis e Volta Redonda. • Quantitativo do acervo (Obs.: volumes). • Como metas apresenta: construção e ampliação de bibliotecas; dotar as bibliotecas de condições de acesso e utilização para pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida. <p>Observações: Os 3 campus avançados estão em fase de implementação, não menciona existência de bibliotecas neles.</p> <ul style="list-style-type: none"> •
	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de bibliotecas nos Campus Bom Jesus de Itabapoana, Cabo Frio, Campos Centro, Guarus, Itaperuma, Quissamã, Campus Avançado São João da Barra.

<p>Instituto Federal Fluminense</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de extensão: biblioteca móvel. • Portal Biblioteca Digital EPCT. • Composição do acervo. • Diretrizes de atualização e expansão do acervo. • Software INFORMA. • Metas: construção e adequação do espaço físico de bibliotecas.
<p>Instituto Federal do Rio Grande do Norte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Menciona a existência de bibliotecas em todos os campi. • Direção das bibliotecas exercida por bibliotecários. • Composição do acervo. • Descrição quantitativa do acervo, por tipo material. • Metas: ampliar e diversificar o acervo bibliográfico das bibliotecas dos campi do IFRN. <p>Observações:</p> <p>Menciona utilizar as Recomendações do I ERBI como instrumento para nortear a estruturação das bibliotecas.</p>
<p>Instituto Federal do Rio Grande do Sul</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de bibliotecas em 12 campi e 5 bibliotecas/Campi em fase de construção. • Sistema de Bibliotecas em Fase estruturação – subordinado à Pró-reitoria de Ensino. • Software Pergamum. • Quadro de servidores. • Quadro de situação das bibliotecas nos campus. • Serviços prestados. • Composição do acervo e descrição quantitativa (títulos e exemplares). • Diretrizes de expansão e atualização do acervo. • Horário de funcionamento de todas as bibliotecas. • Metas: construção de novas bibliotecas; estruturação do funcionamento do SiBIFRS (coordenação, GT's, subordinações, etc); elaboração da Política de Bibliotecas do SiBIFRS; consolidação dos Grupos de Trabalhos Permanentes; participação dos bibliotecários nos projetos de criação/expansão física das bibliotecas; encaminhamento das necessidades de recursos humanos, físico e financeiro para boa gestão das unidades de informação; implementação e manutenção do sistema Pergamum; manutenção, treinamento e incentivo ao uso do Portal de Periódicos Capes; manutenção, ampliação, treinamento e incentivo ao uso da coleção ABNT on-line. <p>Observações:</p> <p>Bibliotecários em todas as bibliotecas em funcionamento.</p> <p>Único IF que menciona o objetivo a ser alcançado na avaliação INEP.</p>

<p align="center">Instituto Federal Farrroupilha</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca em todos os campus. • Política de Formação e Desenvolvimento de Coleção. • Como metas apresenta: para todas as bibliotecas: adequação do acervo às bibliografias de todos os cursos, adequação e ampliação do espaço físico; implantar horário ininterrupto com a presença de pessoal qualificado em todo tempo para atendimento; informatização de serviços e acervo. <p>Observações: Obrigatoriedade de biblioteca nos polos de EAD. Menciona a tipologia de biblioteca.</p>
<p align="center">Instituto Federal Sul-rio- grandense</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de biblioteca em 10 campi, em 2 campi encontra-se em fase de construção. • Serviços oferecidos. • Descrição do espaço físico. • Plano de expansão de acervo. • Área total da biblioteca. • Quanto ao pessoal técnico administrativo cita: 18 bibliotecários e 14 auxiliares distribuídos entre os campi. • Descrição quantitativo do acervo por tipo de material • Área total da biblioteca. <p>Observações: Os Campi avançados em estão em fase estruturação, consta biblioteca em seus projetos. Não menciona a biblioteca no Campus Lajeado.</p>
<p align="center">Instituto Federal de Rondônia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cita a existência de bibliotecas nos Campi Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho Calamã, Porto Velho Zona Norte, Vilhena. • Consta quadro com composição do acervo (tipo de obra e quantidade). • Serviços prestados. • Horário de funcionamento. • Descrição do espaço físico. • Descrição do pessoal técnico administrativo. • Política de Desenvolvimento de Coleções. • Metas: implantação do software Gnuteca em todos os campi; realizar encontro de representantes de bibliotecas anualmente; implementar os procedimentos, serviços e ampliação do acervo das bibliotecas do IFRO; capacitar bibliotecários e auxiliares de biblioteca. <p>Observações: Não menciona existência de biblioteca no Campus Avançado Jaru e Campus Porto Velho Zona Norte.</p>

<p style="text-align: center;">Instituto Federal de Roraima</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cita a existência de bibliotecas nos Campi Amajari, Novo Paraíso e Boa Vista. • Consta quadro com composição do acervo (tipo de obra e quantidade) da biblioteca dos Campi Boa Vista e Amajari. • Metas: estruturar e adequar o espaço físico das bibliotecas, melhorar o acervo de todas as bibliotecas, incentivar a leitura de bibliografia especializada disponível nas bibliotecas. <p>Observações:</p> <p>Não menciona existência de biblioteca, no Campus Boa Vista Zona Oeste e informa que a estrutura física do Campus Avançado Bonfim está em construção.</p>
<p style="text-align: center;">Instituto Federal de Santa Catarina</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Sistema de Bibliotecas Integradas (SIBI). • Existência de bibliotecas nos Campi Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Florianópolis Continente, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joenville, Lages, Palhoça, São José, São Miguel do Oeste, Urupema, Xanxerê, Araranguá, Tubarão. • Informatização de Serviços e Acervos realizada pelo software Sofia. • Descrição do acervo (livros e periódicos) (tipo de obra e quantidade). • Descrição de quantidade de pessoal técnico administrativo. • Horário de funcionamento. • Descrição do espaço físico /Área. • Acesso ao Portal Capes e às normas da ABNT. • Diretrizes de funcionamento e adequação do acervo. • Metas: construção e reformas de bibliotecas. <p>Observações:</p> <p>Definição dos bibliotecários: Bibliotecas universitárias.</p>
<p style="text-align: center;">Instituto Federal Catarinense</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência do Sistema de Bibliotecas Integradas (SIBI). • Existência de bibliotecas em 13 campus e 1 campus avançado, em todas existem bibliotecário. • Composição de acervo (tipo de obra). • Descrição quantitativa do acervo (títulos e exemplares). • Descrição de quantidade de pessoal técnico-administrativo. • Horário de funcionamento. • Descrição do espaço físico. • Área total da biblioteca. • Descrição dos serviços ofertados. • Acesso ao Portal Capes.

	<ul style="list-style-type: none"> • Diretrizes e previsão de expansão do acervo. • Política de Desenvolvimento de Coleções em desenvolvimento. • Software Pergamum • Metas: expansão de acervo; oferecer serviços especializados para alunos e docentes de cursos a distância; ampliar a oferta dos serviços da biblioteca para alunos do PRONATEC e FIC; implementar serviços a pessoas com necessidades especiais; implementar o Repositório Institucional; implementar o serviço de assessoria no gerenciamento de Editoração de Periódicos técnico-científicos institucionais; implementar o serviço de assessoria no gerenciamento e editoração de Anais de eventos; oferecer acervo digital; disponibilizar terminais de autoatendimento em todas as bibliotecas; desenvolver o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos; viabilizar acesso doméstico ao Portal de Periódicos da CAPES; instituir o serviço de Empréstimos entre Bibliotecas de outras instituições. <p>Observações: Não menciona a existência de biblioteca no Campus Avançado Abelardo Luz.</p>
<p>Instituto Federal de São Paulo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de bibliotecas em 27 campi. • Descrição quantitativa do acervo (tipo de obras, títulos e exemplares). • Sobre a biblioteca dos Campus Hortolândia, consta Serviços, Horário de Funcionamento, Recursos humanos, Forma de atualização e expansão do acervo; Descrição do espaço físico; Acesso ao Portal Capes. • Sobre o Campus Matão, informa a presença do profissional bibliotecário. • Área total da biblioteca. • Metas: elaborar o projeto de criação do Sistema de Bibliotecas; atualizar o acervo bibliográfico, em conformidade com os Projetos Pedagógicos de Cursos; elaborar o projeto de aquisição e atualização do acervo bibliográfico, implementar um software de automação de bibliotecas para as unidades da rede; acompanhar e gerenciar as demandas apresentadas pelas unidades relacionadas a implementação e ao funcionamento do software de automação de bibliotecas; desenvolver programas de atualização profissional para o pessoal de bibliotecas (bibliotecários, auxiliares e assistentes); sistematizar os instrumentos que regerão as ações do sistema de bibliotecas; transformar todas as bibliotecas em bibliotecas comunitárias, construção de bibliotecas. <p>Observações: Não menciona existência de biblioteca nos Campus Itaquaquecetuba, Itapetininga, Jacareí, São Paulo Pirituba, Sorocaba e nos Campus Avançados.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de SIBI – DGB ligado diretamente ao Reitor. • Existência de bibliotecas em 6 campi e em 3 a biblioteca está em construção. • Descrição quantitativa do acervo por tipo de obras. • Descrição dos recursos humanos (bibliotecários em todos os campi).

<p style="text-align: center;">Instituto Federal de Sergipe</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços ofertados. • Descrição do espaço físico. • Descrição do mobiliário (tipo / quantidade). • Horário de Funcionamento. • Forma de expansão do acervo. • Software Pergamum. • Metas: promover a utilização das bibliotecas; garantir o funcionamento dos serviços de biblioteca em todos os turnos de funcionamento da escola; implantar projetos de incentivo à cultura local; incentivar a produção literária; incentivar a leitura; promover acessibilidade; disponibilizar recursos financeiros e tecnológicos para apoio à pesquisa e desenvolvimento das bibliotecas do IF's atrativos aos usuários; aquisição e atualização do acervo da biblioteca. <p>Observações:</p> <p>Existe uma biblioteca, para os cursos Pronatec, com bibliotecário e auxiliar de biblioteca contratado via recursos do Pronatec / Proex.</p>
<p style="text-align: center;">Instituto Federal do Tocantins</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de bibliotecas em 8 campi. • Descrição quantitativa do acervo por tipo de obras. • Descrição do pessoal técnico administrativo. • Serviços ofertados. • Descrição do espaço físico. • Formas de atualização e expansão do acervo. • Horário de Funcionamento. • Metas: construção e ampliação de bibliotecas.

APÊNDICE C – Serviços de biblioteca ofertados por Instituto Federal

Serviços de Biblioteca	Instituição
31. Acesso à base de dados	Instituto Federal do Triângulo Mineiro Instituto Federal do Paraná Instituto Federal do Tocantins
32. Acesso à ABNT Coleções	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
33. Acesso ao Portal Capes	Instituto Federal de Alagoas Instituto Federal do Rio Grande do Sul
34. Alerta a novas aquisições	Instituto Federal Goiano Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal do Tocantins
35. Auxílio à compreensão e utilização das normas ABNT – Informação e Documentação	Instituto Federal de Alagoas Instituto Federal de Brasília Instituto Federal de Goiás Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal do Triângulo Mineiro Instituto Federal do Paraná Instituto Federal do Rio Grande do Sul Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
36. Catálogo on-line	Instituto Federal de Brasília Instituto Federal de Goiás Instituto Federal Goiano Instituto Federal do Rio Grande do Sul Instituto Federal de Rondônia Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal do Tocantins
37. Computadores com acesso à internet	Instituto Federal de Alagoas Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal de Goiás Instituto Federal do Sudeste de MG Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal de Rondônia Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal de Sergipe
38. Comutação Bibliográfica	Instituto Federal de Brasília Instituto Federal de Goiás Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense
39. Consulta local	Instituto Federal Baiano Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal do Sudeste de MG Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal do Rio Grande do Sul Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense

	Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal do Tocantins
40. Consulta local para usuário externo	Instituto Federal do Espírito Santo
41. Disseminação seletiva da informação	Instituto Federal de Brasília Instituto Federal de Goiás Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
42. Elaboração de fichas catalográficas	Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal do Paraná Instituto Federal Catarinense Instituto Federal do Tocantins
43. Empréstimo de tablets	Instituto Federal do Tocantins
44. Empréstimo domiciliar	Instituto Federal de Alagoas Instituto Federal Baiano Instituto Federal de Brasília Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal de Goiás Instituto Federal Goiano Instituto Federal de Minas Gerais Instituto Federal do Sudeste de MG Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal do Triângulo Mineiro Instituto Federal do Paraná Instituto Federal do Rio Grande do Sul Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense Instituto Federal de Rondônia Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
45. Empréstimo entre bibliotecas dos mesmos institutos	Instituto Federal Goiano Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal do Paraná Instituto Federal Catarinense
46. Empréstimo entre bibliotecas de outras instituições	Instituto Federal Catarinense
47. Espaço para estudo em grupo	Instituto Federal de Alagoas Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal de Goiás Instituto Federal do Sul-rio-grandense
48. Espaço para estudo individual	Instituto Federal de Alagoas Instituto Federal de Goiás Instituto Federal do Sul-rio-grandense
49. Espaço para exposições e eventos culturais	Instituto Federal do Paraná Instituto Federal Catarinense
50. Levantamento bibliográfico	Instituto Federal de Brasília Instituto Federal de Goiás Instituto Federal do Triângulo Mineiro Instituto Federal do Paraná Instituto Federal do Sul-rio-grandense

	Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
51. Normalização de publicações oficiais do Campus	Instituto Federal do Tocantins
52. Orientação à pesquisa	Instituto Federal Baiano Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal de Sergipe
53. Orientação e treinamento de usuário para o uso da biblioteca	Instituto Federal Baiano Instituto Federal de Brasília Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal Goiano Instituto Federal do Sudeste de MG Instituto Federal do Paraná Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense Instituto Federal de Rondônia Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
54. Participação em programas e projetos inter e transdisciplinares do campus	Instituto Federal Baiano
55. Planejamento e execução de eventos culturais	Instituto Federal Baiano
56. Renovação	Instituto Federal Baiano Instituto Federal de Brasília Instituto Federal de Goiás Instituto Federal de Minas Gerais Instituto Federal do Sudeste de MG Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
57. Renovação on-line	Instituto Federal Goiano Instituto Federal do Rio Grande do Sul Instituto Federal de Rondônia Instituto Federal Catarinense
58. Reserva	Instituto Federal Baiano Instituto Federal de Brasília Instituto Federal do Espírito Santo Instituto Federal de Goiás Instituto Federal de Minas Gerais Instituto Federal do Sudeste de MG Instituto Federal do Sul de MG Instituto Federal do Paraná Instituto Federal Farroupilha Instituto Federal do Sul-rio-grandense Instituto Federal de Santa Catarina Instituto Federal Catarinense Instituto Federal de Sergipe Instituto Federal do Tocantins
59. Reserva on-line	Instituto Federal Goiano

	Instituto Federal do Rio Grande do Sul Instituto Federal de Rondônia Instituto Federal Catarinense
60. Treinamento de usuário para o uso do Portal Capes	Instituto Federal do Espírito Santo

ANEXO I – Resposta da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC

Dados do Pedido	
Protocolo	23480008166201690
Solicitante	Maria Aparecida Brito Santos
Data de abertura	13/05/2016 16:51
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	06/06/2016
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Parcialmente Concedido (Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade)
Forma de recebimento da resposta	Pelo sistema (com avisos por email)
Resumo	Instrução para adequação das bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?
Detalhamento	<p>Prezados,</p> <p>Existe uma instrução normativa ou documento Oficial de abrangência nacional que estabelece critérios e requisitos sobre estrutura física, composição do acervo, recursos humanos, serviços e funcionamento adequado para as Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica?</p> <p>Aguardo.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Maria A. Brito Santos</p>

Resposta Recurso

Data da Resposta 10/06/2016 12:15
 Prazo Limite para Recurso 22/06/2016
 Prazo para Disponibilizar Informação -
 Tipo Resposta Parcialmente deferido

Justificativa

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente registramos que por intermédio do Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm) foi instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Por intermédio da Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, foi determinada a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Diante do exposto e em consonância nossa resposta inicial registramos que não compete à SETEC/MEC ou ao Ministério da Educação expedir normativo estabelecendo critérios e requisitos sobre estrutura física, composição do acervo, recursos humanos, serviços e funcionamento adequado para as Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, competindo a cada Instituto Federal disciplinar a matéria no âmbito da autonomia que lhe foi conferida pelo art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm).

Atenciosamente,
 Carlos Artur de Carvalho
 Secretário da Educação Profissional e Tecnológica.

Dados do Recurso de 2ª Instância

Órgão Superior Destinatário MEC – Ministério da Educação
 Órgão Vinculado Destinatário
 Data de Abertura 10/06/2016 14:03
 Prazo de Atendimento 17/06/2016
 Tipo de Recurso Outros

Justificativa

Sr.Cláudio Artur de Carvalho.

Obrigada pela resposta clara e objetiva.
 Mas é uma pena que a SETEC não possa contribuir efetivamente, elaborando uma Política de desenvolvimento para as bibliotecas dos IF's, norteadora assim o trabalho dos gestores e bibliotecários possibilitando que a singularidade dos IF's fossem contempladas e refletidas também em suas bibliotecas.

Atenciosamente,

Maria Aparecida Brito Santos
 Bibliotecária Documentalista

Resposta Recurso

Data da Resposta 17/06/2016 13:24
 Prazo Limite para Recurso 29/06/2016
 Prazo para Disponibilizar Informação -
 Tipo Resposta Indeferido

Justificativa

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, observa-se que os esclarecimentos prestados pela SETEC/MEC foram considerados satisfatórios, motivo pelo qual damos por encerrada a presente demanda. Para obter informações específicas quanto ao cumprimento da legislação pertinente sugere-se a Vossa Senhoria que entre em contato com os Institutos Federais de vosso interesse.

Atenciosamente,
Mendonça Filho
Ministro de Estado da Educação.